

DENISE SOUZA RODRIGUES GASPARINI

**REFLEXÕES SOBRE LÍNGUA MATERNA E LÍNGUA ESTRANGEIRA A PARTIR
DA INCIDÊNCIA DE *LALANGUE***

Dissertação apresentada para o Departamento de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Lingüística Aplicada**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Rita Salzano Moraes.

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

G213r

Gasparini, Denise Souza Rodrigues.

Reflexões sobre língua materna e língua estrangeira a partir da incidência de lalange / Denise Souza Rodrigues Gasparini. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Maria Rita Salzano Moraes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Lalíngua. 2. Língua materna. 3. Língua estrangeira. I. Moraes, Maria Rita Salzano. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Reflections about mother tongue and foreign language considering the incidence of lalange.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Lalange; Mother Tongue; Foreign Language.

Área de concentração: Língua Estrangeira.

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria Rita Salzano Moraes (orientadora), Profa. Dra. Heloisa Nina Virginia de Araújo Leite e Prof. Dr. Newton Freire Murce Filho. Suplentes: Profa. Dra. Maria Viviane do Amaral Veras e Profa. Dra. Eliane Mara Silveira.

Data da defesa: 08/07/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

Maria Rita Salzano Moraes

Maria Rita Salzano Moraes

Nina Virginia de Araujo Leite

Nina Virginia de Araujo Leite

Newton Freire Murce Filho

Newton Freire Murce Filho

Maria Viviane do Amaral Veras

Eliane Mara Silveira

IEL/UNICAMP
2010

Para Rose, Menezes e Tenille por serem meu suporte e por jamais duvidarem do meu potencial, e para Edmundo, companheiro cuja presença foi imprescindível para a escrita deste trabalho e é imprescindível para a minha vida.

AGRADECIMENTOS

À prof^ª. Maria Rita, por acreditar em meu potencial e em minha força de trabalho e por me apresentar uma nova forma de experimentar as coisas;

Às professoras Carmem Zink e Viviane Veras pelas preciosas colaborações a este trabalho no momento da qualificação;

Aos professores Nina Leite e Newton Murce pela presença na banca de defesa deste trabalho;

À minha querida família, que mesmo de longe, esteve presente, acreditando e apoiando sempre;

Ao Edmundo... por tudo!

a descoberta de Freud é a do campo das incidências da natureza do homem, de suas relações com a ordem simbólica e do remontar de seu sentido às instâncias mais radicais da simbolização no ser (LACAN [1953] 1998, p. 276)

RESUMO

Este trabalho pretende discutir as ressignificações que os conceitos tradicionais de língua materna e de língua estrangeira – a saber, aquela como exterioridade adquirida em primeiro lugar, falada pela mãe ou responsável pela unificação de uma nação, e esta como exterioridade aprendida a partir de investimentos racionais e conscientes e depois de um razoável conhecimento da língua materna – recebem a partir das hipóteses da Psicanálise, e assim tomá-los sob outro ponto de vista: respectivamente, língua causa do sujeito do inconsciente e prolongamento do campo simbólico instaurado pela chamada língua materna. Remontar a estes termos a partir da teoria psicanalítica impõe a consideração de *lalangue*, responsável pela instauração da matriz simbolizante no sujeito de linguagem, como elemento organizador da relação entre as línguas, bem como elemento que reverbera seus afetos e seus efeitos em toda tentativa de aprendizagem de qualquer novo item do campo simbólico, tal como uma língua estrangeira.

Palavras-chave: *Lalangue*, Língua Materna, Língua Estrangeira.

ABSTRACT

This thesis has the objective of discussing the possible re-significations of the traditional concepts of mother tongue and foreign language considering psychoanalytic theory. The mother tongue is usually considered an external element – the language spoken by the mother or the language that unifies a nation – which is acquired before the foreign language. On the other hand, the foreign language is considered an external element which is learned by rational and conscious investments. Once the psychoanalytic theory is taken into consideration, both the mother tongue and the foreign language can be re-signified: the former becomes the language which causes the unconscious subject and the latter becomes an extension of the symbolic field constituted by the mother tongue. *Lalangue* can then be considered the element which organizes the relationship between mother tongue and foreign language, the element whose effects reverberate in each attempt at learning any element of the symbolic field, such as a foreign language.

Key-words: *Lalangue*, Mother Tongue, Foreign Language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Reconhecimento: caminhos percorridos e delimitação da questão	01
1.1. Primeira abordagem de uma questão sequer articulada	07
2. Desencontro e possibilidade de reflexão sobre a questão	10
2.1. O nascimento da hipótese inicial	11
3. O objeto da descoberta psicanalítica	14

CAPÍTULO I

A perspectiva da Psicanálise

.....	18
1. Linguagem	20
2. Língua	23
3. De aprendiz a sujeito de linguagem e o conceito de ‘eu’	26
4. Afeto	31
5. Língua materna e língua estrangeira	34

CAPÍTULO II

O que é língua materna se a Psicanálise existe?

1. Ampliando a hipótese inicial	38
2. Língua materna: incomparável	42
3. O estatuto negativo da língua materna e o que a torna materna para um sujeito	48
4. O sujeito de linguagem em relação à sua língua materna	54

CAPÍTULO III
Sobre língua estrangeira

1. Língua estrangeira e Psicanálise: articulações possíveis	59
2. Há sempre que se partir da língua materna	64
3. Língua estrangeira: um enfoque a partir da língua materna	67
4. Língua estrangeira: objeto de uma aprendizagem	77
5. O que se movimenta no sujeito no encontro com uma língua estrangeira	80
6. O desejo das línguas estrangeiras	86

CAPÍTULO IV
Lalangue, Língua Materna e Língua Estrangeira

1. Incluindo mais um elemento à reflexão	93
2. <i>Lalangue</i> e o nó	99
3. <i>Lalangue</i> : uma língua como outra?	107
4. <i>Lalangue</i> e as línguas materna e estrangeira	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS

.....	113
Referências Bibliográficas	117

Introdução

Reconhecimento:

Caminhos percorridos e delimitação da questão

Uma das principais preocupações de professores e pesquisadores da área de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, área vinculada à Lingüística Aplicada, versa sobre a tão freqüentemente observada situação com que os teóricos e os profissionais do ensino de línguas se deparam em sua prática (e) nas salas de aula, quer em escolas regulares, quer em cursos livres: “Os resultados globalmente medíocres da aprendizagem escolar de línguas” (REVUZ 2002, p. 214), que “se destaca primeiramente pela sua taxa de insucesso” (p. 213).

H. Douglas Brown (1987), renomado professor de inglês como segunda língua e autor de diversos manuais sobre os princípios do ensino de línguas estrangeiras, também dá testemunho desta ocorrência afirmando que “[f]ew if any people achieve fluency in a foreign language solely within the confines of the classroom” (p. 01). Por fluência, compreenda-se uma autonomia considerável na compreensão e na expressão na língua alvo, ou “um bom conhecimento de uma ou várias línguas estrangeiras, nesse estágio no qual se pode (...) ler um livro, seguir um filme, uma conversa entre ‘falantes nativos’ e, por sua vez, expressar-se de forma precisa” (REVUZ 2002, p. 213).

Tal perspectiva pode ser facilmente comprovada, ainda, pela observação da vasta literatura técnica e científica que pretende dar conta da solução deste problema, além das constantes inovações pedagógicas que trazem consigo abordagens e métodos os mais variados, uns substituindo ou almejando aperfeiçoar os outros, e que, a cada temporada, se apresentam como a vanguarda no que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras, como a garantia do sucesso.

Imersos neste discurso e por ele afetados parecem estar todos os envolvidos com o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, em especial os professores, inclusive eu, durante meus dez anos de atuação profissional – de 1998, ano da conclusão de meu curso de Licenciatura em Letras – Português/Inglês – no interior de Minas Gerais, até 2008,

ano do meu ingresso no programa de pós-graduação *stricto sensu* no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Durante todo este período, além de me deparar com aquela triste constatação, eu ainda me vi às voltas com outra questão que, a mim, não pareceu menos embaraçosa e inquietante: a situação de, em uma mesma sala de aula, diante de uma mesma abordagem pedagógica e perante a uma mesma postura do professor, se produzirem tanto aprendizes brilhantes quanto aqueles completamente refratários ao encontro com a nova língua, conforme detectado e apontado por Christine Revuz (2002) e novamente avalizado por Brown (1987), que questiona como e por que alguns aprendizes alcançam o sucesso no aprendizado de uma língua estrangeira e outros não.

Revuz (2002) comenta, ainda, a generalidade desta ocorrência, que não respeita fronteiras geográficas, políticas ou sociais, sendo globalmente verificável, apesar das indicações de existirem alguns povos, como, por exemplo, os nórdicos ou os ingleses, considerados como “dotados para as línguas” (p. 214) devido à sua exposição, desde sempre, a situações de quase bilingüismo. A autora indica, ainda, que um possível problema com relação ao aprendizado de línguas estrangeiras seria a aprendizagem da primeira delas e que, uma vez passado esse momento, aprender outras línguas estrangeiras seria tarefa mais fácil.

Nem mesmo a constatação desta generalidade, ocorrida somente *a posteriori*, pareceu, porém, suficiente para aplacar em mim o mal-estar já instaurado, um afeto insistente e incômodo, que promoveu, naquela década dedicada à atuação profissional, o retorno à universidade e à posição de aluna: foram dois cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*) que, juntos, duraram cerca de três anos, além de duas disciplinas de mestrado (com um ano de duração no total) cursadas como aluna especial na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Qual era a minha expectativa em relação a este retorno à posição de estudante? Fácil! Eu esperava descobrir os segredos que o curso superior não havia desvendado – e que estavam fazendo tanta falta em meu dia-a-dia profissional –, eu almejava encontrar ali, de volta aos bancos universitários, todas as ferramentas que garantissem meu sucesso profissional, que se refletiria diretamente na fluência e no desembaraço de (todos os) meus

alunos diante da língua estrangeira.

Ilusão? Certamente (e só passado muito tempo constatei isso)... Mas ilusão que, naquele momento e diante daquela situação, me movia, me impulsionava! Apenas mais tarde, e depois de um certo investimento em uma análise pessoal, compreendi que o “que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos” (FREUD [1927] 1987, p. 44), e pude perceber que o que eu supunha desejar, e que estava mascarado sob a fórmula ‘ser capaz/ dar conta de ensinar inglês para todos os aprendizes de quem eu fosse professora, de maneira uniforme e eficaz’, era, antes, um anseio por me livrar daquele mal-estar profundo que me afligia, que ora me desqualificava teoricamente como professora, ora me apontava como incapaz de motivar todos os meus alunos. Puro efeito dos discursos nos quais eu me encontrava. No que diz respeito aos processos de ensino, em geral, é o próprio Sigmund Freud ([1925] 1987), fundador da Psicanálise, quem assinala haver um certo impossível na tarefa de educar/ensinar (assim como nas de curar e governar), apesar de afirmar o “alto valor social do trabalho realizado por aqueles (...) que se empenham na educação” (p. 341). Tal impossível pode ser observado, especialmente, no que se refere ao trabalho dos professores de línguas estrangeiras, tendo em vista que aprender uma língua estrangeira convoca um posicionamento diferente do sujeito, envolvendo aspectos diversos, que ultrapassam os elementos cognitivos e conscientes postulados pela pedagogia do ensino de línguas como fatores chave para qualquer aprendizagem, conforme será analisado posteriormente neste trabalho.

E nos cursos de especialização nos quais voltei a ser aluna, e que propunham certa discussão teórica que sempre se voltava para a prática em sala de aula, aprendi sobre as abordagens, com seus métodos e suas técnicas, desde aquelas as quais a pedagogia de ensino de línguas já considerava ultrapassadas até as mais modernas, de vanguarda, ‘promessas de sucesso garantido’. Técnicas para ensinar e desenvolver as quatro habilidades básicas em língua estrangeira (Ouvir, Falar, Ler e Escrever) também constavam do programa, bem como módulos que visavam orientar e estimular a produção de materiais didáticos, além daqueles que pretendiam incentivar o uso de modernos recursos audiovisuais e de novas tecnologias dentro e fora (em ambientes virtuais através das ferramentas

do CALL – *Computer Assisted Language Learning*) da sala de aula.

Em alguns momentos eram propostas discussões que se voltavam para as políticas de ensino de línguas estrangeiras, fundamentalmente no que referia às escolas da rede pública, principal local de atuação da maioria ali presente: as questões versavam sobre a existência ou qualidade de recursos e materiais didáticos, condições de trabalho e remuneração dos professores, valorização da língua estrangeira no contexto escolar, número de alunos em sala de aula etc., além do compartilhamento de possíveis soluções para quaisquer problemas desta ordem.

Quando o foco se voltava para o aprendiz, sua condição parecia sempre estar atrelada à capacidade ou qualidade do profissional de ensino: o aluno deveria ser motivado para aprender a nova língua, então era necessário que o professor criasse um ambiente apropriado, bem como atividades e tarefas que cumprissem este papel; o aluno deveria ser autônomo em seu empreendimento por aprender, então cabia ao professor ensiná-lo a lançar mão das estratégias mais adequadas ao seu estilo de aprendizagem, não sem antes auxiliá-lo a descobrir que estilo era este; o aluno deveria ser confiante em sua capacidade, assim o professor deveria ajudá-lo a desmistificar as crenças inadequadas à situação de aprendizagem, bem como reforçar aquelas consideradas positivas para este processo.

Era como se o sucesso na empreitada de aprender uma nova língua se depositasse completamente nas mãos de um bom profissional, capaz de transmitir aos alunos todas as técnicas adequadas para capacitá-los a se lançar na incrível aventura de poder se expressar com fluência, tanto na oralidade quanto na escrita, na língua alvo.

Não me recordo de a questão da posição do aprendiz frente às línguas estrangeiras ter sido contemplada nestas propostas, salvo quando se tratava de questioná-lo a respeito de suas crenças em relação aos processos de ensino e aprendizagem daquelas, ou, ainda, de apontar o desinteresse, de modo geral, dos alunos por seu aprendizado escolar. Tais questões, porém, não buscavam refletir efetivamente sobre o “que se põe em movimento para um sujeito dado, ao enfrentar uma segunda língua chamada estrangeira” (REVUZ 2002, p. 216), e sempre acabavam por envolver diretamente a intervenção do professor e atribuir a ele a responsabilidade por reverter qualquer situação considerada

negativa.

Discussões que considerassem a língua materna também não mereciam espaço, se resumindo, à época, a comentários sobre a desvantagem de incluí-la no contexto de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras e sobre a importância de desencorajar seu uso em sala de aula, pois o objetivo era fazer com que os aprendizes fossem capazes de pensar na língua alvo, e a língua materna, ao que parecia, não era capaz de auxiliar neste intento. Eu mesma já havia experienciado o posicionamento marcado por este discurso durante os anos em que estudei inglês em um curso particular de línguas: uma grande placa com letras negras, garrafais, sobre um fundo amarelo trazendo a inscrição *'Only English'* era fixada em um ponto estratégico da sala de aula e a qualquer ameaça de algum dos alunos em se valer de sua língua materna, a professora apontava para este cartaz e repetia seu dizer.

Ao que parecia, tanto as discussões nos cursos de pós-graduação quanto a minha experiência como aprendiz reafirmavam a mesma tradição, colocada, à época, como lei primordial nos contextos de ensino: em se tratando de ensinar ou aprender uma língua estrangeira, a consideração daquele código tido como familiar ao estudante parecia completamente desnecessária, por dificultar o acesso à língua alvo. Comprova-se, então, outra indicação de Revuz (2002), de que “[t]radicionalmente (...) a didática de línguas estrangeiras não tem se interessado nesse confronto [entre língua materna e língua estrangeira] e não tem procurado analisá-lo nem trabalhá-lo” (p. 215).

Amparada, então, nos ‘conselhos’ escutados/adquiridos nos cursos de aperfeiçoamento, bem como em manuais voltados para a ‘arte’ de ensinar línguas estrangeiras, e sem desprezar a experiência como aprendiz que deixou fortes marcas, todos os problemas pareciam ser solucionáveis a partir de uma mudança na postura do professor, que com sua atualização constante e com o contato com as metodologias inovadoras, descobertas pelas mais modernas pesquisas da área dedicada ao ensino de línguas, e utilizando, durante suas aulas, apenas a língua alvo para incentivar os aprendizes a pensar nesta língua, seria capaz de proporcionar aos estudantes, a todos eles, as tão sonhadas aprendizagem e fluência.

E levando esta esperança, bem como o receituário obtido de meu retorno à posição de aluna, que me concedera, ao final dos cursos de pós-graduação, o *status* de especialista em ensino de língua inglesa, lá ia eu, ao encontro de meu sucesso profissional e da completa proficiência de meus aprendizes.

Sonho de completude, esperança de homogeneidade: eu me posicionava, novamente, no movimento da ilusão!

Hora de implementar tudo que foi aprendido. As inovações da pedagogia do ensino de línguas estrangeiras, acompanhadas da promessa de transformação da desagradável situação de insucesso nas salas de aula, foram, assim, ‘adquiridas’ nos cursos de especialização mencionados, e as novidades instrumentais recém recebidas foram prontamente colocadas em prática. Era chegada a hora da verdade, que gerou, apenas, (mais) efeitos decepcionantes.

A situação limite, aquela que incomodava e embaraçava, e que foi o motor para a busca de algum tipo de ajuda nos cursos de especialização, diante de todas estas investidas, infelizmente, se manteve a mesma: alguns dos aprendizes permaneciam desembaraçados, confortáveis e, mesmo, felizes diante do encontro com a língua estrangeira, ao passo que tantos outros continuavam refratários a este encontro, confusos, assustados, coagidos face à nova língua. Nada havia se modificado!

Mas, como isso era possível? Se o problema repousava sobre desajustes didáticos e inconsistências metodológicas, e se os então considerados ‘melhores processos’ estavam sendo colocados em prática, bem como as estratégias para a promoção da motivação e da autonomia dos aprendizes, por que persistia a perturbadora situação de notável progresso e até prazer no contato com a nova língua para alguns (aliás, para estes, jamais parece ter havido qualquer desajuste didático-pedagógico, por mais inadequada que fosse, segundo a rotulação dos manuais, a abordagem aplicada) ao passo que, para outros, continuava o embate e era travada uma verdadeira guerra na tentativa de ‘dominar’ esta língua outra, que parecia ser considerada uma inimiga iminente?

Tomada por uma sensação de impotência, de tamanha inquietação e de extremo desconforto, além de estar em meio a tantas questões sem resposta e sem, ao menos,

possibilidade de reflexão, parecia-me improdutivo e mesmo desnecessário retornar ou continuar a fazer perguntas da mesma posição.

Frente à frustrante constatação de que o empenho pela melhor prática pedagógica não vinha em auxílio às minhas angústias profissionais e diante da intuição (concebida frente à observação da relação dos aprendizes com a língua que eu pretendia lhes ensinar) de que, quando se trata de aprender uma língua estrangeira, cada aprendiz lida com este processo de uma maneira singular, tendo em vista as “diferenças muito nítidas entre uma pessoa e outra” (REVUZ 2002, p. 214), um deslocamento se fazia necessário, senão urgente.

A essa altura, eu mal sabia elaborar com clareza o ponto que me fazia questão, mas ainda assim sentia que havia algo que incomodava e frustrava, que minava o entusiasmo da professora de inglês que não encontrava um caminho que a auxiliasse a refletir, uma orientação que ampliasse suas possibilidades. A busca por um apaziguamento deste desencontro profissional deveria continuar e, a esse respeito, foram feitas mais algumas tentativas por conta própria, além da dedicação aos cursos de pós-graduação. Relato, a seguir, aquela que considero a mais significativa, por parecer, por algum tempo, contemplar os meios de abordagem ideais para todas as minhas inquietações profissionais.

Primeira abordagem de uma questão sequer articulada

Uma das mais importantes tentativas de verificação daquela intuição a respeito da singularidade do encontro entre o aprendiz e a língua estrangeira, gerada a partir do fracasso decorrido da colocação em prática das recomendações dos cursos de especialização, teve a intenção de confrontar a aprendizagem de uma língua estrangeira ao que eu considerava, à época, os pontos de individualidade de cada aluno. Era uma busca por compreender o porquê do sucesso ou do insucesso particular. Mais tarde a questão da individualidade foi substituída pela da subjetividade e outros aspectos entraram em jogo, conforme discutirei posteriormente.

Este empreendimento, assim, promoveu um movimento de retorno em direção

ao arcabouço teórico da Lingüística Aplicada, de onde recolhi algumas propostas que pareciam interessantes à minha questão. Tal retorno colocou-me diante das teorias que discutiam as crenças sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras, sub-tema daquela área que parecia, a princípio, acordar com minhas perspectivas por propor a consideração dos aspectos afetivos do aprendiz no que diz respeito à aprendizagem de línguas. Haveria algo mais particular do/no aluno que seus afetos em relação à língua alvo?

Definidas como concepções prévias, teorias implícitas, idéias pré-concebidas, representações mentais pessoais, suposições tácitas no que se refere à aprendizagem de línguas estrangeiras, as crenças sobre o ensino e aprendizagem se caracterizam por serem, a princípio, únicas para cada estudante, tendo em vista que são indicadas como construídas a partir de experiências exclusivas e vivências individuais que abarcam aspectos afetivos, cognitivos e sociais do aprendiz.

Na acepção de Nisbett e Ross (1980 *apud* SILVA 2005), as crenças se instituem como um tipo de conhecimento, e para Ernest (1989 *apud* SILVA 2005), segundo apontamento de Kleber Silva (*op. cit.*), elas se caracterizavam como “o resultado afetivo do pensamento” (p. 67), abrangendo, desta forma, pontos referentes aos afetos, alinhados, aqui, às emoções, e outros, referentes à cognição. Com efeito, elementos afetivos e cognitivos, nesta teoria, se equivalem e são, ambos, sustentados pelas vias da consciência.

E a característica das crenças sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras de abranger os elementos afetivos e os cognitivos do aprendiz pareceram, a meus olhos, marcar exatamente os aspectos da individualidade de cada um, questão tão cara à minha preocupação. Sob esta perspectiva, tanto os pontos referentes aos processos de construção do conhecimento quanto os afetos, relativos às emoções do aprendiz, seriam constituídos de maneira ímpar, e isso se refletiria, segundo meu entendimento na época, na relação estabelecida entre o aprendiz e a apreensão de uma língua estrangeira.

Segundo o princípio desta teoria, todo aprendiz possui determinadas crenças a respeito dos diversos aspectos envolvidos nos processos de ensinar e de aprender línguas estrangeiras. Tais crenças podem, por sua vez, ser consideradas positivas, isto é, auxiliares na empreitada de aprender a nova língua, devendo, por isso, ser reforçadas, ou podem ser

avaliadas com “errôneas” (COTTERALL 1995 *apud* MADEIRA LOURENÇO 2006, p. 71), dificultando, assim, o processo de aprendizagem e necessitando de explicitação para serem desmistificadas a partir de um processo reflexivo desencadeado pela ação do professor. Tal atitude de reflexão é o que garante a alteração das crenças e o conseqüente sucesso deste aluno na aprendizagem da língua alvo.

Ao trabalho com estas teorias e pesquisas eu me dediquei durante algum tempo. Porém, a pretensão assinalada de considerar aspectos da individualidade de cada aprendiz não se sustentou, ao menos não de acordo com minhas expectativas, no decorrer de minha investigação. O que se referia particularmente a cada aluno, dentro daquele arcabouço teórico, pareceu, afinal, segundo meu julgamento, se resumir somente à análise de relatórios, questionários, entrevistas feitos individualmente, que, quando compilados, voltavam a ser incluídos, novamente, na generalidade, em estatísticas que escapavam da consideração e da avaliação de cada caso, posicionando-os em quadros que indicavam certo número de alunos apresentando a crença X, outros tantos apontando a crença Y, uma parcela com esta ou aquela crença positiva, outra sustentando concepções inadequadas e assim por diante.

Os aspectos singulares de cada aprendiz haviam, dessa forma, se consagrado ao coletivo, tornando-se, assim, pontos que refletiam mais os discursos das redes sociais que os de cada aluno em particular: situação compreensível se considerarmos que as áreas de pesquisa acadêmica, em geral, se querem científicas e que “só existe ciência do geral” (MILNER 2006, p. 82), pelo apagamento da singularidade pela multiplicidade. Não estava ali contemplada, assim, qualquer referência a uma possível relação singular do aluno com as questões de seu investimento na aprendizagem das línguas estrangeiras.

Havia, também, a perspectiva do processo reflexivo: ele previa uma mudança radical do aprendiz em atitudes, valores, posicionamentos e afetos negativos, enfim, nas crenças inadequadas e no que elas implicavam – itens que poderiam ser os responsáveis por seu insucesso no aprendizado da língua alvo – a partir de alterações de comportamento obtidas por um trabalho de ordem cognitiva e consciente que denota, conforme o próprio nome aponta, uma atitude reflexiva do aluno. Era esperado que o aprendiz refletisse sobre

as crenças que, apesar de apontadas como únicas para cada um, se fundiam aos discursos sociais mais abrangentes, e se afastavam, assim, de qualquer referência a uma maneira singular de o aluno se encontrar com/na a língua estrangeira, conforme eu acreditava ocorrer.

Minha questão permanecia, então, sem solução, e mais, sem perspectiva de discussão ou reflexão teórica. Eu continuava a perguntar, tendo como resposta apenas os meus próprios ecos, como se dava o encontro de cada um com a língua estrangeira, por que para alguns tal contato se mostrava jubiloso, enquanto para outros vinha carregado de embaraços e desconfortos. Eu não havia, até então, encontrado nenhum alento, mas isso eu também só pude concluir muito tempo depois.

Minha busca por possibilidades de abordagem da questão que me afligia se mostrou novamente infecunda nesta perspectiva teórica. Eu deveria, então, continuar em minha procura, e foi com a esperança de encontrar novidades a esse respeito que resolvi dar prosseguimento à minha formação profissional: decidi avançar na carreira procurando um curso de mestrado acadêmico. Talvez lá eu encontrasse o que tanto procurava.

2. Desencontro e possibilidade de reflexão sobre a questão

E em meio a este sucedâneo de decepções, nos meses de preparação e também logo no início de meu curso de mestrado, foi um texto de Revuz (2002), já citado nesta introdução, que veio em meu auxílio e abriu uma nova possibilidade de consideração e abordagem do mote deste meu insistente desconforto. No dito artigo, a autora defende que nesse jogo de ensinar e aprender uma língua estrangeira estão em questão, também, aspectos diversos daqueles nos quais eu, até o momento, buscava obter respostas (metodológicos, cognitivos, políticos, sociais e mesmo afetivos, quando estes eram colocados como vinculados à cognição e ao pensamento racional).

Esboçava-se diante de mim o entendimento, consolidado só *a posteriori*, de que, apesar da inegável responsabilidade do profissional dedicado ao ensino de línguas estrangeiras de atender os interesses de seus alunos no que diz respeito à esfera didático-

pedagógica deste processo, havia outros elementos que ultrapassavam questões metodológicas e portavam força suficiente para encorajar ou intimidar os aprendizes, e que mereciam ser cuidadosamente observados. Afinal, minha experiência já havia demonstrado que não é com abordagens modernas e técnicas de vanguarda que se constrói o conforto ou o desembaraço em se expressar em uma língua estrangeira.

Este acontecimento que chamei, a princípio, de desencontro, demandou um deslocamento daquela professora de inglês, antes cheia de ilusões e depois de embaraços. O desencontro abalou as convicções até então construídas e fortemente ancoradas nas hipóteses da Linguística Aplicada, convicções que, apesar de cambaleantes diante de tantos investimentos vãos, eram, ainda assim, as responsáveis pela organização de minha prática profissional. E é graças a este acontecimento, do qual tratarei a seguir, que não me considero mais falando, ouvindo, perguntando, propondo questões e reflexões da mesma maneira.

2.1. O nascimento da hipótese inicial

O texto da referida autora, “*A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio*” (REVUZ 2002), responsável pelo acontecimento que promoveu um deslocamento da minha posição de apenas professora (no máximo professora-aluna nos diversos cursos de aperfeiçoamento) para a de professora-pesquisadora, foi responsável, também, pelo encontro com uma outra perspectiva teórica, pululante de possibilidades de abordagem dos elementos que me faziam questão.

Frente a todas as minhas inquietações e, ainda, à sensação de impotência para tratá-las pelos caminhos já abertos pela tradicional pedagogia de ensino de línguas, por mais ousadas e modernas que parecessem suas propostas, este novo arcabouço teórico (novo, ao menos, no que se referia às minhas experiências e expectativas), denotou, desde o princípio, a impossibilidade de produção de conclusões fechadas ou de supostas verdades absolutas, dada uma particularidade de sua concepção de sujeito: seu predicado de ser constituído de forma absolutamente singular e original. Não seria daí, pois, que sairiam

minhas tão procuradas respostas.

A possibilidade aberta para a reflexão, entretanto, pareceu bem mais sedutora e condizente com as minhas inquietações do que qualquer promessa de solução ou receita de adequação que, frente à minha intuição de que o aprendiz estabelece relações únicas com as línguas, pareciam não fazer mais nenhum sentido: como ter uma receita que atenda a todos se suas diferenças se mostram a cada instante?

No texto que, para mim, se tornou um marco por estabelecer além da possibilidade de outra vinculação teórica, também a oportunidade de elaborar questões diversas sob uma outra perspectiva, Revuz (2002) aponta haver toda uma dimensão afetiva envolvida no processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira, a qual é atrelada obrigatoriamente à língua materna do sujeito, que, inscrita de modo a constituir esse sujeito, estende para a língua estrangeira os efeitos de seu registro original.

Observo, agora, que o conceito de afeto aqui denotado se diferencia daquele tratado nas pesquisas de algumas áreas da Lingüística Aplicada, tais como as teorias acerca das crenças sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras acima abordadas, que também incluem em suas discussões os aspectos afetivos dos processos de ensinar e aprender. No tocante à perspectiva do presente trabalho, os afetos se referem aos efeitos do inconsciente sobre o 'eu'/sujeito. Retomarei esta diferenciação com mais detalhes adiante, na seção 4 do capítulo I: *Afeto*.

Afirmar a língua materna como inscrição primeira e, ainda, como campo simbólico sem o qual o encontro com qualquer outra língua, considerada como estrangeira, é impossível, era, assim, uma suposição que ia ao encontro de minhas expectativas, sem que eu mesma soubesse explicar, naquele momento, o porquê: a intuição do encontro singular com a língua estrangeira atribuía, a meu ver, uma posição de destaque à língua materna, a qual eu considerava o ponto de partida para o acesso a outras línguas, e denotava algo de um enlace entre estas duas formas de funcionamento da linguagem. Daí sairia, mais tarde, parte da hipótese do meu trabalho: a de haver uma relação necessária de qualquer língua estrangeira para com a língua materna do sujeito. Acompanhemos a indicação deste ponto com as palavras mesmas de Revuz (2002):

a língua estrangeira é, por definição, uma segunda língua, aprendida depois **e tendo como referência uma primeira língua, aquela da primeira infância**. Pode-se apreender uma língua estrangeira somente porque já se teve acesso à linguagem através de uma outra língua. Essa língua chamada “materna” pode não ser a da mãe, a língua “estrangeira” pode ser familiar, mas elas não serão jamais da mesma ordem (p. 215, grifo meu).

Entendendo que o encontro com a língua estrangeira só é possível graças à existência da língua materna, inscrita anteriormente, porque o sujeito possui uma história singular com ela, história esta observada “nas formas singulares que toma para cada um a aprendizagem de uma língua estrangeira” (REVUZ 2002, p. 220), a hipótese que nasceu de uma intuição em relação à particularidade da posição do aprendiz – já promovido a sujeito confrontado com uma nova língua a ser aprendida – ganhou força, e foi reafirmada, posteriormente, a partir da leitura de Maria Rita Salzano Moraes (1999). Esta autora aponta que devido à “anterioridade lógica da inscrição da linguagem no sujeito, cada um se encontra na Língua Estrangeira de maneira única, a sua” (p. 01).

Além destas questões acerca das implicações afetivas e da singularidade do aprendiz, considerado como sujeito de linguagem, questões que me pareciam merecer especial consideração por parte dos professores e pesquisadores da área do ensino de línguas estrangeiras, o texto de Revuz (2002) ainda levantou outro aspecto que, de imediato, me chamou atenção. A autora constatava que “o desejo de aprender é o verdadeiro motor da aprendizagem”, mas apontava que, apesar disso, “quase não há trabalhos que se aventurem a investigar como o desejo (que desejo?) pode investir-se na aprendizagem de uma prática tal como esqui ou piano” (p. 216), ou mesmo de uma nova língua, classificada como estrangeira.

Não havia mais como voltar atrás! A partir desta leitura eu já estava completamente envolvida, capturada nesta outra perspectiva que, apesar de até então desconhecida, parecia a única que poderia oferecer alguma possibilidade de investigação e reflexão que me permitisse seguir adiante. Não foi simples perceber isso, muito menos realocar tudo o que se referia à minha prática profissional e às minhas concepções pessoais

em um espaço teórico que se distanciava de tudo o que já havia permeado meu trabalho e atravessado minha vida. Levou tempo para eu apenas começar a compreender o que se passava. Mas, ainda assim, eu percebia que um movimento acontecia.

Incluiu-se, então, a Psicanálise como arcabouço teórico que, longe de me oferecer receitas ou respostas prontas (eu não acreditava mais nelas, acho que nem mais as queria), abriu a expectativa de articulações diferentes. Embasada em alguns conceitos psicanalíticos, as perguntas e as argumentações se formulavam de outra maneira que as até então por mim elaboradas, e o foco da minha questão recebeu uma outra possibilidade de tratamento.

De saída, contudo, percebi a necessidade de reavaliar os conceitos e as noções que, até então, me tinham sido oferecidos e pela Lingüística e pela Lingüística Aplicada, e que não pareciam mais se enquadrar nesta outra cena de pesquisa. Pontos essenciais para minha análise careciam ser deslocados, e outros tantos, que só agora se apresentavam como importantes, (re)descobertos.

3. O objeto da descoberta psicanalítica

O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado (LACAN [1953] 1998, p. 260)

A primeira providência me pareceu, então, ser a de tentar compreender um pouco mais sobre o objeto da descoberta e da experiência fundamental e fundante da Psicanálise: o inconsciente, e perceber como a inclusão desta hipótese essencial poderia contribuir para as perspectivas do meu trabalho.

A indicação que, de saída, me chamou a atenção foi feita por Freud, em 1916-1917 (1987), quando postulou que, a partir da consideração do inconsciente foi possível observar que o homem não tem o controle sobre seu querer, e nem ao menos reconhece seu desejo. Aquele autor afirma que o ser humano “não é senhor nem mesmo em sua própria casa, devendo (...) contentar-se com escassas informações acerca do que acontece inconscientemente em sua mente” (p. 336), referindo-se à desconhecida, porém impactante

influência desta dimensão sobre as ações e vontades do sujeito. Determinação incógnita e misteriosa, mas responsável por impulsionar o animal humano, a dimensão inconsciente não pode, porém, ser tomada como irracional ou ilógica. Além disso, a “hipótese freudiana do inconsciente permite, ainda, saber sobre o sujeito quando seu discurso é interrompido e ultrapassado pelas formações do inconsciente” (MORAES 1999, p. 80).

Mas, e quanto à referência à língua materna e à língua estrangeira? O que a hipótese de haver um inconsciente comandando e ultrapassando a vontade consciente do homem e determinando seu desejo/ação poderia oferecer de contribuição para a reflexão acerca de minhas questões? Alguma articulação deveria ser possível! Logo de saída, ela apontava para a irrelevância daquela atitude reflexiva consciente com a qual eu havia me deparado quando de minha análise acerca das crenças sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras, tendo em vista o determinismo do inconsciente que escapava a qualquer influência da consciência ou da dimensão cognitiva do aprendiz. Mas, e o que mais? Um passo adiante precisava ser dado, e ele foi possível somente a partir da leitura de Jacques Lacan.

Se acompanharmos em Freud as formulações sobre a constituição do aparelho psíquico, que ele aborda primeiro como um aparelho de linguagem ([1891] 1977) e depois como um aparelho de memória ([1895] 1995, [1896] 1987 e [1900] 1987), indicando que a linguagem se constrói a partir da inscrição de traços mnêmicos que se reescrevem, já é possível observarmos que ao inconsciente não é dado existir separado da linguagem, e que não há nada para o ser humano dissociado dela. Moraes (1999) nos assegura serem “a linguagem e suas leis [que] dão, de modo potencial em Freud, seu estatuto ao inconsciente” (p.115).

Foi Lacan ([1972-1973] 1985c), porém, quem deu a ver claramente tal articulação ao afirmar “que o inconsciente é estruturado *como* uma linguagem” (p. 65, grifo do autor), isto é, obedece às mesmas leis da linguagem, leis do funcionamento do significante, o que marca seu papel constitutivo para o inconsciente, e caracteriza esta dimensão como uma cadeia composta por elementos simbólicos diversos sobre os quais o recalçamento pôde operar: da frase até a palavra, da letra até o fonema, e ainda, os

elementos de pontuação.

Com efeito, na lição de 17 de dezembro de 1974, no seminário *R.S.I.* ([1974-1975], inédito), o psicanalista francês reafirma a linguagem como condição do inconsciente, assegurando, ainda, ser ela a responsável por afetar o sujeito. Ele assegura, também, que ao ser falante não há outra alternativa a não ser habitar esta dimensão de saber inconsciente, com todos os inconvenientes que isso possa proporcionar (seminário *Les non-dupes errent* ([1973-1974], inédito), lição de 11 de Junho de 1974).

O inconsciente é, ainda, postulado por Lacan, na lição de 04 de novembro de 1971 do seminário *Le savoir du psychanalyste* ([1971-1972], inédito), como um saber não sabido, saber Outro, articulado por elementos linguageiros: “Certamente, o inconsciente é suposto pelo fato de que no ser falante há em algum lugar algo que sabe mais do que ele” (LACAN [1972-1973] 1985c, p. 119). Este saber é estruturado somente a partir do acesso à linguagem, e suposto abrigar o significante recalcado pelo corte original ocasionado pela entrada daquela no corpo, pelo atravessamento de uma heterogeneidade (o Simbólico da linguagem) em outra (o Real do corpo), constituindo, assim, o ‘corpolingüagem’¹ sobre o qual opera a Psicanálise.

A partir destas constatações, eu considerava já estarem contemplados na hipótese do inconsciente alguns dos elementos que interessavam à minha pesquisa: se o que me inquietava era a verificação de que para cada aprendiz o encontro com a língua estrangeira ocorria de forma singular, graças à constituição do sujeito pela língua materna, as proposições acerca do inconsciente também o apontavam como constituído singularmente, articulado por elementos de linguagem a partir de experiências únicas. E mais, o indicavam como determinante de atitudes e vontades e, ainda, portador do desejo do homem. Retomo a questão do inconsciente e de sua estruturação a partir das instâncias do Real, do Simbólico e do Imaginário no capítulo IV deste trabalho: *Lalangue, Língua Materna, Língua Estrangeira*, quando será incluído em minha discussão o operador

¹ Expressão cunhada por Ana Maria M. da Costa (2003) para se referir ao “campo relacional do sujeito ao Outro”, emerso “no momento em que algo de sua captura lhe retorna do Outro/outro” (LEITE 2004, p. 181).

*lalangue*².

Às hipóteses do inconsciente e de sua organização tal qual uma linguagem se somaram outras, que também pareceram corresponder à minha expectativa: surgiram as suposições do sujeito do inconsciente – constituído singularmente por linguagem graças à língua materna –, da língua como o ponto privilegiado de sua emergência, da língua materna como estruturante de seu psiquismo, e de *lalangue*, operador presente em qualquer língua, elemento responsável por articular as línguas ao sujeito/desejo. Cada um destes elementos será retomado nos capítulos que se seguem.

Antes, porém, se faz necessário retornar a algumas das noções que, a partir da incidência da teoria psicanalítica, receberam um sensível deslocamento conceitual. Assim sendo, apresento no capítulo seguinte algumas das ressignificações que alguns termos, tais como linguagem, língua, língua materna, língua estrangeira, afeto, aprendiz etc., que, caros a este trabalho, tiveram uma outra abordagem ao serem observados sob a perspectiva da Psicanálise.

² Apesar das conhecidas traduções do termo francês *lalangue* para o português: ‘alíngua’ ou ‘lalíngua’; optei por manter o mesmo no original, denotando, assim, a aproximação proposta por Lacan desta nomeação à palavra *lallation* (lalação em francês), sugerindo uma concatenação deste termo às emissões sonoras ininteligíveis características do período infantil. Segundo Haroldo de Campos (1995): “Lalia, lalação, derivados do grego laléo, têm acepções de ‘fala’, ‘loquacidade’, e também por via do lat. lallare, verbo onomatopaico, ‘cantar para fazer dormir as crianças’ (Ernout/Meillet) (...). Toda a área semântica que essa aglutinação convoca (e que está no francês *lalangue*, mas se perde em *alíngua*) corresponde aos propósitos da cunhagem lacaniana (...). O ‘idiomaterno’ – LALÍNGUA – nos ‘afeta’ com ‘efeitos’ que são ‘afetos’ resume Lacan, mostrando que sabe jogar com mestria o jogo que enuncia” (p. 188). Nas citações deste trabalho, porém, ora será empregado o termo ‘alíngua’ ora o ‘lalíngua’, de acordo com a tradução originalmente proposta.

Capítulo I

A perspectiva da Psicanálise

Conforme assinali na seção 3 da introdução deste trabalho, o arcabouço teórico ao qual me vi irremediavelmente filiada a partir da leitura do texto de Revuz (2002) demandou que algumas noções fundamentais para minha pesquisa, tais como linguagem, língua, língua materna, língua estrangeira, afeto, aprendiz etc., fossem revisitadas e reconsideradas à luz da Psicanálise.

Este procedimento possibilitou, assim, tanto a delimitação quanto a elaboração de uma proposta de análise do problema que realmente me fazia questão, a saber: compreender o que se põe em movimento em um sujeito constituído por linguagem quando de seu encontro com uma língua estrangeira, ou a relação única do sujeito com uma língua estrangeira a partir da consideração de sua língua materna como matéria constitutiva essencial. Este encontro do sujeito com a língua estrangeira é situação capaz de provocar o júbilo em alguns, que se aprazem no contato com esta língua outra, ao mesmo tempo em que causa terror em outros que, embaraçados e acuados pela entrada da nova língua, podem chegar, mesmo, a boicotar ou sabotar as situações de aprendizagem.

Sendo assim, o primeiro ponto a ser considerado versa sobre a afirmação de Revuz (2002) de que a entrada de uma língua estrangeira, jamais e sob qualquer hipótese, é sem importância ou conseqüências para um ser de linguagem, tendo em vista a incidência da língua não materna exatamente sobre a matéria responsável pela tessitura do psiquismo e da vida relacional do sujeito:

O encontro com a língua estrangeira faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com *nossa* língua. Esse *confronto entre primeira e segunda língua* nunca é anódino para o sujeito e para as diversas estratégias de aprendizagem (ou de não aprendizagem) de uma segunda língua (p. 215, grifos da autora).

Partindo deste apontamento, noções como as de língua estrangeira e língua materna (a *nossa* língua, como é tratada pela autora (*op. cit.*)) acima relacionadas, bem como as de língua, linguagem, aprendiz e afeto ali implicadas – elementos com os quais tanto minha graduação em Letras quanto minha formação posterior nos cursos de pós-

graduação já haviam me proporcionado alguma familiaridade, quer pela via da Lingüística quer pela da Lingüística Aplicada – necessitavam ser retomadas e ressignificadas frente as perspectivas da Psicanálise.

Para todos estes termos que eu já julgava conhecer, sobretudo pelo meu contato prévio com as teorias das ciências que se ocupavam da linguagem e do ensino de línguas, a Psicanálise parecia oferecer, porém, perspectivas de tratamento bastante diferentes quando comparadas às propostas da Lingüística e da Lingüística Aplicada.

Algumas outras noções, tais como inconsciente, desejo, sujeito, ‘eu’, *lalangue*, com as quais eu, até então, só havia me deparado superficialmente na leitura do texto de Revuz (2002) e de alguns outros, ou das quais não tinha, ainda, uma idéia sequer, no decorrer da pesquisa, das análises e da escrita deste trabalho foram tomando lugar eminente e articulando-se aos termos que já eram conhecidos, mas que haviam recebido nova perspectiva de tratamento após a inclusão da Psicanálise como categoria hábil a oferecer possibilidades de reflexão acerca do meu tema.

Com efeito, levar em consideração duas proposições fundamentais da teoria psicanalítica, quais sejam, a hipótese de Freud de haver um inconsciente ativo e determinante para atitudes/ações e desejos do sujeito, e a afirmação lacaniana de este inconsciente ser estruturado como uma linguagem, demandava que eu abordasse o objeto descoberto pela Psicanálise, bem como o que este objeto poderia trazer de implicações para as reflexões acerca da relação³ do sujeito com as línguas materna e estrangeira.

E na busca por compreender e articular o que a perspectiva psicanalítica poderia me oferecer, parti, então, para a análise destas noções tão fundamentais para minhas reflexões, as quais passo a apresentar a partir de agora: os conceitos de linguagem, língua, aprendiz/sujeito, afeto e ‘eu’ serão abordados e ressignificados no presente capítulo. Para as noções de língua materna e língua estrangeira, que também receberam outra perspectiva de tratamento a partir da incidência da Psicanálise e que foram brevemente introduzidas neste capítulo, reservei, respectivamente, os capítulos II e III, nos quais pretendo tecer uma análise mais detalhada e observar seus estatutos e seus predicados mais

³ Sempre que tomado para se referir ao sujeito e à sua língua materna, o termo “relação” não supõe um sujeito separado da linguagem, pois a perspectiva teórica à qual se vincula este trabalho postula o sujeito como um

marcantes. No capítulo III foi incluída, também, uma breve reflexão sobre a noção de desejo, a partir de uma discussão a respeito do desejo do sujeito pelas línguas estrangeiras. No capítulo IV, que precede as considerações finais, apresento e analiso a nomeação *lalangue* e examino o que ela oferece a respeito da relação entre a língua dita materna e as outras, tomadas como estrangeiras, projeto inicial deste trabalho.

Com efeito, a partir de uma certa experiência com a área que se dedica ao estudo da linguagem e ao ensino de línguas, eu já havia observado quão relevante para a prática dos professores de línguas estrangeiras, em geral, se mostrava a reflexão e a discussão acerca das noções de língua, linguagem, língua materna e língua estrangeira. Brown (1987) assevera esta relevância assinalando o valor de tais pontos e indicando-os como elementos centrais e de fundamental importância para as discussões da Lingüística, e também, acrescento eu, para as da Lingüística Aplicada.

Todos estes elementos, porém, puderam ser, também, tomados e analisados a partir do arcabouço teórico da Psicanálise. Em um primeiro momento, me surpreendi ao verificar que este campo se ocupava de questões bastante diversificadas, não se limitando a discutir ou tratar, apenas, casos de patologia psíquica, se interessando, também, por pontos referentes à linguagem e ao seu funcionamento, itens que constam entre seus objetos privilegiados de dedicação e estudo. Posteriormente compreendi a articulação solidária e necessária da linguagem a todo e qualquer funcionamento psíquico, e se abriu ao meu entendimento o porquê da preocupação da teoria psicanalítica com o campo da linguagem e com suas formas de realização.

Sob o enfoque desta área, pois, encontrei outras perspectivas e possibilidades de tratamento para todas aquelas noções que, a cada dia, se impunham como mais e mais cruciais para a elaboração das reflexões de interesse deste trabalho. Assim sendo, discorro, a seguir, sobre alguns destes conceitos a partir da incidência da teoria psicanalítica.

efeito de linguagem, emerso pela ação da materialidade da língua materna.

1. Linguagem

a lei do homem é a lei da linguagem (LACAN [1953] 1998, p. 273)

Tradicionalmente a linguagem é observada como uma capacidade cognitiva em potencial, geneticamente herdada e socialmente desenvolvida, própria ao animal humano. Ela é, ainda, situada como a faculdade mental responsável por organizar os pensamentos, fundamentar as significações e permitir que haja a comunicação do homem com seus congêneres a partir da utilização de um (ou vários) sistema(s) articulado(s) de símbolos: a(s) língua(s).

Para a Psicanálise, entretanto, a linguagem, denotada por Lacan ([1953] 1998) como um campo de onde se desdobra, dentre outras, a função da fala, distingue-se como o fundamento da experiência analítica, seja no que se refere à sua *práxis* seja no que diz respeito a suas elaborações teóricas. O psicanalista francês indica que a técnica psicanalítica, operada por linguagem, só ganha pleno sentido quando orientada naquele campo, e que os efeitos de tal técnica são, irremediavelmente, extraídos da e ordenados pela função da fala.

Sob esta perspectiva, a discussão sobre o que é linguagem desloca seu foco de atenção de uma determinada acepção deste termo para a consideração deste campo como lugar privilegiado para uma operação. De faculdade que capacita a espécie humana para a comunicação, o campo da linguagem se transfigura em lugar privilegiado do sujeito do inconsciente e em condição essencial para sua existência e emergência, por se configurar como condição imprescindível para haver fala. Note-se, aqui, que o termo “lugar” não remete a uma localização espacial de origem empírica, mas reporta, antes “a uma intuição pura *a priori*, (...) porque ele é estruturado como uma linguagem” (PORGE 2009, p. 133).

Além disso, a linguagem está, também, segundo o ponto de vista da Psicanálise, intimamente implicada na constituição do psiquismo pela língua materna, uma de suas formas de funcionamento, por ser a organizadora do aparelho psíquico, ao mesmo tempo em que sua causa, e pré-requisito para todas as suas operações. Este campo também é o responsável pela instituição de todas as representações que sustentam o mundo para o sujeito, pelos elementos sem os quais nada se constituiria ou se daria a (re)conhecer ao homem:

este aparelho [psíquico] não está aí colocado como um instrumento pré-existente à linguagem, mas sim, para articular, numa relação de causa e efeito, a função da linguagem na formação desse aparelho: a linguagem não é só efeito desse funcionamento, mas é também aquilo que o funda. Dessa forma o outro e o mundo vão se constituir objetos, a partir do que a linguagem constrói (MORAES 1999, p. 10).

Como já indicado na introdução deste trabalho, a Psicanálise descobre, ainda, no inconsciente, que é o seu objeto primordial, toda a estrutura de funcionamento da linguagem. Freud, desde *A Interpretação dos Sonhos* ([1900] 1987), já sintetiza o funcionamento psíquico nas operações de condensação e deslocamento, apontando serem estes os mecanismos atuantes naquela dimensão. Lacan ([1953] 1998), porém, propôs a escanção destas duas estruturas, apontando a elipse, o pleonasma, o hipérbato, a silepse, a regressão e a repetição (todas figuras de estilo características do trabalho da linguagem) como os deslocamentos sintáticos realizados na instância inconsciente, e a metáfora, a catacrese, a antonomásia, a alegoria, a metonímia e a sinédoque (do mesmo modo, figuras de estilo) como as condensações semânticas detectadas em seu funcionamento. Segundo o psicanalista francês é nesse movimento que “Freud nos ensina a ler as intenções ostentatórias ou demonstrativas, dissimuladoras ou persuasivas, retaliadoras ou sedutoras” (p. 269) do inconsciente no ser de linguagem. Assim sendo, este campo revela-se, ainda, como campo que, por suas articulações, possibilita as formações do inconsciente, que revelam aspectos do desejo do sujeito.

Sob a perspectiva freudiana ([1891] 1977), o campo da linguagem é constituído por associações entre elementos complexos que contemplam itens acústicos, visuais e motores. Por sua vez, Lacan ([1953] 1998) indica que “a linguagem não é imaterial”, mas antes “corpo sutil” (p. 302), e inclui em seu campo as unidades que, desprovidas de sentido *a priori*, são propensas à significação – os significantes. São estes elementos fundamentais que figuram como os responsáveis por construir e estruturar, para o sujeito, toda e qualquer referência à realidade. A isso, Milner (1987) acrescenta que é a linguagem, assentada “sobre a existência como tal”, que permite que o saber inconsciente seja tecido, saber este “que passa pela ausência fantasiada de seu objeto” (p. 18).

Em teorizações posteriores, Lacan ([1972-1973] 1985c) associa, ainda, a linguagem ao operador *lalangue*, afirmando que os itens que o constituem não se resumem

às palavras, frases e seqüências discursivas, mas que ele compõe-se, também, de ruídos e rumores, de onomatopéias e sons que escapam a qualquer representação, de possibilidades de mal-entendidos, captados como elementos essenciais de/para *lalangue*. (Retomo esta discussão no capítulo IV desta pesquisa).

Lacan ([1957a] 1998) também postula que o campo da linguagem se caracteriza por ser o que “distingue essencialmente a sociedade humana das sociedades naturais” (p.499), além de afirmar que suas leis são as mesmas responsáveis por reger o homem e apontar como sua função mais fundamental evocar o Outro/outro⁴, e não informar.

2. Língua

Falar é navegar a procura de si mesmo (REVUZ 2002, p. 220)

A partir da formação acadêmica em Letras, com carga horária bastante significativa da disciplina Lingüística, foram construídas minhas primeiras concepções de língua, embasadas, em primeira instância, em Ferdinand de Saussure ([1916] 1974). Nessa perspectiva a língua era definida como um código, “um todo por si e um princípio de classificação” (p. 17), uma parte essencial da linguagem, um de seus fatos: o primeiro e principal, a servir de norma a todos os demais, “um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas” (p. 18), que solicitava que se desprezasse tudo que fosse estranho a seu funcionamento: “uma forma e não uma substância” (p. 141).

Abro um parêntese neste ponto para destacar o quanto foi interessante e inusitado para mim, apenas iniciando minhas leituras em Psicanálise, constatar que o livro que marcou minha história acadêmico-profissional por ser a referência inicial para a constituição de minha concepção primária de língua (o *Curso de Lingüística Geral* foi o primeiro livro de Lingüística que li, logo no início do primeiro período da faculdade de Letras) era também referência importante na Psicanálise. O lingüista genebrino serviu, assim, de fonte de inspiração para algumas das mais marcantes investidas lacanianas,

⁴ Lacan ([1956-1957] 1995) aponta para uma diferença entre o (pequeno) outro imaginário e o (grande) Outro simbólico: “O Outro não é simplesmente o outro que está ali, mas literalmente o lugar da palavra. Existe, já estruturado na relação falante, este mais-além, este grande Outro para além do outro que vocês apreendem imaginariamente, este Outro suposto que é o sujeito como tal, o sujeito em que a fala de vocês se constitui, porque ele pode, não somente acolhê-la, percebê-la, mas também responder a ela” (pp. 79-80).

abordadas amplamente no seminário sobre *As psicoses* (LACAN [1955-1956] 1985b), no qual o psicanalista francês recorreu à teoria saussuriana do significante para especular sobre este elemento e estabelecê-lo como presença impreterível no funcionamento do aparelho psíquico, causa da função subjetiva por seus deslizamentos no inconsciente, e ponto fundamental para a constituição de toda e qualquer significação ou efeito de sentido, *a posteriori*, no ser de linguagem.

Retornando à noção de língua, objeto de reflexão nesta seção: se inicialmente, desde e a partir das intervenções saussurianas, ela era, para mim, concebida como uma manifestação particular ou realização de um fenômeno (tal como é tradicionalmente tratada a linguagem) que comportava em sua materialidade elementos léxicos, semânticos, discursivos e gramaticais, após a consideração da Psicanálise, ela passou a ser tomada como um conjunto material de realidades da linguagem, assentado de forma privilegiada sobre a modalidade ou a forma de existência como tal, conforme a especificação de Milner (1987).

A língua é, também, na perspectiva psicanalítica, afastada de seu mero valor de código e esvaziada em sua importância enquanto estrutura organizada. Por outro lado, tal perspectiva valoriza a substância, aparentemente denegada na compilação feita no *Curso de Lingüística Geral* e atribuída a Saussure, substância que, de acordo com o arcabouço teórico da Psicanálise, é o que encarna a possibilidade de emergência do sujeito do inconsciente a partir da função da fala.

A língua é também a portadora da materialidade que suporta o não-todo de *lalangue*, ela mesma uma língua entre as demais, segundo Milner (1987), mas uma língua que contraria o princípio lingüístico de unicidade e que assegura a si o requisito de ser não-toda, devido à sua propriedade de incomensurabilidade e à impossibilidade de ela se alinhar no lote das demais línguas, as línguas naturais.

Milner (1987) afirma, ainda, que a partir do aceite de *lalangue* como “aquilo pelo qual, de um único e mesmo movimento, existe língua (ou seres qualificáveis de falantes, o que dá no mesmo) e existe inconsciente” (pp. 17 e 18), o fato de língua passa a consistir em haver um impossível no dizer: toda fala comportando, assim, um além ou um aquém enquadrado fora da capacidade de controle do falante.

A língua é, também, a matéria-prima que empresta seus significantes para que a função da fala se realize. E a fala – com sua capacidade de contar uma lembrança ou enunciar, produzindo, assim, um efeito de sentido – comporta, segundo a perspectiva freudiana em *Estudos sobre a Histeria* ([1895] 1987), a propriedade terapêutica de propiciar o tratamento e a resolução para os sintomas psíquicos. É a chamada *talking cure*, nomeação dada ao tratamento analítico por Anna O., paciente de Freud e de Breuer⁵, nos primórdios das experiências clínicas que desencadearam, paralelamente, a teoria psicanalítica: “a fala mantém um papel peculiar de produtora e, ao mesmo tempo, de libertadora de sintomas” (MORAES 1999, p. 35). A Psicanálise opera, assim, sobre o ‘corpolingüagem’, ou seja, o corpo que, atravessado por linguagem, é absolutamente indissociável deste campo que, por intermédio da função da fala, é capaz de produzir e desatar manifestações sintomáticas no sujeito.

Em Lacan ([1953] 1998), encontramos uma passagem que assevera esta função da fala, irremediavelmente conectada à noção de língua, já que a fala não deixa de ser a própria língua em uso, materializada sonoramente: sobre isso, o autor afirma que o sintoma, formação inconsciente construída por uma ambigüidade semântica, “se resolve por inteiro numa análise languageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada” (p. 270). Além disso, o psicanalista francês assevera que é da fala, um dom de linguagem, que a Psicanálise recebe “seu instrumento, seu enquadre, seu material e até o ruído de fundo de suas incertezas” ([1957a] 1998, p. 497), já que só ela pode revelar o lugar do sujeito em sua busca pela verdade.

Os tópicos língua e *lalangue*, brevemente abordados nesta seção, serão retomados neste trabalho, no capítulo IV: *Lalangue, Língua Materna, Língua Estrangeira*, quando será abordada a questão da matriz significante mínima implantada no corpo do sujeito a devir graças a *lalangue* e à sua função na produção de efeitos de sentido (ou de não sentido), equívocos e mal-entendidos. A seguir, abordo as noções de sujeito e ‘eu’.

⁵ Célebre médico e psicólogo vienense, Josef Breuer estabeleceu uma amizade e uma troca de experiências profissionais com Freud a partir de 1882, sendo figura notória nos acontecimentos que deram início à instauração da clínica e à elaboração da teoria psicanalítica. “Foi o médico de Bertha Pappenheim que, sob o nome de Anna O., se tornaria o caso *princeps* das origens do freudismo” (ROUDINESCO & PLON 1998, p. 93).

3. De aprendiz a sujeito de linguagem e o conceito de 'eu'

Seguindo a filiação teórica deste trabalho, a noção de aprendiz de língua estrangeira, tão cara às reflexões que pretendo desenvolver, precisou ser, obrigatoriamente, atrelada à consideração deste ser como o suporte essencial para o funcionamento de uma função imprescindível para minhas considerações: a de sujeito, porém, um sujeito alinhado aos moldes estabelecidos pelos princípios teóricos da Psicanálise. Desta forma, a questão da individualidade, levantada no início de minhas investigações, foi substituída pela da subjetividade no que se refere aos aprendizes de línguas estrangeiras aos quais me reporto nesta pesquisa: de indivíduos, eles passaram a sujeitos de linguagem.

Existe uma aceção geral, mais ou menos aceita, da noção de sujeito, que determina este termo aproximando-o da clássica definição elaborada por René Descartes ([1637] 1999), isto é, instaurando-o sob o modelo cartesiano: é o chamado sujeito cartesiano ou psicológico, postulado como ente completo e guiado por sua capacidade de pensamento. É o sujeito que *é/existe* devido à sua faculdade de pensar e a partir da realização deste ato. Tal conceitualização, porém, se afasta da consideração que a Psicanálise afere para esta noção, e é tal diferença que pretendo marcar a seguir.

Sobre o sujeito cartesiano, Moraes (1999) aponta que tal noção implica a existência de um sujeito que, constituído previamente, se encontra, desde sempre, separado de sua língua materna, a qual, mesmo assim, trata como familiar, e, portanto, apartado, também, de qualquer outra língua, qualificada, esta, como estranha/estrangeira para ele. Neste panorama, o sujeito

é objetivável enquanto um conjunto de comportamentos em relação ao seu meio e à língua, apenas mais um meio, um meio de comunicação. Assim, o sujeito está de um lado, e a língua, de outro, como meio de tornar comunicáveis os sentidos. Nessa concepção, o sentido existe antes das palavras e o sujeito é anterior e exterior à linguagem, o que permite que a noção de subjetividade apareça, por um lado, como positiva e permaneça intimamente ligada à de individualidade, e, por outro lado, completamente desligada da noção de linguagem (MORAES, no prelo).

Esta perspectiva toma o sujeito, ainda, como um ser plenamente consciente, que detém o saber e pode apreender integralmente o mundo que o cerca para agir sobre ele,

conectando, assim, necessariamente, conforme assinala acima, a noção de existência à de pensamento, tão bem ilustrada pela máxima *'Cogito, ergo sum'*, ou 'Penso, logo sou', instaurada por Descartes ([1637] 1999).

Em contraposição a estas considerações, desponta a acepção de sujeito postulada pela Psicanálise, acepção que tomo como orientadora deste trabalho e de minhas reflexões – um sujeito obrigatoriamente conectado à hipótese do inconsciente, efeito de seu funcionamento: “O termo sujeito, introduzido por Lacan na psicanálise, está aí para tornar possível operar com a hipótese do inconsciente sem aniquilar sua dimensão fundamental de não sabido” (PORGE 1996, p. 502).

Tem-se, então, uma apreensão de sujeito que em nada o aproxima da concepção de indivíduo, isto é, ser uno e indiviso, ou de pessoa e que, menos ainda, se refere a ele como um ser racional. Antes, o sujeito do inconsciente é abordado como uma dimensão constituída obrigatoriamente no e pelo campo da linguagem, cuja existência não se encontra garantida na realidade. Ele é o que constantemente atravessa e ultrapassa o ser de linguagem pela função da fala, é uma irrupção que sempre ocorre à revelia da vontade ou do controle conscientes: “O sujeito não é nada de substancial, ele é momento de eclipse que se manifesta num equívoco” (PORGE 1996, p. 502).

Caracteriza-se por ser imaterial, pontual, evanescente e originalmente dividido pelo significante que é seu suporte, não passando de um efeito do campo e do trabalho da linguagem. Além disso, o sujeito do inconsciente é uma dimensão que se encontra sempre, como afirma Charles Melman (1992), em exílio, isto é, sempre à mercê da língua/linguagem que deveria assegurar sua identidade, mas não o faz.

Considerando, assim como Lacan ([1972-1973] 1985c), que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é possível atribuir a ele a condição de lugar privilegiado das relações significantes e, como consequência desta perspectiva, considerar o sujeito do inconsciente como o que um significante representa para outro, pois só há “sujeito por um significante, e para um outro significante” (p. 195).

Isso implica uma impossibilidade de dissociar as noções de sujeito, de inconsciente e de linguagem, demarcando como necessária a subsistência simultânea destas três possibilidades para estar garantida a existência de qualquer uma delas: funcionando tal

qual uma linguagem, o inconsciente, guiado pelas leis do significante que é seu suporte, produz, como um efeito de seu movimento, a dimensão psíquica que é o sujeito.

Este trabalho de remissão incessante empreendida pelos jogos dos significantes na dimensão inconsciente do aparelho psíquico constitui a função subjetiva, que surge sempre via campo da linguagem, sustentada na relação com o Outro que, a um só tempo, garante sua origem e denota o destino de sua operação, pois, segundo Lacan ([1957-1958] 1999), a função de sujeito pode existir somente em uma referência direta a esse Outro.

Retomarei a noção de sujeito, segundo a teoria psicanalítica, na seção 2 do próximo capítulo: *Língua Materna: Incomparável*, na qual abordo a introdução da divisão original no suposto indivíduo a partir da operação daquela função e, também, no capítulo IV, no qual trabalho a articulação deste termo ao operador *lalangue*.

No que diz respeito ao ‘eu’, este termo só passou a se caracterizar, para mim, como um conceito e a representar uma função psíquica após minha filiação ao arcabouço teórico da Psicanálise. Antes disso, minha restrita compreensão o remetia, diretamente, ao âmbito da morfologia ou da sintaxe. De acordo com a gramática, área responsável por regulamentar os usos das línguas, este termo é morfologicamente definido como pronome substantivo, classificado como pessoal do caso reto e referido à primeira pessoa do singular, conferindo sua declinação às concordâncias dos verbos que o acompanham. No tocante à sintaxe, o termo ‘eu’ corresponde a um elemento que pode ser colocado na posição de sujeito⁶ em uma oração, fazendo papel de sujeito simples (ao figurar sozinho), composto (quando acompanhado de outro(s) termo(s)) ou oculto (quando somente a concordância verbal marca sua referência), em períodos que podem se classificar, igualmente, em simples ou compostos.

De questões relativas à enunciação, surge uma outra perspectiva de consideração do pronome ‘eu’, o qual abordei a partir de algumas implicações levantadas por Milner em *O Amor da Língua* (1987). No capítulo cinco da citada obra (*Desvios pelas*

⁶ O termo sujeito, nesta indicação, se refere somente à função sintática que o aponta como “elemento da oração sobre o qual se emite uma informação”, conforme assinala Terra (1992, p. 185), não remetendo ao

chicanas do Todo), o autor tece uma crítica à necessidade que tem a Lingüística em postular a língua, seu objeto, como um todo, e de sua impossibilidade em alcançar esse propósito quando entram em cena as inconsistências próprias a este objeto, representadas, neste caso, pela categoria dos *Shifters* ou indicadores. Esta classe remonta às palavras que variam conforme a situação de seu emprego, a partir de uma referência interna ao contexto em que se encontram e, por tal característica, denotam o não-todo ao qual as línguas estão constantemente submetidas:

Pois é fácil mostrar que elementos singulares – digamos, para resumir, os pronomes pessoais – denegam ao mesmo tempo a estratificação (a definição em menção do pronome exige seu uso), a divisão do som e do sentido (o sentido do **eu** é a proferição do significante “eu”), o dualismo (a coisa designada por **eu** não tem outra consistência a não ser um certo uso da palavra, ela mesma palavra). Sem dúvida, para que através disso as funções denegadas sejam ao mesmo tempo garantidas como Todo, é preciso aceitar que os elementos singulares sejam inscritos em posição de **limite**: é para isso que serve o conceito de **shifter**. Que na operação alguma coisa do real se perca, isto é muito pouco duvidoso, mas as exigências do Todo são a esse preço (MILNER 1987, pp. 48 e 49, grifos do autor).

Assim sendo, o significante ‘eu’, quando abordado a partir da noção de *shifter*, isto é, quando visto como um índice de subjetividade no discurso, não pode jamais aludir a um mesmo referente, encontrando-se permanentemente em posição de limite, negando à língua a completude almejada pelas ciências da linguagem, e marcando a inconsistência que introduz um heterogêneo em sua anotação (MILNER 1987).

No tocante à teoria psicanalítica, porém, o termo ‘eu’ não se aproxima em nada da elaboração usual concedida pela morfologia e pela sintaxe, que o indicam ora como pronome pessoal do caso reto ora como sujeito da oração, única abordagem que eu considerei possível durante muito tempo. Tampouco ele se alinha à noção de *shifter*, criticada por Milner (1987) e abordada acima, apesar de esta categoria ter sido, por algum tempo, alvo das análises e das elaborações lacanianas. Confesso, porém, que os estudos de Jakobson e Benveniste sobre este termo me eram, até o encontro com a Psicanálise, estranhos e desconhecidos, e que só fui remetida às teorizações daqueles lingüistas a

tratamento que a Psicanálise concede a esta função, conforme discutido anteriormente nesta mesma seção.

respeito dos *shifters* a partir das apreciações empreendidas por Lacan ([1960] 1998).

Deste modo, faz-se importante salientar que a visada original que a Psicanálise oferece a respeito do significante ‘eu’ afasta esta dimensão daquele exercício imaginário no qual o ser falante supõe anunciar-se e comandar as rédeas de seu discurso, situação que coloca o homem contemporâneo em uma posição meio ingênua, meio elaborada, de considerar-se senhor de seu dizer (LACAN [1954-1955] 1985a). Ao invés disso, o ‘eu’ é alçado à categoria de função imaginária privilegiada e recebe o *status* de elemento incontestavelmente operante no aparelho psíquico, impreterível para este aparelho, com diversas funções. Portanto, o ‘eu’ refere-se ao

ancoradouro defensivo em relação às excitações internas e externas, (...) [com] papel (...) [que] consiste em refrear os ímpetus passionais do isso⁷ e em substituir o princípio de prazer pelo princípio de realidade, (...) lugar de recepção dos traços mnêmicos deixados pelas palavras, (...) cerne do sistema perceptivo, (...) [e função que] participa da censura (ROUDINESCO & PLON 1998, p. 211).

Suposição e função essencialmente imaginária e exterior ao sujeito, separado dele pelo campo da linguagem a despeito da simultaneidade da organização destas duas dimensões no aparelho psíquico e de sua indissociabilidade e interdependência, o ‘eu’ se caracteriza, primordialmente, por ser um objeto para onde são destinados, também, investimentos de amor.

No tratamento que Erik Porge confere ao termo sujeito, no *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise* (1996), editado por Pierre Kaufmann, no verbete que versa sobre o mesmo tema (pp. 501–510), é revelada a inegável excentricidade do ‘eu’ em relação ao sujeito, apesar da constante articulação entre estas duas funções, e é marcada, ainda, a fundamental distinção destes dois conceitos. O autor deixa claro, também, que no que diz respeito ao funcionamento psíquico, ‘eu’ e sujeito jamais se equivalem, não possuindo, portanto, a mesma função na organização daquele aparelho:

⁷ Instância da segunda tópica freudiana, ao lado do Eu e do Supereu, o Isso é concebido como o “reservatório pulsional desorganizado, (...) [a] sede das ‘paixões indomadas’” (ROUDINESCO & PLON 1998, pp. 399 e 400) do homem, e como uma dimensão de ordem inconsciente do aparelho psíquico.

Dizer “sujeito” é também dizer que a experiência que será feita desse engano o será por um ser falante, que se interroga no campo da linguagem sobre a existência de seu “eu”. Dizemos “sujeito” do inconsciente e não “eu” do inconsciente. Para o “eu” que fala, o sujeito do inconsciente é um “ele” e não um “eu”. Dizer sujeito do inconsciente é se dar os meios de falar do inconsciente com o inconsciente, sem contradizer o caráter fundamentalmente elíptico e surpreendente do inconsciente; sujeito é esse “ele” de que fala o “eu” quando quer se designar como inconsciente, um inconsciente que não seja um outro “eu” (PORGE 1996, p. 502).

A dimensão do ‘eu’ denota, ainda, as condições conflituosas às quais o ser de linguagem está sempre subjugado, desde sua ascensão ao campo simbólico, isto é, desde a marca de sua divisão originária, “situação de impasse própria à constituição do objeto humano” (LACAN [1954-1955] 1985a, p. 71): desarmonia entre sujeito e eu, desarmonia entre eu e as coisas do mundo que o rodeiam, relações sempre perturbadas pela incidência do inconsciente, que é, ele mesmo, um saber desarmônico, estranho aos sujeitos falantes (LACAN [1973-1974], inédito).

4. Afeto

Há, ainda, que se destacar o deslocamento sofrido pela noção de afeto, à qual já me referi brevemente na parte introdutória deste trabalho (seção 1.1), quando foram trazidos para a discussão alguns elementos a respeito das crenças sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras.

Com efeito, há vertentes na pesquisa em Lingüística Aplicada que se propõem a analisar os fatores afetivos, também chamados fatores de personalidade (Brown 1987), em suas teorizações, apontando-os como variáveis hábeis a influir na relação do aprendiz com a língua estrangeira, como “influências importantes para o modo como os indivíduos aprendem com as experiências e caracterizam a tarefa de aprendizagem” (SILVA 2005, p. 76).

É Brown, em *Principles of Language Learning and Teaching* (1987), manual que foi meu livro de cabeceira durante um bom tempo no decorrer de minha formação acadêmica e de atuação profissional, quem oferece uma definição do que é tomado como fatores afetivos ou variáveis de personalidade para a pedagogia de ensino de línguas

estrangeiras:

The affective domain is the emotional side of human behavior, and it may be juxtaposed to the cognitive side. The development of affective states or feelings involves a variety of personality factors, feelings both about ourselves and about others with whom we come into contact (p. 100).

Como componentes deste domínio que remonta à emoção ou ao sentimento são elencados a auto-estima do aprendiz, sua inibição (introversão) ou extroversão, sua empatia (para com professor/colegas ou país/cultura da língua alvo), sua atitude/disponibilidade frente aos/para correr riscos (no que se refere às situações de uso da língua alvo), seu grau de ansiedade (também no que diz respeito às tarefas de aprendizagem da língua estrangeira), e sua motivação (para a aprendizagem).

Todos estes itens que compõem a esfera afetiva do aprendiz são classificados como formas de comportamento, implicando, assim, a possibilidade de transformações e mudanças, ou de adestramento: se algumas das concepções ou atitudes articuladas à esfera afetiva do aprendiz configuram-se como negativas para a tarefa de aprendizagem da língua estrangeira é possível, a partir de uma intervenção que o conscientize e o faça refletir sobre a situação, alterar o quadro, permitindo uma relação menos conflituosa com aquela língua e, assim, o sucesso no empreendimento de aprendê-la.

Frente a um trabalho apropriado que suplante tais atitudes ou comportamentos ‘inadequados’, substituindo-os por outros, considerados positivos, podem ser sanadas todas as dificuldades em se expressar de forma articulada e criativa na língua alvo. Fica claro, assim, que questões relativas ao afeto se relacionam à consciência e remetem à cognição do homem, já que o domínio afetivo é colocado lado a lado ao domínio cognitivo do comportamento humano, e que a reflexão consciente é a responsável por possíveis alterações em sua operação.

No tocante à Psicanálise, entretanto, o conceito de afeto, abordado em detalhes por Freud em 1915 no ensaio *Pulsões e Destinos da Pulsão* (2004), se caracteriza, ao lado das representações, como um dos componentes pulsionais, e é necessariamente vinculado às dimensões do corpo e da linguagem. Lacan ([1975-1976] 2007) trabalha esta vinculação ao postular que “as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer. Esse dizer, para

que ressoe, para que consoe (...), é preciso que o corpo lhe seja sensível. É um fato que ele o é” (pp. 18 e 19).

Desde a tomada freudiana, não existe, pois, nenhuma associação da noção de afeto à esfera da consciência e menos ainda uma equiparação deste termo a um comportamento. Ao contrário, segundo o ponto de vista da Psicanálise, a noção de afeto é sempre articulada, obrigatoriamente, à cena psíquica inconsciente.

Os afetos são postulados como efeitos do inconsciente e estão, irremediavelmente, situados nesta dimensão. São definidos como as afecções enigmáticas da linguagem inconsciente sobre as funções ‘eu’/sujeito, devido à constituição destas graças ao campo da linguagem. Pelo mesmo motivo, a noção de afeto vem, também, associada à nomeação *lalangue*. Assim sendo, é somente pelas vias da linguagem, que não é feita de palavras, mas que contém os elementos de *lalangue* em sua sutil materialidade, que um sujeito falante pode ser afetado, determinado e condicionado.

No seminário *Mais, ainda* ([1972-1973] 1985c), Lacan articula mais uma vez os afetos à cena psíquica inconsciente quando institui que o termo afetar se refere a algo que é “corporalmente [o real do corpo], imaginariamente ou simbolicamente, alguém pisa[r] o pé de vocês. Chamam a isto *afetá-los*” (p. 149, grifo do autor), em um claro remetimento dessa afetação às três dimensões estruturantes da experiência humana: R, S e I, que constituem o inconsciente.

Os afetos são irreduzíveis às representações, apesar de irremediavelmente ligados a elas, e se caracterizam como efeitos de *lalangue* sobre o corpo: *lalangue* apresentando-se como um saber que antecede toda e qualquer filiação ao campo simbólico e o real do corpo se prestando a um lugar para a simbolização. Assim sendo, os afetos são os efeitos do inconsciente e configuram-se como um impossível encontro entre as heterogeneidades do corpo e da linguagem imposto ao sujeito. E é tal impossível que produz o desconforto e o estranhamento que se manifestam, para o falante, como algo que não pode, jamais, ser dito:

Alíngua nos afeta primeiro por tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão bem além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar (LACAN [1972-1973] 1985c, p. 190).

5. Língua materna e língua estrangeira

Existem perspectivas clássicas que conferem às línguas, quer a materna quer a(s) estrangeira(s), a qualidade de códigos que, exteriores ao falante, precisam ser adquiridos ou aprendidos para que propiciem e sustentem a comunicação entre os seres humanos. Em *O Amor da Língua* (1987), Milner tece uma crítica a essas perspectivas, que consideram somente o caráter utilitário das línguas e as definem meramente como meios de comunicação enquadrados nas redes das práticas sociais ou outras.

Tomada tradicionalmente como a língua aprendida em primeiro lugar, concedendo ao homem os traços essenciais de humanidade, e caracterizada como um sistema formal, um código fechado que deve ser adquirido, a língua materna é, segundo Moraes (1999), normalmente apresentada como uma realização do campo da linguagem localizada fora do indivíduo que fala. Às línguas estrangeiras, consideradas alteridades absolutas, tanto no que diz respeito ao indivíduo quanto em relação à língua materna, foi concedido o mesmo estatuto:

Como já destacamos, a Lingüística Aplicada tomou seu trabalho com a língua estrangeira, de início, como um trabalho de ensinar e aprender. Isso porque aceitou, na noção de língua estrangeira, uma alteridade, um outro sistema. Mas essa noção de sistema está, de certa forma, implícita na língua materna, considerada um sistema formal fechado em si mesmo, lugar da sistematização, lugar do social, mas exterior ao indivíduo e, portanto, sistema a ser aprendido. Embora se façam diferenças entre aprender e adquirir dentro da Lingüística, resta reconhecer que não se pensa aí o sujeito constituído por linguagem. Tampouco a Lingüística Aplicada interroga o fato de o sujeito não estar, nesta equação, contemplado na linguagem (MORAES 1999, p. 04).

As visadas clássicas oferecem, ainda, outras concepções a respeito da língua materna do sujeito, e conseqüentemente, das línguas consideradas estrangeiras a ela. Nina Leite (1995), ao examinar a referência implícita na expressão ‘língua materna’, que a

remete ora à figura da genitora – que cumpre as funções de primeiro outro, de primeiro Outro e de lugar do saber –, ora ao Estado-Nação, que filia todos os falantes unindo-os em um grupo nacional, indica ser

costume identificar a “língua materna” com a primeira língua, e nisto a língua falada pela mãe, fazendo aí a suposição de poder haver uma outra, a estrangeira, segunda; e também com a língua nacional, implicando desta forma uma identificação do falante através da língua que sustenta a unificação subentendida no conceito de nação (LEITE 1995, p. 65).

A mesma autora afirma, ainda, haver uma aproximação do conceito de língua materna à concepção de língua natural, observada como aquela à qual a criança acede gradualmente, aparentemente sem fazer qualquer esforço, à medida que seu corpo e sua mente se desenvolvem. Segundo Leite (1995), a definição de uma língua como natural é a condição mínima para ela ser identificada como materna para algum falante. E a atribuição de um caráter natural à língua materna pelo ser de fala (*parlêtre*⁸) se deve, principalmente, ao fato de esta língua estar tão onipresente na vida e na história do sujeito e ao fato de que sua apreensão ocorre de forma a não demandar elaborações conscientes sobre sua aquisição. Desta maneira, o sujeito sente como se jamais a tivesse aprendido, já que esta operação remete a processos de outra ordem.

Com a entrada da teoria psicanalítica na discussão acerca deste conceito, porém, as equiparações da língua materna à língua aprendida com a mãe, ou ao sustentáculo de uma identidade nacional, ou, ainda, a uma língua que se adquire sem esforço, naturalmente, perdem espaço para a consideração desta como a língua-causa do sujeito do inconsciente, isto é, como o campo simbólico responsável por sua estruturação psíquica, fundamento de sua constituição. O estatuto da língua materna sob o recorte da Psicanálise será mais bem analisado posteriormente neste trabalho (capítulo II).

Do mesmo modo, a incidência da Psicanálise permite que sejam propostos deslocamentos para a noção clássica de língua estrangeira, postulada como exterioridade ao falante e à língua materna, ou como materialidade que precisa ser ‘desestrangeirizada’

⁸ Termo instituído por Lacan e utilizado desde seu seminário sobre R.S.I. (1974-1975, inédito), o *parlêtre* (junção dos termos franceses *parler* + *être*) ou falasser (do português fala + ser), se refere ao sujeito “definido pela função da fala no campo da linguagem” (LEITE 2004, p. 181).

(ALMEIDA FILHO, 1998) – isto é, aproximada da língua materna e da sensação de familiaridade que ela representa – para ser aprendida. Outra perspectiva tradicional de língua estrangeira considera esta língua simplesmente como uma língua aprendida depois do acesso e de um domínio razoável da língua materna. Esta caracterização, entretanto, contempla apenas os aspectos temporais ou cronológicos deste processo de aprendizagem, não levando em conta a base simbólica estabelecida pela língua materna do sujeito, não colocando tal base como condição *sine qua non* para o acesso a outra língua, conforme o interesse de abordagem deste trabalho.

A hipótese desta pesquisa propõe, antes, que a língua estrangeira, ao se depositar sobre as trilhas simbólicas previamente estabelecidas pela língua materna, recebe suas reverberações, se caracterizando, assim, como uma extensão do campo significante fundado pela língua materna do sujeito. Tais trilhas originais, porém, só se permitem reconhecer posteriormente, quando da entrada da língua estrangeira, já que as línguas são, todas, sejam quais forem suas categorizações, campos simbólicos, e que é a entrada de novos itens nesse campo que provoca subversões as mais variadas.

Mesmo mantendo sempre seu estatuto de estrangeira, esta língua outra não pode ser considerada meramente um outro código, radicalmente independente, e simplesmente adquirido depois. A perspectiva deste trabalho leva em conta, antes, que as articulações do sujeito a respeito desta e nesta nova língua se ancoram no que a língua estrangeira traz de estranhamento e não em seus predicados de sistema lingüístico.

O estatuto da língua estrangeira enquanto afetada pela hipótese do inconsciente e de sua estruturação como uma linguagem, bem como pela de haver um sujeito suposto naquela dimensão, também será tema de um dos capítulos posteriores deste trabalho (capítulo III), que pretenderá discutir, além de suas características mais marcantes, alguns aspectos de sua aprendizagem, sempre partindo das possibilidades abertas pela inclusão da Psicanálise como categoria hábil a oferecer meios de análise e reflexão.

Mesmo ciente da diferenciação proposta entre língua estrangeira e segunda língua, que se baseia, principalmente, na forma de apreensão destas línguas diversas da materna (língua estrangeira aprendida em situações formais de aprendizagem, sem que haja um contato tão intenso do falante com a língua alvo; e segunda língua assimilada em

situações de imersão, aprendida em contextos que solicitam seu uso para que a comunicação e a socialização se estabeleçam), neste trabalho me reservo o direito de tomar ambas as denominações, caso necessário, para me referir, simplesmente, à língua não materna, cujas características, sob o ponto de vista da Psicanálise, serão examinadas no capítulo III.

Do mesmo modo, a língua materna, também denominada como língua falada pela mãe etc., será tomada, segundo a proposta desta pesquisa, como a língua-causa do sujeito de linguagem, com todas as suas especificidades analisadas a seguir, na parte II desta pesquisa.

Capítulo II

O que é língua materna se a Psicanálise existe?

1. Ampliando a hipótese inicial

A discussão da hipótese inicial proposta nesta pesquisa, a saber, a existência de uma relação necessária, ou seja, uma articulação que não cessa jamais de se inscrever, conforme o ensino de Lacan na lição de 08 de maio de 1973 do seminário *Mais, ainda* ([1972-1973] 1985c), entre uma língua dita estrangeira, qualquer que seja, e a língua tomada como materna pelo sujeito constituído por linguagem, já justifica, por si só, uma análise detalhada do estatuto da língua materna a partir da incidência da Psicanálise.

Esta proposição, porém, se amplia a partir de dois desdobramentos que ocorrem simultaneamente para o ser de linguagem e se enlaçam, propostos a seguir e que, segundo meu entendimento, também abonam a importância atribuída ao exame da noção de língua materna. O primeiro destes desdobramentos consiste em afirmar a língua materna como inscrição primária essencial, que serve como suporte para toda e qualquer aprendizagem posterior do sujeito no campo simbólico (não somente as línguas estrangeiras, mas inclusive elas). O segundo diz respeito à língua materna se constituir como traço particular e único marcado no corpo do sujeito de linguagem, experiência exclusiva para cada ser de fala, que não se assemelha à de nenhum outro. Retomo cada uma destas proposições a seguir.

A primeira das considerações acima – a hipótese da primazia da língua tomada como materna em relação a outros conhecimentos vinculados ao campo da linguagem – já havia sido assinalada por Freud em *A Interpretação das Afasias* ([1891] 1977), texto que precede a instituição/inauguração da Psicanálise como clínica e campo de elaborações teóricas. Partindo da pressuposição de uma inscrição lógica anterior daquela língua materna, ela se torna, de acordo com o psicanalista vienense, condição *sine qua non* para qualquer outro aprendizado articulado com linguagem:

Todas as outras novas aquisições de função da linguagem – se aprendo a falar e a compreender diversas línguas estrangeiras, se além do alfabeto aprendido em primeiro lugar aprendo também o grego e o hebraico, se ao

lado da minha grafia uso também a estenografia e outras escritas – todas estas atividades (aliás, as imagens mnésicas que é preciso empregar para isso podem ultrapassar em muito o número das da língua de origem) estão evidentemente localizadas nas **mesmas áreas** que conhecemos como centros da primeira língua aprendida (p. 60, grifo do autor).

Partindo desse excerto, proponho, ainda, algumas considerações acerca da reflexão freudiana. A primeira delas diz respeito à escansão que o autor (*op. cit.*) faz das funções da linguagem, incluindo neste campo, além das práticas de expressão oral, que abrangem a fala e a compreensão, as atividades de leitura e de escrita.

Se considerarmos que todas as funções da linguagem são aprendidas, segundo Freud, na relação do sujeito com o outro, e que as atividades de leitura e de escrita se originam, primordialmente, da função da fala, fundada na língua materna, podemos supor que os efeitos das inscrições primárias desta língua original se fazem presentes em cada uma destas formas de realização do campo simbólico: fala, leitura e escrita, com os quais o ser de linguagem pode estabelecer contato no decorrer de sua vida, e que elas podem, portanto, de alguma maneira, receber os efeitos/afetos vinculados àquela língua.

No trecho citado acima, o autor remete especificamente à realização daquelas funções da linguagem no que elas se afastam da língua materna: ele cita a fala/compreensão em línguas estrangeiras, a aprendizagem de alfabetos diferentes do vinculado à língua original e, ainda, a redação empregando caracteres também diversos dos daquela.

Todas estas funções são, porém, essencialmente conectadas pelo autor à língua materna do sujeito, e Freud ([1891] 1977) reporta-se a isso indicando sua ‘localização’ “nas **mesmas áreas** que conhecemos como centros da primeira língua aprendida” (p. 60, grifo do autor), articulando os conhecimentos prévios (relacionados à língua materna) às aquisições novas do sujeito no campo da linguagem, apontando que todos estes ‘conhecimentos’ pertencem a uma mesma dimensão: o campo simbólico. A primazia e a essencialidade da língua materna enquanto inscrição determinante estão, portanto, afirmadas por ele. Vale lembrar que Freud não remete, ao usar este termo, a localizações espaciais, tendo em vista suas considerações que indicam que qualquer suposta ‘localização’ no aparelho psíquico é diretamente derivada de seu processo de funcionamento.

Em seguida, Freud ([1891] 1977) indica a existência de traços que exorbitam os elementos simbólicos instituídos como pertencentes à língua tomada como materna pelo sujeito, isto é, ele aponta haver elementos outros, que não somente as imagens mnésicas atreladas àquela língua, constituindo a língua materna, e aponta que tais itens são, também, preponderantes para a relação que o sujeito estabelecerá com as novas aprendizagens no campo lingüístico.

As representações mnêmicas exorbitantes – as imagens mnésicas, segundo as próprias palavras de Freud ([1891] 1977) – podem abarcar elementos outros que não apenas os estabelecidos como pertencentes à língua de origem. Elas carregam, ainda, a possibilidade de serem referências a elementos que não possuem sentido algum *a priori*, ou que podem não dizer absolutamente nada para sujeitos diferentes. Nem por isso, porém, estes elementos são menos significativos para o sujeito ou podem ser considerados como não fazendo parte do campo simbólico e da dimensão afetiva marcada por sua língua materna.

A lógica do significante, que não remete somente a elementos e caracteres formais, mas que ultrapassa qualquer referência a termos institucionalizados de uma língua, é, assim, reconhecida, mas não nomeada por Freud. Além disso, tais traços exorbitantes são igualmente indicados como fatores decisivos nas relações do sujeito com outras aprendizagens no campo lingüístico, quaisquer que sejam.

Por fim, Freud ([1891] 1977) indica, com clareza, o ponto onde se suporta a hipótese principal deste trabalho: o psicanalista vienense afirma haver uma relação necessária de qualquer novo material relacionado à linguagem a uma outra materialidade simbólica, anteriormente estabelecida e já atuante no aparelho psíquico. Tal materialidade é a portadora dos traços que o sujeito associa à língua considerada materna, apontada por Freud como a língua original do ser de linguagem. Com isso, é possível concluir que nada se dá a conhecer ao sujeito, nada se passa na esfera subjetiva, a não ser por intermédio da linguagem, materializada, em primeira instância, na língua considerada materna, e que nenhuma aprendizagem ligada à função simbólica se efetua a não ser a partir das inscrições feitas por aquela língua.

Isso remete à indicação de Revuz (2002, p. 215) que afirma ser impossível ao

ser de fala escapar daquilo que a autora chama de o “estar-já-aí”, desde sempre, da língua materna, ou seja: não é jamais dado ao sujeito de linguagem a possibilidade de se esquivar das determinações da precedência lógica da inscrição que tal língua marca em seu corpo. A mesma autora assegura, ainda, acompanhando o ensinamento de Freud ([1891] 1977), que tais determinações não podem ser jamais desprezadas quando se pretende tratar da relação do sujeito com quaisquer aprendizagens no campo simbólico, como por exemplo de uma língua estrangeira ou mesmo da leitura ou da escrita.

Retomo, agora, o segundo desdobramento da hipótese inicial, proposto acima de forma concisa, que versa sobre a língua materna ser considerada uma inscrição particular e única no corpo de cada sujeito: o corpo pulsional, que remete à matéria real (corpo) que, atravessada pelos elementos simbólicos inerentes à linguagem, é ressignificada a partir da incidência do significante e da instauração da função de sujeito, conforme postula a Psicanálise. Graças à propriedade de tal incidência de realizar-se de maneira singular, esta operação reporta, irremediavelmente, à condição muito especial de cada ser de fala manter uma história totalmente particular com sua língua materna.

E esta inscrição privilegiada, além de dar indícios da relação peculiar que o sujeito mantém com sua própria língua e com todo o saber que ela lhe permite construir, produz efeitos os mais intensos e vivazes, diversos e enigmáticos, e repercute sua propriedade mais ímpar – a distinção que faz da língua materna única e singular – no encontro e na relação estabelecidos entre o sujeito e as novas aquisições do campo lingüístico, sejam elas quais forem.

Incomensurável por espelhar a linguagem responsável pela constituição do sujeito falante, por ser a matéria fundadora do aparelho psíquico e a organizadora da vida relacional, por permear todas as experiências do sujeito, além de conter elementos presentes na tessitura do inconsciente, a chamada língua materna, tal como é colocada nesta proposta de trabalho, deve “ser compreendida como uma experiência única, impossível de ser esquecida mesmo quando a julgamos perdida” (PEREIRA DE CASTRO 2006, mimeo). E o impossível de seu esquecimento não se refere, simplesmente, aos elementos de sua materialidade, mas reporta, antes, e principalmente, aos afetos nela contidos e aos efeitos que sua apreensão deixou gravados no sujeito de linguagem.

Assim sendo, proponho alguns acréscimos à hipótese inicial que postulava, apenas, haver uma relação necessária de uma língua estrangeira para com a língua materna, quer se trate de situações nas quais o sujeito assimila a língua estrangeira em contextos de imersão, quer naquelas que remetem o sujeito à condição de aprendizagem. O que destaco agora é que a língua materna deve ser observada como a inscrição mais primitiva e singular do campo simbólico no corpo do sujeito: o corpo pulsional, matéria ressignificada pela entrada do significante. Destaco também que o efeito desse encontro do real do corpo com o significante será o suporte determinante para o encontro e para as relações do sujeito com as línguas denominadas estrangeiras (ou com quaisquer outras aquisições do campo da linguagem) que, graças ao anterior da língua materna, se constituem, também, como experiências absolutamente originais para cada um.

Na seção seguinte, assinalo o que os acréscimos à minha hipótese original trazem para a discussão acerca do estatuto da língua materna visada neste trabalho e de suas propriedades mais marcantes. Este intento solicita, pois, como será verificado adiante, que uma ressignificação desta noção, sob os princípios teóricos da Psicanálise, seja proposta.

2. Língua materna: incomparável

Tanto a proposição original deste trabalho quanto a hipótese que abrange os acréscimos há pouco propostos solicitam, conforme comentado desde a parte introdutória desta pesquisa, uma alteração radical das concepções clássicas de língua materna. Ao invés das visões que a tomam ora como língua primeira ou natural, ora como língua da mãe ou nacional, ou ainda como código, sistema fechado ou exterioridade ao falante, ela deve aceder à posição fundamental de língua-causa do sujeito, língua nele encarnada, possibilidade de sua existência e de sua emergência.

O lugar de língua-causa concedido à chamada língua materna evidencia, assim, um afastamento desta pesquisa em relação às abordagens tradicionais que buscam descrever e analisar a linguagem e suas formas de funcionamento. Tal lugar marca também uma aproximação essencial desta proposta de trabalho ao arcabouço teórico da Psicanálise, tomado como preponderante no direcionamento das reflexões aqui empreendidas. Isso não

me afasta, porém, de meu objetivo primordial, que é oferecer algumas contribuições para as reflexões na área da Lingüística Aplicada no que diz respeito à questão da relação do sujeito com as línguas estrangeiras e da relação entre as assim chamadas língua materna e língua estrangeira, duas perspectivas de uma mesma questão se levarmos em conta a constituição subjetiva por linguagem.

Assim sendo, inspiro-me em uma pergunta elaborada por Milner em *O Amor da Língua* (1987), a saber: “o que é a língua se a psicanálise existe?” (p. 17), para a discussão desta seção, que pretende abranger o estatuto e os predicados da língua considerada materna para a Psicanálise. Inspiro-me nela, também, para o título que foi dado a este capítulo.

O deslocamento da pergunta original do autor (*op. cit.*), visa, em primeira instância, adequá-la à temática do presente capítulo e, conseqüentemente, à proposta principal desta pesquisa, tendo em vista que, de acordo com minha compreensão e com o argumento apresentado até agora, discutir a relação do sujeito com a língua estrangeira solicita, necessariamente, uma remissão constante à língua materna e ao que ela representa. Sugiro, portanto, como ponto orientador para as reflexões que se seguem a questão seguinte: o que são língua materna e língua estrangeira se a Psicanálise existe? E, a partir de agora, dedico-me ao exame da caracterização e do estatuto da língua materna.

Partir do arcabouço da Psicanálise para uma discussão acerca da língua materna implica incluir em nossas observações a suposição de haver um sujeito constituído e dividido por linguagem, uma vez que tal suposição está intimamente relacionada à língua materna. Assim sendo, a inclusão desta função nas considerações sobre o estatuto e os predicados desta língua se faz imprescindível, já que a chamada língua materna é designada como a causa do sujeito, ou seja, como a responsável por sua constituição no campo da linguagem.

A primeira característica que faz da língua materna incomparável é, assim, uma intrínseca relação que se estabelece com o ser de fala, constituindo-o sujeito e determinando seus predicados mais íntimos e suas marcas mais originais, permeando suas experiências e tecendo seus saberes. Ela se apresenta, primordialmente, como a condição para a fundação da função subjetiva e como suporte original para sua possibilidade de

emergência.

Segundo Lacan ([1972-1973] 1985c), o sujeito é o indivíduo enquanto afetado pela hipótese do inconsciente. Na lição de 26 de junho de 1973 do seminário *Mais ainda* (*op. cit.*), o psicanalista francês caracteriza o sujeito como o suposto ente uno e indiviso que após a incidência mítica do inconsciente – instância suportada nos significantes (e em suas multiplicidades) originalmente forjados pela chamada língua materna – passa a encontrar-se não mais na presumida completude anterior. Este ente torna-se, então, a partir desta incidência, constantemente marcado pelo impossível e dividido entre ‘eu’ e sujeito graças às operações de *lalangue* próprias daquela cena psíquica inconsciente.

A esse respeito, Lacan ([1972-1973] 1985c) se posiciona articulando o indivíduo falante à hipótese do sujeito a partir do funcionamento de *lalangue*, no que ela afeta/infecta a língua materna que oferece os significantes passíveis a se tornarem signo subjetivo:

Dito de outro modo, reduzo a hipótese, segundo a fórmula mesma que a substantifica, a ela ser necessária para o funcionamento de alíngua. Dizer que há um sujeito, não é outra coisa senão dizer que há hipótese. A única prova que temos de que o sujeito se confunde com essa hipótese e de que é o indivíduo falante que o suporta, é a de que o significante se torna signo (p. 194).

Esta mesma função subjetiva amparada nos significantes da língua materna é, ainda, caracterizada pelo psicanalista francês ([1953] 1998) como algo que vai muito além do que é possível a um ser de linguagem experimentar, tendo em vista que tal experiência do sujeito com a língua “vai exatamente tão longe quanto a verdade que ele pode atingir” (p. 266).

A hipótese do sujeito, assim, faz com que a noção de indivíduo, ente presumido completo e integral, se desintegre, pois a condição de divisão inerente àquela função se impõe sobre ele: o sujeito, surgido somente a partir das remissões dos significantes ‘resgatados’ originalmente da chamada língua materna é, assim, o que introduz o esfacelamento, a separação naquele ser miticamente indiviso, que a partir desta incidência nunca mais será uno.

É, ainda, a entrada em jogo desta mesma hipótese – a suposição do sujeito do

inconsciente e de tudo o que ela articula em relação aos significantes – que permite o estabelecimento de uma vinculação necessária e constante entre a função subjetiva e o campo da linguagem.

Nesta visada, a linguagem responsável pela afetação que divide o suposto indivíduo e que o faz, a partir daí, passível de ser ultrapassado e embaraçado pela função de sujeito, imaterial e insubstancial, não pode deixar de aproximar-se e ancorar-se nos elementos da chamada língua materna, tomada como vetor essencial da operação de subjetivação, e em toda a propriedade de realização lingüística a ela infligida.

A língua considerada materna é, pois, aquela que oferece as cadeias significantes e os significantes adequados para as movimentações e remissões originais que, na dimensão do inconsciente, propiciam as primeiras aparições da função subjetiva.

A partir deste ponto de vista, a chamada língua materna não pode ser considerada, sob hipótese alguma, simplesmente um mero instrumento modelar para a comunicação. Sem ela, o que há de mais íntimo e particular jamais ecoaria da instância inconsciente com o auxílio da função de sujeito. Pela mesma razão, ela não pode, tampouco, ser tomada apenas como exterioridade ao ser de linguagem ou, ainda, somente como um objeto de conhecimento atrelado unicamente ao domínio da inteligência ou da consciência e passível de acesso apenas pelos processos cognitivos.

Outro ponto marcante no que diz respeito à visão de língua materna que pretendo assinalar aqui a destaca como um conjunto de realidades que não pode, jamais, ser equiparado exclusivamente aos elementos que foram lingüisticamente estabelecidos, sob as insígnias política e social, como pertencentes a uma língua em particular, determinada como língua materna para uma comunidade.

A língua chamada de materna, sob a perspectiva deste trabalho, não é formada somente de elementos dicionarizados e discursos previstos em gramáticas, pois tal apreensão foge à condição de singularidade que tal língua, segundo minha compreensão e o arcabouço teórico ao qual me filio, deve tomar para cada sujeito em particular.

Muitos elementos formais de línguas variadas podem compor o que determinado sujeito acumula como traços pertencentes à sua língua materna. A esse respeito, Pereira de Castro (2006, mimeo) alega que as materialidades lingüísticas que

constroem o campo da língua materna podem ser as mais variadas, pertencentes a diversas línguas, e por esse motivo essa língua pode se constituir como “uma experiência (...) atravessada por línguas, etnias ou culturas diversas”, que conferem ao sujeito ali implicado as marcas de todas essas heterogeneidades.

Além disso, elementos que não se inscrevem em nenhuma língua institucionalizada podem também compor a materialidade da chamada língua materna do sujeito: sons irrepresentáveis, ruídos sem sentido, onomatopéias, palavras inventadas em situações particulares podem se instaurar como matéria significante e podem ser articulados à língua materna e às lembranças e afetos que ela convoca e veicula para determinado sujeito. Assim sendo, estes elementos, tanto quanto os fonemas, as palavras e as seqüências discursivas formais, são aptos a exercer seus efeitos sobre ele.

Esta visada compreende, assim, que cada sujeito a devir escuta todos os sons que o cercam e que lhe são destinados, juntamente com os cuidados vitais necessários para a manutenção de sua sobrevivência. Tais sons, provindos da mãe, ou de quem cumpre esta função, e de todos os demais que o cercam e que, sem cessar, lhe dedicam os cuidados e as palavras imprescindíveis para a sobrevivência de seu corpo e para a sua constituição como sujeito, carregam as particularidades da musicalidade, dos ritmos, das entonações, dos sotaques, etc., da chamada língua materna. Além disso, estão presentes ali as marcas afetivas e os recortes de real que sempre atribuem a cada unidade significativa, também, uma predicação, que conferem àquela língua algo que ultrapassa o simples sentido, pois “o recorte que a língua materna opera no referente está sempre provido de uma carga afetiva, marcada pelo desejo do ‘porta-voz’” (REVUZ 2002, p. 223).

A língua chamada materna, assim abordada, é marcada, ainda, pela condição de assegurar ao sujeito a devir, mergulhado que é desde sempre em seus enunciados, a tomada da palavra no campo simbólico, isto é, seu posicionamento no mundo e sua significação ali. É esta língua que permeia as primeiras experiências do sujeito e que lhe fornece os instrumentos para caracterizar o que o cerca e para falar sobre si, à sua maneira:

aprender a falar é, para a criança, estabelecer um compromisso, é encontrar alguma coisa para dizer de seu próprio desejo, alguma coisa dos valores que adquiriram para ela os objetos e as palavras, em uma

linguagem tecida a partir do desejo do Outro, enquanto ela própria é modelada a partir desse desejo. Aprender a falar é procurar estabelecer esse compromisso, e essa procura se alcança somente no curso da vida (REVUZ 2002, p. 219).

Como campo simbólico no qual o ser de fala se encontra imerso antes mesmo de nascer e matéria responsável pela instauração da função de sujeito, esta língua tem, ainda, a propriedade de ‘capturar’ o ser de linguagem em seu funcionamento discursivo, nas operações do campo simbólico vigente, o que permitirá que a criança passe da condição de falada à de falante, de puro organismo a sujeito.

Segundo Cláudia de Lemos (2002), tal processo de ‘captura’ nas/das redes simbólicas baseia-se na suposição de haver uma precedência lógica do funcionamento da linguagem no que diz respeito à função de sujeito. E é somente a partir desta operação que se pode observar aquela passagem à qual nos referimos há pouco, da condição de ser de quem se fala à de ser que pode enunciar, ou seja, de *infans*⁹ a falante: são “mudanças que qualificam a trajetória da criança de *infans* a sujeito-falante[,] (...) mudanças de posição relativamente à fala do outro, à língua e, em consequência, em relação à sua própria fala” (p. 56).

A autora (*op. cit.*) aponta, ainda, que é este mesmo funcionamento que permite o processo de subjetivação, ou seja, a passagem mítica da condição de organismo vivo à de sujeito. Essas mudanças de posicionamento vêm, ainda, acompanhadas de uma inversão da disposição e da atitude subjetivas em relação à língua circulante como objeto. A língua não se encontra, porém, apartada do sujeito, mas, antes, se caracteriza por estar em uma relação de exclusão interna, ou ex-sistência¹⁰, que “desloca o sujeito do lugar de quem, de fora, toma posse da língua, fazendo dela um de seus atributos ou pertences” (p. 56).

As caracterizações que a Psicanálise concede à chamada língua materna, porém, não param por aí: além de postulada como a materialização mais fortuita e privilegiada da linguagem constitutiva e, devido a isso, receber o predicado de língua-causa

⁹ Termo utilizado por Lacan desde a lição de 12 de maio de 1954, no seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud* ([1953-1954] 1986), para se referir ao lactante que é, ainda, incapaz de utilizar a língua para falar sobre si e sobre o mundo a seu redor.

¹⁰ A noção de ex-sistência, utilizada por Lacan desde a lição 21 de março de 1962, no seminário *L'identification* ([1961-1962], inédito) remete ao paradoxo de haver um fora que não consiste propriamente

do sujeito, ela, ao mesmo tempo, inscreve em seu corpo, de forma totalmente original, os traços mais fortes e mais íntimos, ímpares e incomparáveis da subjetividade. Além disso, tal língua permeia todos os elementos que constroem a experiência do falante e se caracteriza por ser a primeira forma de funcionamento da linguagem com a qual o ser de fala se depara no momento mítico de sua constituição. Por tudo isso, a língua materna é, sem dúvida, item hábil a afetar o sujeito de linguagem com toda sorte de efeitos. Outra caracterização possível da língua chamada materna é oferecida por Charles Melman (1992): o autor pontua tal língua como aquela que traz à lembrança a figura daquela que introduziu este sujeito nos jogos simbólicos e significantes, introduzindo-o na função da fala.

Porém, esta abordagem, segundo o próprio Melman (1992), contempla apenas a condição de positividade implicada na expressão 'língua materna', que ao ser apressadamente considerada somente a partir desta suposição, oferece uma resposta muito simplificada, já implícita no significante 'materna', para a questão que se coloca sobre o estatuto desta língua sob a visada psicanalítica.

Interessa-nos, então, observar o estatuto negativo que a língua chamada materna adquire frente às hipóteses da Psicanálise. Este ponto será o tema da seção seguinte.

3. O estatuto negativo da Língua Materna e o que a torna materna para um sujeito

De acordo com a Psicanálise, a condição para que a língua falada pela mãe se constitua efetivamente como materna para um sujeito é que a operação de interdição ocorra: “Com efeito, (...) a língua materna é aquela na qual, para aquele que fala, a mãe foi interdita” (MELMAN 1992, p. 32). Assim sendo, deve haver a proibição, ou o interdito, da mãe como objeto primeiro e privilegiado de desejo para que a língua por ela veiculada se organize e se torne a língua materna do sujeito, carregando uma aparente familiaridade para aquele que a enunciará:

em um não-dentro, marcando, a um só tempo, ausência e presença nas operações no/do psiquismo.

Se estamos podendo falar de “língua materna” nesta relação tão estreita com *lalangue* é porque estamos supondo haver uma íntima associação entre língua e inconsciente, e isto porque a “língua materna” sendo aquela que introduz o sujeito no simbólico pode ser definida (...) como a língua na qual, para aquele que fala, a mãe foi interdita. Isto nos introduz diretamente na importância da instância paterna, lugar de interdição, para que se configure uma “língua materna” (LEITE 1995, p. 68).

Na relação dual que uma mãe estabelece com seu filho recém-nascido, há dois posicionamentos singulares, referidos a cada um desses seres, um à mãe já constituída como sujeito, e outro ao bebê, um sujeito a devir: a mãe, ou quem cumpre sua função, se torna para seu filho o alvo elementar – objeto primitivo e por excelência, segundo Lacan ([1957-1958] 1999) – para onde são dirigidos todos os investimentos libidinais da criança. Já o bebê, para sua genitora, toma o lugar de um componente que lhe falta e pelo qual ela anseia: o falo, elemento imaginário que remete ao complexo de castração, “objeto que se caracteriza pelo fato de ser colocado como imaginariamente completando a falta simbólica que habita o humano” (LEITE 1996, mimeo), e que não pode, por isso, jamais ser confundido com o órgão masculino.

O falo é, antes, um item imaginário e simbólico imprescindível na estruturação subjetiva da mãe, e incide nesse sujeito como falta, como objeto de privação. Por essa razão é que o filho se torna para ela promessa de completude, por representar um elemento tão desejado que, imaginariamente, lhe foi primariamente negado quando do momento mítico de sua estruturação subjetiva. Na lição de 22 de janeiro de 1958 do seminário *As formações do inconsciente* ([1957-1958] 1999), Lacan trata desse ponto ao afirmar que o filho se torna o objeto do desejo da mãe por ser suposto, inconscientemente, como o componente antes ausente, capaz, agora, de completar sua falta constitutiva originária, e indica, também, que tal objeto do desejo materno, materializado da figura da criança, não deixa, jamais, de remeter ao falo.

Neste período, se configuram entre estes dois seres tanto uma relação quanto uma comunicação supostamente plenas, em que a mãe, detentora do funcionamento simbólico da língua já constituída, com todas as implicações que esta posição acarreta, se presta a atender prontamente todas as necessidades vitais de seu bebê, dedicando a ele, também, os elementos significantes que estabelecerão, então, entre ela e seu filho uma

língua/linguagem privada e ideal, presumida sem falhas ou defeitos: “Há o fato de que entre a mãe e a criança, elas se compreendem, é uma língua privada, uma língua feita de pequenos ‘repartidos’” (BALBO e BERGÈS 2004, p. 157).

A esta mesma língua/linguagem íntima que é designada por Vorcaro (2001) como ‘linguagem maternante’, é atribuída a função de fundadora da matriz simbolizante, “entendida como **funcionamento significante mínimo** implantado no organismo” (mímeo, grifo da autora). Tal matriz, no capítulo IV deste trabalho, será retomada e associada à nomeação *lalangue* e a seu funcionamento.

À língua que lhe é dirigida, o bebê responde, de sua posição de *infans*, com seus movimentos e gestos, com seus gorjeios e balbucios, com seus olhares e com seus sorrisos, conforme aponta Lacan ([1957-1958] 1999), ao postular que o riso da criança que ainda não fala toma, para ela, o lugar da palavra em sua comunicação com sua mãe:

antes mesmo da fala, a primeira comunicação verdadeira (...) é o riso. Antes de qualquer palavra, a criança ri. (...) A presença conhecida, aquela com a qual ela está habituada e sobre a qual sabe que pode satisfazer seus desejos em sua diversidade, é chamada, apreendida e reconhecida no código especialíssimo que é constituído, na criança antes da fala, por seus primeiros risos diante de certas presenças que cuidam dela, que a alimentam e a atendem (p. 343).

Esta ‘linguagem maternante’, que comporta tanto o material simbólico da mãe, representado por suas palavras, quanto os sorrisos do bebê em sua realização, além de outros elementos significantes que exorbitam qualquer referência às línguas instituídas, é imaginariamente transparente e capaz de garantir uma comunicação integral entre estes dois seres que, em tal língua, supõem se compreender. Além disso, a mãe e seu filho tendem a se considerar fundidos em um único ser, um como extensão, prolongamento do corpo do outro: para o bebê, sua mãe constitui um sistema extra-corporal ao seu, sistema capaz de atendê-lo com as ações que ele ainda não pode executar devido a sua condição de prematuração, e, para a mãe, a criança representa o falo, que é para ela o “objeto privilegiado e preponderante” (LACAN [1957-1958] 1999, p. 190), com o qual a criança primariamente se identifica, respondendo à mãe com seu corpo, que se constitui, então, como um corpo falicizado (LEITE 1996).

A permanência nesta relação perfeita e ideal entre mãe e filho, permeada pela suposta plenitude oferecida pela ‘linguagem maternante’, mantém a criança assujeitada ao desejo de sua mãe, isto é, identificada imaginariamente ao falo que aquela inconscientemente almeja. Neste estágio só há o real do corpo da criança, ainda não significado, ou melhor, significado, apenas, como falo materno. Tal situação de tensão não permite a emergência do sujeito como posição de onde “provém a demanda, (...) onde se forma o desejo” (LACAN [1957-1958] 1999, p. 195), e faz-se necessário a entrada em jogo uma outra operação fundamental para a constituição subjetiva: a função do significante Nome-do-Pai que, incluindo aquela criança na estrutura do complexo de castração, suporta a interdição e garante a separação, o corte simbólico entre estes dois corpos, o da mãe e o de seu filho, imaginariamente unidos, já que, a este pai, é atribuída a característica de saber como lidar apropriadamente com o desejo da mãe.

A operação da instância paterna, ou da metáfora paterna, ou do significante Nome-do-Pai, é a responsável pela instauração da lei simbólica primordial que rege a constituição subjetiva pela proibição do incesto que interdita o corpo da mãe como objeto de desejo e impele a criança a se posicionar como sujeito na linguagem. Tal operação “barra o gozo incestuoso de um momento mítico em que se supõe ter havido uma copulação perfeita das palavras com o corpo” (LEITE 1996, mimeo), e impõe a condição de aquele corpo interditado da mãe passar a ser necessariamente, pela criança, imaginarizado.

A interferência do significante paterno, posicionado como um terceiro termo na relação dual estabelecida entre mãe e filho, coloca o pai em jogo como aquele que porta a lei que proíbe a mãe como objeto, como o responsável pela operação do interdito que instaura o corte simbólico ao qual nos referimos acima, corte que estabelece o desejo na criança ao separar corpo e linguagem, marcando bem a heterogeneidade destes termos e o impossível de eles se conjugarem plenamente. Como consequência dessa operação há, também, a impossibilidade de conjunção dos corpos: a dois sujeitos não é permitido se reunirem, e por isso que eles falam, o que, segundo Milner (1987), representa o nó de *lalangue*. Assim sendo, a íntima associação acentuada por Leite (1995, p. 49, cf. acima, p. 49) entre inconsciente, língua e *lalangue* está, portanto, a partir de agora, evidenciada.

A função do pai, o portador da lei, que se caracteriza como o responsável pela transformação da mulher em mãe, é a de devolvê-la ao seu estado anterior, ou seja, da condição de mãe, novamente, à de mulher, postulando para o filho ser ele, o pai, quem detém o direito de gozar daquela mulher, indicando à criança que tal mulher lhe é proibida. Lacan, na lição de 15 de janeiro de 1958 do seminário *As formações do inconsciente* ([1957-1958] 1999), abona este requisito ao afirmar que a mãe, enquanto objeto, pertence ao pai, e que a ele cabe a função de determinar isso para o filho.

Em uma situação suposta ‘ideal’, portanto, espera-se que a instância paterna coloque em jogo o significante Nome-do-Pai, e que este se ponha no lugar do significante do desejo da mãe, o desejo pelo falo, elidindo-o¹¹. Assim, a criança é ressignificada, sai da posição de objeto do desejo materno e pode se posicionar como sujeito, a partir da instauração da organização da realidade situada pelo entrelaçamento entre os registros do Real, do Simbólico e do Imaginário, estabelecido pelo corte efetuado pela entrada deste significante: “Assim, a conjunção do Real, do Simbólico e do Imaginário é inerente ao funcionamento mesmo da língua” (MELMAN 1992, p. 22). Tal conjunção remete, ainda, à função do nó de *lalangue*, que, segundo Milner (2006) representa o que há de real em um encontro contingente entre essas três instâncias.

Toda esta operação é a responsável pela fundação do inconsciente a partir do recalçamento originário tanto do desejo quanto dos significantes que o presentificam, o que, de acordo com Melman (1992), não se refere especificamente à existência de um significante primitivo que fora originalmente recalçado, mas que remete, antes, ao movimento da barra que pode alçar qualquer letra, qualquer elemento literal, a esta posição, impondo, então, a renúncia do sujeito a determinados significantes, que sobrevivem e ecoam da instância inconsciente:

As conseqüências deste interdito próprio à língua materna são essenciais, uma vez que comportam, como sabemos, ao mesmo tempo o recalçamento do desejo interditado e o recalçamento dos significantes de tudo o que viria presentificar estes desejos. A partir deste instante,

¹¹ Outras situações, porém, são possíveis. Os quadros psicóticos, por exemplo, implicam a forclusão do significante paterno: “É num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, na forclusão do Nome-do-pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da Neurose” (Lacan [1958] 1998, p. 582).

instaura-se o gosto pelas metáforas e pelas metonímias que vêm, de algum modo – sabedoria desta língua – lembrar este corpo interditado. Em seguida, os lapsos e todos os deslizos e tropeços vêm dizer o desejo inconsciente (MELMAN 1992, p. 45).

À criança, a partir deste momento, está garantido o acesso à linguagem, materializada na chamada língua materna que se torna, por este movimento, também sua língua. Desse modo, ela pode servir-se desta língua de maneira articulada e criativa, sendo capaz, segundo de Lemos (2002), de significar mais e “além do que a significou” (p. 55) com o auxílio de sua materialidade, por ser estabelecida uma mudança significativa no seu modo de se encontrar nesta língua e de lidar com ela a partir de sua entrada nos jogos do campo simbólico.

Em suma, uma língua passa, então, a ser considerada materna para um sujeito a partir do objeto que ela interdita – a mãe – e do momento em que, por intervenção da instância paterna, tal língua passa a falar o sujeito à revelia de sua vontade consciente, ou seja, a partir do instante em que nele fala o que lhe falta, em que nele fala o que constantemente o ultrapassa e o embaraça por meio da materialidade suportada naquela língua, agora sua língua materna. E os efeitos que decorrem da operação de perda do objeto primordial e privilegiado do sujeito são os responsáveis por provocar o estabelecimento de sua condição essencial e fundante de sujeito desejante. Ao comentar Melman (1992), Moraes (1999) traz um levantamento de vários excertos de seu texto que se referem à língua materna contemplada do ponto de vista da Psicanálise:

Ela é a língua do desejo, organizada tal qual o desejo, mas essa organização não garante a expressão desse desejo. Ela é materna, nessa definição, a partir do objeto que ela interdita, isto é, sob a condição de o desejo não ser reconhecido pelo sujeito, ou seja, de nela faltar justamente o que é “materno” e, por isso mesmo, poder o “sujeito ser falado por ela”, e o que quer que ela fale em nós ser enunciado pelo Eu (p. 79).

Este desejo, o qual Lacan ([1957-1958] 1999) apresenta como sempre sendo um desejo de alguma Outra coisa, e que está a todo o momento submetido à regulação do inconsciente, é um desejo do que é impossível, e só se faz escutar graças ao jogo significante vinculado primordialmente à língua materna: “O pacto, que é comandado pelo simbólico, é que o sujeito consinta na perda do ser que poderia supostamente satisfazê-lo”

(MELMAN 1992, p. 36). O que o sujeito deseja é, pois, diferente do que a chamada língua materna, ou qualquer outra, pode lhe oferecer, fato este que causa nele uma insatisfação irreduzível que, segundo Melman (1992), é “o preço pago por aquele que fala” (p. 32).

Na seção seguinte, examino algumas especulações apresentadas por Revuz (2002) a respeito das possíveis posições nas quais um sujeito pode ser colocado pelas determinações de sua língua materna.

4. O sujeito de linguagem em relação à sua língua materna

O exame do estatuto da língua materna sob o viés da Psicanálise a caracteriza como campo ímpar, em cuja operação o sujeito está inscrito de maneira totalmente única e cujos efeitos que nele reverberam também se constituem de forma singular. Este trabalho visa a acentuar, ainda, a impossibilidade desta língua ser equiparada a qualquer outra, seja qual for, devido às suas particularidades de ser marcada por predicados especiais, de apresentar recortes investidos de afetos e de estar em jogo desde o momento mítico da estruturação subjetiva.

Em meu entendimento e na perspectiva desta pesquisa, portanto, a chamada língua materna é a materialização mais fortuita, para o sujeito, da linguagem responsável por sua constituição, ela é o suporte material privilegiado (porém não o único) para a emergência daquela função.

E, partindo destas considerações sobre o valor e a importância ímpares que a língua materna possui na estruturação subjetiva, proponho a abordagem de duas das possíveis posições nas quais o sujeito de linguagem pode ser colocado pelas inscrições inconfundíveis e singulares desta língua, ou, como esta língua original pode afetar o sujeito de linguagem. Para tal, inspiro-me em Revuz (2002).

A autora (2002) tece a hipótese de duas possíveis constituições subjetivas e de seus posicionamentos frente à língua chamada materna, associando ambas ao som da voz da mãe, que na função de porta voz original, seria a responsável por conferir o prazer, o desprazer ou a indiferença às palavras ou seqüências enunciadas naquela língua. Assim sendo, os elementos da língua materna – seus fonemas e sua musicalidade, suas palavras e

suas significações, sua sintaxe e seus recortes afetivos etc. – poderiam, para alguns, se constituir como indício de satisfação e alegria enquanto, para outros, como fonte de ansiedade e angústia, graças à mediação de um porta-voz original que impregnou todos seus termos com estes afetos.

Uma das suposições de Revuz (2002) especula, assim, sobre uma estruturação de sujeito que pode sentir, mesmo sem se dar conta, que a língua que ele chama de materna opera de forma a lhe oferecer prazer e segurança. Ela poderia, portanto, fazê-lo se sentir imaginariamente confortável e à vontade em relação aos seus diversos aspectos, experimentando a ilusória sensação de ser o verdadeiro dono de seus discursos ao se valer dos elementos daquela língua, por esta representar, para ele, a possibilidade de falar de si, de predicar o que o cerca, expressar tudo de sua subjetividade. A língua materna, porto seguro de termos, expressões, sentidos e afetos, figuraria como sua garantia de plena expressão do desejo.

A um sujeito assim constituído seria atribuída uma maior ancoragem na língua materna e em tudo mais que ela implica e, em alguns casos, esse tipo de relação que posiciona tal língua como suporte ideal para todas as significação do sujeito poderia causar, também, algo de uma resistência dele em se distanciar da suposta completude que ela representa e da presumida confiança que ela inspira.

Questiono se seria possível aproximar, ao menos um pouco, dessa suposta constituição subjetiva os alunos chamados por Revuz (2002) de refratários à aprendizagem de uma língua estrangeira. Alunos com os quais me deparei no decorrer de minha atuação profissional, que me desconcertaram e que se transformaram no verdadeiro desafio de minha carreira. Alunos que me levaram ao limite de meus esforços e que, em seguida, foram a razão de minha procura por outras maneiras de compreensão dos processos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Se uma aproximação torna-se um pouco forçada, destas considerações pude colher, ao menos, alguns elementos que contribuíram para minhas reflexões, para a elaboração deste trabalho, e para o futuro de meu dia-a-dia profissional.

No extremo oposto da primeira hipótese tecida por Revuz (2002), aquela referente aos sujeitos mais ancorados em sua língua materna, haveria uma outra suposição

de constituição subjetiva: trata-se do sujeito para quem as reverberações da língua materna, classicamente considerada familiar, representariam estranheza e mal-estar, e se estabeleceriam como indício de desprazer e dissabor, carregando algo de persecutório que não poderia, sequer, ser elaborado ou explicado pelas vias da racionalidade. Tudo se passaria como se as experiências mais fundamentais desse sujeito, constituídas e intermediadas por sua língua-causa, viessem impregnadas de afetos tão negativos, que os termos desta língua carregariam consigo os efeitos mais dolorosos e desagradáveis. Revuz (2002) chega a atribuir à língua materna a condição de ser, para alguns, materialidade que persegue e coage, e é como que confrontados com a negatividade implicada nestes significantes que estes sujeitos se situariam em relação a esta língua.

Aos supostos sujeitos assim constituídos, portanto, seria conferida uma menor ancoragem em sua língua materna e em tudo mais que ela representa, para eles, de embaraçoso e desconfortável, o que ocasionaria uma maior tolerância a um afastamento de seus elementos. Figurando como alteridade radical, a língua materna não proporcionaria a este sujeito a suposta possibilidade de falar de si, de seu desejo e do que o rodeia como senhor de seu discurso, não permitindo, também, a ilusória expressão plena de sua subjetividade. Os falantes posicionados desta maneira estariam em constante embate com os enunciados destrutivos que a língua materna porta, enunciados acompanhados dos mais dolorosos efeitos.

Um notório exemplo dos efeitos destrutivos que a língua materna pode ter sobre um sujeito de linguagem é detalhadamente relatado por Louis Wolfson, em um testemunho em terceira pessoa, no livro *Le schizo et les langues* (1970 *apud* Fontaine, 1987), no qual o autor descreve a maneira como recebe e reage aos sons do inglês, língua imposta a ele como sua língua materna.

Chamando-se a si mesmo de estudante de línguas esquizofrênico, Wolfson procura, por meio de um investimento passional na aprendizagem de diversas línguas estrangeiras (alemão, hebraico, russo, francês, espanhol e dinamarquês), iniciado por volta de seus vinte anos de idade, destruir a língua inglesa, bem como todos os afetos a ela associados, veiculados para ele por meio da voz de sua mãe. O autor revela que as palavras maternas soavam para ele como persecutórias, que seu tom apresentava uma

intencionalidade obscura de lográ-lo e ludibriá-lo, que ele percebia nelas uma má vontade evidente. No início, eram apenas as palavras em inglês pronunciadas por sua mãe que provocavam tal ressonância perturbadora. Posteriormente, qualquer emissão sonora feita naquela língua, bem como qualquer visualização de seus termos, causavam-lhe, também, uma profunda aversão, próxima mesmo a dor, que precisava, a todo custo, ser suspensa.

A língua inglesa era tão insuportável para Wolfson que ele não poupava esforços para evitá-la. Andava sempre munido de rádios acoplados a fones de ouvidos veiculando transmissões estrangeiras, além de carregar sempre consigo livros também escritos em outras línguas, na tentativa de desviar todas as atenções da língua que lhe foi atribuída como materna.

Mais notável, porém, são as complexas operações transliterativas que Wolfson empreendia para transmutar os vocábulos do inglês em outros, pertencentes às diversas línguas estrangeiras que conhecia, apoiando-se tanto na semelhança de sons quanto nas de sentido. Sua tentativa era a de promover uma conversão quase que instantânea do inglês para as outras línguas, principalmente no que se refere aos vocábulos que mais lhe causavam dor. Este processo seguia um método bastante rígido, elaborado por ele mesmo, com regras gerais que buscavam fazer correspondências tão próximas quanto possível entre os sons e os significados dos termos do inglês com os das outras línguas que conhecia. Ele se apoiava nas consoantes das palavras para tais operações que, após realizadas, lhe davam a sensação de ter destruído o vocábulo da língua inglesa sobre o qual havia trabalhado, bem como escoado o afeto preso a ele. Ele afirmava que somente a tradução literal dos termos não lhe proporcionava o apaziguamento suficiente, sendo necessário que se realizasse esta verdadeira desarticulação da língua inglesa a partir da execução de seu método.

As posições nas quais um sujeito de linguagem pode ser colocado pelas inscrições de sua língua materna, entretanto, não se resumem somente às suposições de Revuz (2002) de uma maior ou menor ancoragem nos elementos materiais e nos recortes afetivos desta língua. A perspectiva deste trabalho defende, antes, que as experiências do ser de linguagem com sua chamada língua materna fazem dessa relação algo completamente singular, com efeitos totalmente peculiares e desconhecidos para cada um. Este ponto de vista é corroborado pela mesma Revuz (2002), ao indicar que a relação que o

sujeito mantém com aquela língua que o fundou ou o causou é uma relação amplamente, e eu acrescentaria completamente, inconsciente.

Quando da entrada em jogo da língua estrangeira, os posicionamentos do sujeito impostos pela língua materna podem acarretar conseqüências bastante significativas e diversificadas em cada ser de fala, tendo em vista sua constituição singular no campo da linguagem. Interessa-me, pois, apontar aqui que a língua materna será, sempre, aquela que determinará como se estabelecerão o encontro e as relações de cada sujeito em particular com a língua outra, estrangeira, e por isso, algumas das posições do aprendiz frente a este novo 'código' serão, também, examinados adiante, no capítulo III.

O capítulo seguinte abordará, além disso, o estatuto e as características mais marcantes da língua estrangeira a Psicanálise, o que solicitará, a todo momento, o retorno a alguns aspectos da língua materna examinados e apresentados neste capítulo.

Capítulo III

O que é língua estrangeira se a Psicanálise existe?

1. Língua estrangeira e Psicanálise: articulações possíveis

Examinar o estatuto e as principais características de uma língua tradicionalmente estabelecida como estrangeira para um sujeito de linguagem à luz da Psicanálise não é tarefa fácil. E isso se deve ao fato de jamais ter sido intuito deste campo clínico e de investigação teórica, instaurado por Freud a partir do final da década de 1890, trabalhar tal noção, ao contrário do que ocorre com as áreas que se dedicam ao estudo da linguagem e ao ensino de línguas: a Filosofia da Linguagem, a Lingüística e a Lingüística Aplicada. O mesmo se dá com relação à concepção de língua materna, que jamais foi constituída como um conceito psicanalítico.

Entretanto, as articulações da Psicanálise sobre a linguagem (da qual destaco a língua materna e a língua estrangeira como formas de funcionamento), existem desde sempre. Já nos primórdios do estabelecimento deste campo, Freud atribuiu uma função privilegiada à fala, modo de manifestação ou realização criativa das línguas. O psicanalista vienense se utilizava desse recurso como um mecanismo de tratamento e de resolução de perturbações psíquicas, no método nomeado de *'talking cure'*.

Este método de *'cura pela fala'* consistia em que o paciente desse vazão aos afetos que, reprimidos por ele, haviam sido os responsáveis por causar toda sorte de sintomas histéricos. Por virem acompanhados de grandes quantidades de excitação psíquica que não haviam sido adequadamente descarregas, fazia-se necessário, então, que algum tipo de eliminação ocorresse, por meio da expressão verbal, para que o princípio de constância do aparelho se restabelecesse e o sintoma cessasse. Os traumas psíquicos, assim, poderiam ser escoados caso sua causa originária fosse trazida à luz, acompanhada pelo afeto a ela arraigado, a partir de uma descrição detalhada da situação traumática que possibilitasse a tradução deste afeto em palavras. Assim sendo, a linguagem, realizada na fala, faz as vezes *"de substituto para a ação; com sua ajuda, um afeto pode ser 'ab-reagido' quase com a mesma eficácia"* (FREUD e BREUER [1895] 1987). O processo de *"ab-reação"* consiste em uma descarga emocional que libera o afeto vinculado a uma recordação traumática

inconsciente quando de sua passagem para a consciência.

Freud também se refere ao campo da linguagem nas alusões que faz às formações do inconsciente (sintomas, sonhos, chistes, lapsos, atos falhos, esquecimentos etc.), marcando a estrutura discursiva presente nestes elementos.

A íntima relação entre as formas de funcionamento do campo da linguagem (as línguas materna e estrangeira) – relação que, segundo meu entendimento sobre uma afirmação de Lacan ([1976-1977], inédito), se caracteriza como uma maneira de prolongamento, como uma forma de extensão de uma em outra, por serem ambas operações de um mesmo campo simbólico – foi também atestada por Freud.

Quando do tratamento de uma de suas pacientes (Anna O.¹², que batizou a técnica psicanalítica de ‘*talking cure*’), o psicanalista pôde testemunhar quão frágeis e pouco demarcadas eram as fronteiras entre as línguas na psique do sujeito. Esta jovem paciente, com reconhecidos dotes intelectuais, imaginativos e poéticos, além de um apurado senso crítico, apresentou, aos 21 anos de idade, um quadro grave de histeria, que trouxe consigo inúmeros sintomas, surgidos sob a ação de afetos decorrentes de traumas psíquicos. Este tipo de trauma, ou simplesmente a lembrança dele, é o responsável por afetar o sujeito como um corpo estranho e, mesmo muito tempo passado de sua ocorrência, ele ainda deve ser considerado um agente ativo operando no aparelho psíquico.

No caso de Anna O., além das perturbações da visão, do estrabismo convergente, da paralisia parcial ou total de alguns dos membros do corpo e da paresia dos músculos do pescoço etc., o trauma sofrido também provocou uma séria desorganização funcional da fala. De início, Anna O. apresentou certa limitação para encontrar as palavras que queria dentre as de sua língua materna e, algum tempo depois, ela perdeu, também, o domínio da gramática e da sintaxe, apresentando dificuldades até mesmo para conjugar os verbos e empregar os artigos definidos e indefinidos adequadamente. Gradativamente, este quadro foi se intensificando, até que durante duas semanas ela emudeceu completamente, sendo, neste período, incapaz de pronunciar uma sílaba sequer. A mesma deficiência na

¹² Para mais referências sobre o caso Anna O., além do relato de Freud e Breuer apresentado nos *Estudos sobre a Histeria* ([1895] 1987), remeto, também, a Moraes (1999), que discute em sua tese de doutorado a questão da familiaridade/estrangeiridade das línguas materna e estrangeira a partir deste e de outros casos clínicos.

função da fala estendeu-se à escrita, e em alguns períodos Anna O. se utilizava de um jargão particular, com o qual buscava, penosamente, juntar fragmentos de várias línguas na tentativa de se comunicar, oralmente ou por escrito.

Freud e Breuer ([1895] 1987) relatam que, apesar de ter o alemão como língua materna, a jovem, após acentuado progresso em relação ao profundo distúrbio de linguagem que a impedia de falar com clareza e fluidez, passou a utilizar somente a língua inglesa em seu dia-a-dia por um longo período, sem nem ao menos se aperceber que fazia uso de tal substituição (os autores indicam que levaram meses para convencê-la desta ocorrência). Não obstante, Anna O. ainda compreendia o alemão, quando falado ao seu redor, mas a ele respondia, com máxima naturalidade, somente em inglês. Havia, porém, os momentos em que a paciente se encontrava em um tipo de ausência alucinatória, estado chamado pelos autores de *'absence'* ou *'condition seconde'*, e neste período até mesmo o alemão lhe era ininteligível, sendo o inglês a única língua compreensível para ela. Em tais momentos, é relatado que Anna O. travava acirradas discussões com sua enfermeira, por esta ser incapaz de compreendê-la, o que demonstra o completo desconhecimento da paciente do fato de estar se valendo da língua inglesa como meio de expressão.

Nos instantes de extrema angústia ou ansiedade, entretanto, até mesmo o inglês lhe faltava, e a jovem se encontrava completamente incapacitada para se expressar, ou ainda, se via obrigada a recorrer, inconscientemente, àquele jargão particular citado acima, que consistia em uma ininteligível tentativa de combinar extratos de línguas diversas para se fazer compreender. Porém, estes termos, que se constituíam de fragmentos de várias línguas estrangeiras, eram percebidos e utilizados pela paciente como se ela estivesse recorrendo aos significantes que lhe eram familiares, como se eles pertencessem a sua própria língua materna.

Nestas circunstâncias ocorria, então, um verdadeiro *'cruzamento de línguas'*, conforme expressão utilizada por Moraes (2009) para se referir “a algo da ordem de uma passagem intradutora entre línguas” (mímeo). Já em momentos de máxima liberdade e tranqüilidade, a paciente de Freud e Breuer lançava mão das duas línguas estrangeiras que conhecia bem, o francês e o italiano, e se exprimia nelas com a máxima clareza e fluidez, também julgando estar se expressando em sua língua materna.

Em um relato de caso constante nos *Estudos sobre a Histeria* ([1895] 1987), livro escrito a quatro mãos por Freud e Breuer, é apontado que estes fenômenos histéricos começam a ocorrer a partir da instituição de um trauma psíquico ocasionado por uma tenebrosa alucinação delirante de Anna O.: encarregada de velar o pai enfermo, e tomada de grande angústia e profunda ansiedade pela espera de um médico que viria de Viena para socorrê-lo, a jovem se encontrava sentada, sozinha, ao lado da cama do doente. Algum tempo depois, a paciente começou a entrar em um estado de adormecimento, apoiando a cabeça em um dos braços, o direito, deitado sobre o encosto da cadeira onde estava. De repente, passou a um estado de devaneio que se transformou em uma alucinação e, em seu delírio, viu uma grande serpente negra saindo da parede, tentando atacar o doente (os autores indicam, ainda, que as alucinações de Anna O. envolvendo o ofídio tornaram-se regulares). Na tentativa de espantar o réptil, ela sentiu seu braço adormecido e ao fitá-lo, observou, estarecida, que seus próprios dedos tinham se transformado em pequenas cobras, com cabeças de caveira. Tomada de pavor, Anna O. quis rezar após o desaparecimento da serpente, mas não foi capaz de encontrar em sua língua materna nenhuma palavra que pudesse servir-lhe de auxílio naquele instante de aflição, lembrando-se, porém, em seguida, de um poema infantil em inglês, que permitiu que ela pensasse e orasse nesta língua.

A partir deste fato, que Moraes (1999) caracteriza como um estranhamento da língua materna e como uma familiaridade com a língua estrangeira, surge, segundo relatam Freud e Breuer ([1895] 1987), “uma histeria grave e altamente complicada, [e] ela [Anna O.] só consegue falar, escrever e compreender o inglês, enquanto sua língua materna permaneceu ininteligível para ela por dezoito meses” (p. 42).

Todos os sintomas ou fenômenos histéricos estabelecidos então, a partir de uma falta de elementos simbólicos suficientes para expressar a extrema angústia e aflição da jovem, desapareceram posteriormente, como indicam Freud e Breuer ([1895] 1987), de forma imediata e permanente, após serem recordados por Anna O. e, mais que isso, serem novamente incluídos no campo lingüístico a partir de uma narrativa pormenorizada da primeira ocorrência do fato traumático, que devia ser descrito com riqueza de detalhes. O objetivo desse minucioso relato era o de proporcionar uma exteriorização do afeto implicado naquela cena traumática primitiva, sua tradução em palavras. E Anna O.

reconhecia a eficácia deste método, ao qual se referia, por gracejo, como *chimney sweeping*, pois “sabia que, depois que houvesse dado expressão a suas alucinações, perderia toda a sua obstinação e aquilo que descrevia como sua ‘energia’” (FREUD e BREUER ([1895] 1987)). Seus sintomas poderiam, deste modo, ser removidos por completo por meio de sua fala.

O que me interessa notar neste caso clínico, além do marcante papel da linguagem na formação e na resolução dos fenômenos histéricos, é a condição de Anna O., que transitou inconscientemente entre as línguas que conhecia – além do inglês, do francês e do italiano, ela lançou mão, conforme o relato de Freud e Breuer ([1895] 1987), de fragmentos de outras diversas línguas estrangeiras, na tentativa de se expressar. Segundo meu entendimento, temos aqui um primoroso exemplo de quão tênues podem ser os limites (será que eles realmente existem?) entre as formas de funcionamento da linguagem no psiquismo subjetivo.

Outras contribuições valiosas que articulam a Psicanálise e o campo da linguagem, e que podem permitir algumas reflexões sobre a relação entre a língua materna e a estrangeira, foram elaboradas por Jacques Lacan e transmitidas em seu ensino.

Ao instituir que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, o psicanalista francês permitiu que as línguas, quer a considerada materna quer as classificadas estrangeiras, enquadradas que são no campo simbólico, pudessem ser observadas com maior cuidado e referência à luz da teoria psicanalítica, articulando-se, em suas operações de realização, com a cena psíquica inconsciente, por carregarem a materialidade que possibilita que o sujeito que ali habita se dê a (re)conhecer.

A partir do estabelecimento de *lalangue* – operador imprescindível ao aparelho psíquico e elemento que precede e permite a ascensão do sujeito ao campo simbólico, além da organização deste mesmo campo – como substância que, por não pertencer a nenhuma língua específica, se faz presente em todas, afetando-as com suas possibilidades de equívoco sem significação *a priori*, as materialidades lingüísticas das línguas diversas puderam ser aproximadas e consideradas, todas, frutos de elaborações a partir de *lalangue*.

Assim, independentemente dos fonemas, morfemas, palavras etc., *lalangue* opera no sujeito, permitindo os duplo-sentidos, os jogos de palavras, os mal-entendidos que

caracterizam sua dimensão de impossível e de falta, não importando a materialidade lingüística tomada como suporte. É ela que, a um só tempo, se assemelha a e distingue todas as línguas, fazendo estranho o que vem da língua materna e, por que não, também, marcando com uma familiaridade o que era tomado como estrangeiro?

Aspectos da relação entre as línguas e o operador *lalangue* serão abordados no capítulo IV, adiante. A seguir proponho um exame do que é possível observarmos sobre a noção de língua estrangeira, sempre articulada à língua materna, a partir do arcabouço teórico da Psicanálise.

2. Há sempre que se partir da língua materna

A apreciação empreendida acima, visando demarcar algumas das possibilidades de articulação entre a Psicanálise e uma língua classicamente qualificada como estrangeira traz, a todo o momento, referências a um outro termo, imprescindível para as considerações deste trabalho, e que deve, necessariamente, ser incluído em nossa reflexão sobre línguas estrangeiras: a língua chamada materna.

Até agora, busquei abordar a língua tomada como materna sob a orientação psicanalítica, instituindo, portanto, esta forma de funcionamento da linguagem, não como exterioridade ao sujeito do inconsciente, mas, contrariamente, como matéria que o constitui e o causa, objeto em ex-sistência, conforme indicação de de Lemos (2002). A articulação que proponho em relação à língua estrangeira também busca seguir, sem perder de vista as particularidades que serão apontadas a seu tempo, este mesmo ponto de vista, ou seja, marcar que a chamada língua estrangeira não se qualifica, tampouco, como um elemento externo ao sujeito falante.

Em minha proposta, assumo que estas outras formas de funcionamento da linguagem, tanto quanto a língua materna, configuram-se como meios de realização do campo simbólico, o campo da linguagem, tão relevante para as articulações acerca do inconsciente, apesar das diferenças evidentes entre suas materialidades, no tocante a elementos fonéticos, morfológicos, sintáticos, gramaticais e discursivos.

A diversidade material, porém, não veda a possibilidade de atribuir à língua

estrangeira um predicado fundamental já conferido à língua materna, e ao qual já me referi anteriormente. Ao contrário, esta dessemelhança de materialidades assegura àquela língua tal propriedade, por demarcar, também nela, significantes e cadeias de significantes em sua constituição. Esta condição postula, então, que tal língua, classificada como estrangeira, não pode se instituir, sob nenhuma hipótese, apenas como uma exterioridade, como um código fora do sujeito de linguagem, da mesma forma que não o pode a língua materna. Sobre isso, Moraes (1999) afirma que:

A partir da anterioridade lógica da inscrição da linguagem no sujeito, cada um se encontra na Língua Estrangeira de maneira única, a sua, **não havendo aí uma simples relação de exterioridade, mas a intermediação do fato anterior de que a linguagem é condição de possibilidade do sujeito** (p. 01, grifo meu).

Partindo, portanto, da constatação de que a língua estrangeira não se constitui somente como um fora do sujeito, mas, antes, é um elemento, como outro qualquer, do campo simbólico, campo instituído como essencial à estruturação, constituição e emergência subjetivas, proponho o exame de seu estatuto a partir da pergunta elaborada por Milner (1987, p. 17) sobre o que é a língua quando remetida à Psicanálise (cf. p. 44 deste trabalho). Assim sendo, pergunto: o que é língua estrangeira diante das hipóteses da Psicanálise, ou o que é língua estrangeira se a Psicanálise existe?

Como sugere a hipótese deste trabalho, uma língua estrangeira só pode ser apreendida pelo sujeito de linguagem, quer em um processo que se assemelhe à aquisição (como nas situações de imersão na língua alvo), quer em procedimentos com objetivos educacionais (processos formais de aprendizagem escolar), a partir e graças à instauração da língua materna como campo simbólico primitivo.

Também reafirmo que o encontro do sujeito com a língua estrangeira ocorre, obrigatoriamente, de maneira totalmente singular e única: a sua, como aponta Moraes (1999) no trecho acima, devido às marcas, à importância e ao valor ímpares que a língua materna, suporte para a(s) outra(s), tem em sua constituição.

Portanto, é sempre à luz dos elementos essenciais desta língua constitutiva do sujeito, examinados no capítulo II deste trabalho, que pretendo delinear as características de

uma outra língua, estrangeira, mantendo, assim, a fidelidade à proposta de uma abordagem permeada pela teoria psicanalítica, que postula a língua materna como condição de todas as novas aquisições de funções da linguagem.

Estabelecer um estatuto para a língua estrangeira a partir das considerações da Psicanálise é tarefa possível somente a partir das e pelo retorno constante às características da língua materna. É esta língua constitutiva que fornece os traços (como suporte para as línguas estrangeiras), seus efeitos e seus afetos, e estes elementos se tornam presenças obrigatórias, também, nesta outra forma de funcionamento da linguagem. Algumas características exclusivas da língua classificada como estrangeira também poderão ser recolhidas a partir do estatuto da chamada língua materna, delineado no capítulo II deste trabalho, e suportado no arcabouço teórico da Psicanálise.

Sobre isso, Revuz (2002) lembra que as línguas materna e estrangeira jamais serão, para um sujeito de linguagem, da mesma ordem, ou seja, jamais possuirão o mesmo valor, apesar de sua articulação. Com esta colocação, a autora remete diretamente a uma indicação feita por Ferenczi (1967 *apud* Revuz 2002), que salienta que, no que se refere ao recalque, operação que jamais se estabelece de uma só vez, reclamando sobre si uma força constante, as palavras em uma língua estrangeira não possuiriam jamais o mesmo valor que as da língua materna.

Não nos esqueçamos, também, de que uma língua qualquer só é imaginariamente qualificada como estrangeira (em relação ao real, não há qualquer diversidade, já que o real remete a *lalangue*, presença em todas as línguas enquanto ‘maternas’ para algum sujeito) a partir de uma remissão muito precisa desta língua outra à língua materna. E esta referência constante se faz muito presente, por ser muito evidente, quando se busca delinear a condição da língua estrangeira nos campos da linguagem e da Psicanálise, que sempre estão, sob a perspectiva deste trabalho, entrelaçados.

Tal retomada incessante auxilia, também, a manutenção e a comprovação da hipótese deste trabalho, afinal ela postula desde o início a língua classicamente considerada materna como materialidade necessária, suporte imprescindível, para a apreensão de uma outra língua, estrangeira:

a língua estrangeira é, por definição, uma segunda língua, aprendida depois e tendo como referência uma primeira língua, aquela da primeira infância. **Pode-se aprender uma língua estrangeira somente porque já se teve acesso à linguagem através de uma outra língua.** Essa língua chamada “materna” pode não ser a da mãe, a língua “estrangeira” pode ser familiar, mas elas não serão jamais da mesma ordem (REVUZ 2002, p. 215, grifo meu).

Revisito, então, na seção seguinte, as palavras de Freud ([1891] 1977 – p. 40 deste trabalho) e as de Moraes (1999) que abonam tal visão da língua materna, constituindo-a como suporte e condição para o advento da língua estrangeira, incluindo, também, visões de outros autores, como Melman (1992) e Revuz (2002), que se propuseram a discutir este tema sob o viés da teoria psicanalítica. Retorno, também, conforme mencionado, ao estatuto e aos predicados daquela língua falada pela mãe, para poder indicar o que é da ordem da língua estrangeira.

3. Língua estrangeira: um enfoque a partir da língua materna

A compreensão da língua materna como matéria da estruturação do sujeito, como elemento fundante de seu psiquismo e de sua vida relacional, como presença na tessitura de seu inconsciente e como condição para outras aquisições do campo simbólico suscitou a seguinte questão: é desejável, ou sequer possível, desconsiderar o valor, os efeitos e os afetos desta língua constitutiva ao se abordar o estatuto da língua estrangeira? É possível, ainda, desprezar estes elementos ao se tratar do encontro do sujeito com esta outra forma de funcionamento da linguagem? Como abordar as circunstâncias formais de aprendizagem de línguas estrangeiras, que conforme assinalamos na introdução deste trabalho, se destacam pelos resultados insatisfatórios e pela taxa de insucesso que apresentam, sem atribuirmos à língua materna um papel preponderante na ‘mediação’ entre o sujeito e este modo diferente de funcionamento lingüístico, a língua estrangeira?

Não há como negar que cada sujeito, ao se deparar com uma nova língua e com os procedimentos referentes ao seu ensino e aprendizagem, já carrega consigo uma considerável experiência com sua língua materna e, também, uma experiência, mesmo que inconsciente, com a modalidade de apreensão daquela. Esta história do sujeito com sua

língua materna, da qual ele pode não ter o menor conhecimento elaborado, mas que nem por isso se apresenta como menos decisiva, é o que se faz presente na determinação de suas ações e atitudes, é o que impõe seus efeitos e afetos no tocante à nova língua e à sua aprendizagem, marcando com algo de um conforto ou de um embaraço cada nova investida em direção à língua estrangeira.

Assim sendo, a primeira das características que pode ser atribuída a uma língua considerada como estrangeira para o sujeito de linguagem, e que já foi amplamente divulgada na hipótese que deu início a este trabalho, é a sua propriedade de se assentar, privilegiadamente, sobre o que terão sido as trilhas simbólicas instauradas pela força da língua materna, e de tomar desta, além de o suporte simbólico para sua inscrição, os efeitos de suas marcas primitivas.

Seguindo o mesmo ponto de vista de Freud em 1891 (1977), Moraes (1999) aponta aspectos dessa relação necessária da outra língua, a estrangeira, para com a constitutiva, chamada de materna, a partir da hipótese do inconsciente, propondo que a língua estrangeira seja observada como uma releitura daquela original, tendo em vista a organização comum de ambas no campo simbólico:

Quando Freud introduz a noção de inconsciente, está submetendo o sujeito a uma inscrição em um sistema simbólico anterior a ele. Se o sujeito organiza seu discurso com elementos que o excedem, mas que o determinam simbolicamente, **a língua estrangeira entra, nesse contexto, como um modo de leitura da língua materna** (p.126, grifo da autora).

Seguindo, ainda, a mesma lógica argumentativa, Revuz (2002) afirma que a relação que o sujeito estabelece com as línguas estrangeiras espelha aspectos de sua organização psíquica, e pode somente ser decifrada como um traço de sua própria relação inconsciente com a língua que o constituiu e para com tudo mais que ela deixa como marca decisiva no funcionamento do aparelho. A mesma autora afirma, ainda, que o encontro do sujeito com a língua considerada estrangeira, que faz vir à tona aspectos do laço peculiar e único que cada um mantém com sua língua-causa, indica a dimensão de tensão envolvida neste embate, que consiste em uma tentativa de deslocamento ou ruptura das marcas mais elementares do sujeito, inscritas em seu corpo pela língua materna.

Visada similar a esta, ou seja, mais uma indicação da relação necessária de uma

língua estrangeira para com a materna, é, ainda, oferecida por Melman (1992). A partir de uma definição audaciosa de língua estrangeira, postulada como uma tradução mental possível de ser feita somente a partir das inscrições provocadas pela língua materna, o autor propõe uma dissociação entre as línguas, postulando haver uma língua que se sabe e uma outra que se conhece. Ele prossegue suas considerações, instituindo tal conhecer como um atributo do sujeito de “ser capaz de traduzir mentalmente, a partir da língua que se sabe, a língua que se conhece” (p. 15).

Naturalmente, a proposta de Melman (1992) é aproximar o que ele toma como língua que se sabe da língua materna, ao mesmo tempo em que postula a língua que se conhece como a estrangeira. Sob tal perspectiva saber “uma língua é muito diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela, que o que ela fala em você se enuncia por sua boca, como destacado, a título de ‘eu’” (p. 15).

O saber encontra-se, então, sob esta perspectiva, relacionado aos traços gravados no inconsciente pela língua constitutiva, aos significantes que propiciaram a emergência original do sujeito de linguagem, e que tiveram por suporte material a língua materna. Esta língua que se sabe é, assim, segundo Melman (1992), aquela que, ao mesmo tempo, fala o sujeito e falta ao sujeito, aquela que o eleva à ilusória posição de maestria, de dono absoluto de seu dizer: “A língua que se sabe é dita ‘língua materna’. O que parece querer dizer apenas uma coisa: que ela autoriza o locutor a falar como mestre” (p. 16).

A língua que o sujeito conhece, a estrangeira, por outro lado, não lhe permite enunciar daquela mesma posição de maestria, e isto

simplesmente pelo fato de que [se] muda de lugar com a mudança de língua. E não é apenas mudando de lugar na garganta. Quando prestamos um pouco de atenção e escutamos falar por um mesmo sujeito línguas diferentes, damos rapidamente conta de que ele não as articula no mesmo lugar em sua garganta. Isso vem se alojar em diferentes lugares porque sua subjetividade não é a mesma (MELMAN 1992, p. 47).

Apesar de marcar a relação de vinculação necessária entre as línguas estrangeira e materna, conforme postula a hipótese deste trabalho, destaco que esta disjunção entre as línguas proposta por Melman (1992) a partir do significante ‘tradução’, no trecho: “ser capaz de **traduzir** mentalmente, a partir da língua que se sabe, a língua que

se conhece” (p. 15, grifo meu), vai de encontro à minha argumentação e a meu entendimento. Segundo a perspectiva por mim assinalada, a língua materna e uma língua estrangeira não são elementos que, independentes um do outro, se dispõem à mera tradução, mas que a língua estrangeira funciona, efetivamente, como um prolongamento do campo simbólico instaurado pela língua materna.

A esse respeito, parto das reflexões de Moraes (2009, mimeo) sobre as argumentações de Lacan na lição de 17 de maio de 1977 do Seminário *L’insu que sait de l’une-bévu s’aile à mourre* ([1976-1977], inédito), sobre só haver possibilidade de se falar de uma língua por meio de outra, operação que o psicanalista francês nomeia metalíngua, caracterizando-a como ‘con-sonância’¹³, reverberação, eco de uma língua em outras.

Segundo Moraes (2009, mimeo), tal afirmação lacaniana permite considerar a passagem de uma língua para outra como uma extensão, ou melhor, como um ‘*elangamento*’, neologismo que joga com os sentidos das palavras *élan*, do francês, que significa impulso, charme, e alongamento, tendo em vista que o movimento de desdobramento que estende uma língua em direção a outra se daria por extensão.

É isso que Lacan destaca na lição de 18 de abril de 1977 do mesmo seminário ([1976-1977], inédito), ao utilizar o termo *l’élanguages* para se referir ao que tomamos, comumente, como as línguas, e ao afirmar que uma *élangue* se alonga ao se traduzir em outra, implicando, assim, a extensão do saber de uma língua em outra quando da operação de tradução.

Tal termo, originalmente criado por Philippe Sollers, foi retomado por Lacan por condensar em si referências a três significantes franceses: *élan*, *elation* e *langues*, respectivamente impulso/expansividade/charme, elação/elevação e línguas, marcando, exatamente, o que o termo forjado por Moraes (2009, mimeo) – “*elangamento*” – propõe: que a tradução de uma língua em outra ultrapassa a simples correspondência entre os termos, implicando, também, a extensão dos afetos inscritos nos/pelos elementos das línguas envolvidas neste processo, elevando as línguas da condição de puro código – amontoado de termos e expressões – à de materialidade essencial, por carregar as marcas

¹³ Soar com, ou soar em, consonar, tendo em vista que a noção de metalíngua supõe que elementos de uma língua são capazes de ressoar, repercutindo, assim, seus efeitos em elementos de uma outra.

fundamentais que possibilitam a emergência do sujeito, quer na língua materna, quer em outra, estrangeira. A expressão *l'élangues* também se constitui como um jogo de palavras, homófona a uma outra expressão: *les langues*, as línguas.

O movimento de “*elangamento*”, então, segundo minha perspectiva, coloca em xeque a compreensão clássica da noção de tradução, que se suporta em uma concepção das línguas como conjuntos de elementos materiais estratificados, localizáveis em níveis, apartados, portanto, uns dos outros, e passíveis, apenas, de estabelecerem uma correspondência termo a termo. Desta forma, a língua materna permaneceria em uma ‘posição’, em um lugar mais profundo no aparelho psíquico, devido à anterioridade de sua inscrição, enquanto cada uma das estrangeiras que fossem aprendidas se alocaria em outro ponto, a partir do que se constituiria uma relação direta, ideal e perfeita entre palavras, termos e expressões: tudo de uma língua podendo ser dito, ‘ao pé da letra’, pela outra.

Ao contrário disso, a visada lacaniana implica que na passagem da língua materna para a estrangeira não há um mero aprendizado de um novo código, com aspectos fonéticos, morfológicos, gramaticais, sintáticos etc. que podem se colocar, perfeitamente, no lugar daqueles da língua materna. Há, antes, um desdobramento, um alongamento da língua materna, estendendo-se aos termos da nova língua, impregnando-os com seus afetos. Os novos termos apreendidos, sob esta perspectiva, podem, também, propiciar a emergência do sujeito a partir de seus elementos significantes, como atestam os sonhos em outra língua e os lapsos e chistes que cometemos em línguas estrangeiras, conforme exemplo citado pelo próprio Melman (1992).

O autor (*op. cit.*) afirma que, durante a preparação de uma conferência na qual pretendia apontar a impossibilidade de se fazer lapsos ou chistes em uma língua estrangeira, foi surpreendido por um jogo de palavras em inglês (Melman tem o francês por língua materna), irrupção que insistia, embaraçosamente, em ser colocada como título da dita apresentação. Viu-se, então, diante da expressão *Chimneys Weeping* (chaminés chorando), em uma notória referência ao *Chimney Sweeping* (limpeza de chaminés) cunhado por Anna O. para aludir ao tratamento psicanalítico.

Diante da contradição entre o que pretendia assegurar – “meu propósito consistia em dizer-lhes [aos participantes da conferência] que em uma língua estrangeira

não há meios de se fazer jogos de palavras ou lapsos” (MELMAN 1992, p. 57) – e a imposição insistente de um elemento desta mesma ordem – “encontrava-me no embaraço de não aceitar este título e ao mesmo tempo não conseguir me desfazer dele” (*idem*) –, que ao mesmo tempo intrigava e divertia, Melman foi buscar dentre algumas das demais línguas que conhecia a motivação para tal operação.

Impôs-se a ele, então, operar um entrecruzamento entre o inglês, língua que ofereceu a materialidade para seu dito chistoso, e o francês, o espanhol e o hebraico, deslizando o significante *chimneys* para os *cheminées* e *cheminer*, respectivamente chaminés e caminhar em francês, *camino*, caminho em espanhol, e *chemim*, caminho em hebraico. Ocorreu-lhe que o significado da palavra hebreu era ‘aqueles que caminham’ e que a conferência que estava preparando seria apresentada em Israel, território originalmente habitado por aquele povo. Foi possível ao autor fazer, assim, algumas articulações na tentativa de compreender o que se passara.

A propósito, o título *Chimneys Weeping* foi mantido, e a conferência foi pronunciada em 30 de outubro de 1988, no quadro do Congresso *The language and the unconscious after Freud's and Lacan's Teachings*, em Israel.

Assim sendo, o termo tradução, conforme empregado por Melman (1992), a meu ver, não contempla todas as nuances do processo de ‘*elangamento*’ implícito da passagem de uma língua materna para outra, estrangeira, por abarcar somente a dimensão técnica do procedimento: converter uma palavra, termo ou expressão da língua materna em uma outra, da língua estrangeira.

A proposta do presente trabalho, então, ultrapassa esta perspectiva, e postula que a passagem de uma língua para outra implica extensão, prolongamento de termos, afetos e efeitos: implica um “*elangamento*”, promovendo o aparecimento de algo que parecia não estar ali, mesmo já estando, conforme aponta Moraes (2009, mimeo).

Retomo, agora, para continuar o exame de como se configura uma língua estrangeira a partir da Psicanálise, o trecho do texto de Melman (1992) que trata dos diferentes posicionamentos em que um sujeito pode ser colocado de acordo com a língua que utiliza:

Quando prestamos um pouco de atenção e escutamos falar por um mesmo sujeito línguas diferentes, damos-nos rapidamente conta de que ele não as articula no mesmo lugar em sua garganta. Isso vem **se alojar em diferentes lugares porque sua subjetividade não é a mesma** (p. 47, grifo meu).

A diferença à qual o excerto se refere, entre a posição em que o sujeito é colocado ora por sua língua materna ora pela língua estrangeira marca, ainda, segundo minha compreensão, a íntima articulação da linguagem e de suas formas de funcionamento com a dimensão do corpo e com as do inconsciente e do sujeito, que não deixam de ser duas visadas de uma mesma perspectiva.

Sobre isso, o próprio Melman (1992) aponta que em se alterando a posição subjetiva altera-se, também, o sintoma do sujeito, ambos relacionados a uma mudança na língua tomada como meio de expressão. Ele afirma ser possível uma mudança de neurose a partir da passagem de uma língua para outra:

se na língua materna alguém tem espontaneamente tendência a ser obsessivo – quer dizer, preso no sujeito, preso de algum modo na preocupação de conseguir apagar este sujeito que lhe embaraça, com o qual não tem o que fazer – pois bem, se este mesmo obsessivo passa a uma língua estrangeira, ele vai procurar fazer valer sua objetividade, torná-la reconhecida. Vai procurar fazer-se admitir a título de um sujeito como os outros. Ei-lo então transformado em histérico (pp. 46 e 47).

Melman (1992) chega, ainda, a sugerir, em desacordo com a circunstância narrada a respeito da conferência *Chimneys Weeping*, a possibilidade de haver um apagamento da função subjetiva na expressão em língua estrangeira: partindo da premissa de que o sujeito é o que um significante (S_1) representa para outro (S_2), conforme postulado por Lacan ([1972-1973] 1985c), ele indica que pode ocorrer uma perda operante no remetimento entre estes dois elementos, ou seja, uma impossibilidade da ocorrência da irrupção de sujeito, o que posicionaria a castração como um simples acidente histórico, descaracterizando-a como um fato de estrutura.

Melman (1992) afirma que nas operações com a língua que ele postula como língua que se conhece, os significantes perdem a capacidade de representar a função subjetiva pra outros significantes, ganhando, assim, uma simples função de designação e que o retorno do recalcado em uma língua estrangeira, que caracterizaria a emergência

subjetiva, não pode jamais se dar a escutar como a expressão de um desejo inconsciente, isto é, como irrupção de sujeito, mas, antes, figura simplesmente como erro de ordem gramatical, léxica, sintática etc. Sob esta perspectiva a língua estrangeira serviria, meramente, como instrumento de comunicação.

Segundo meu entendimento, porém, tal apagamento do sujeito, se ocorre, se deve não ao encontro ou às operações subjetivas com a língua estrangeira, mas à posição do sujeito em relação a esta língua outra, relação esta que reflete a marca de sua posição, também, em sua língua materna. Conforme já assinalado, a perspectiva deste trabalho considera possível a emergência da função subjetiva em qualquer língua, com o retorno do recalcado podendo advir com o auxílio de qualquer materialidade, quer a da língua materna quer a de uma estrangeira. Meu ponto de vista não atrela, obrigatoriamente, a irrupção subjetiva aos significantes instituídos como pertencentes à língua materna, mas antes aos efeitos do campo simbólico no sujeito de linguagem. Assim sendo, em uma língua estrangeira pode haver material significante hábil a produzir sonhos, lapsos, chistes etc., como examinamos acima, no episódio ocorrido com Melman a respeito das expressões *Chimneys Weeping - Chimney Sweeping*, narrado por ele mesmo e publicado, no Brasil, em 1992. Não é somente a materialidade da língua materna que propicia a emergência subjetiva, mas a inscrição do sujeito no campo simbólico, com todas as conseqüências que isso implica. E de tal campo, o da linguagem, todas as línguas fazem parte.

Sobre isso, retomo a discussão já esboçada no capítulo II a respeito dos possíveis posicionamentos subjetivos no que diz respeito às línguas, quer a materna quer a estrangeira, ainda neste capítulo (seção 5).

Considero, agora, a mesma questão sob outro ponto de vista, isto é, retorno ao ponto que acabo de analisar acerca de uma língua estrangeira poder ou não dar indícios do sujeito, mas agora sob a visada da castração, via significante Nome-do-Pai, elemento responsável por marcar a interdição da mãe como objeto primeiro e determinante dos investimentos libidinais do sujeito.

Este ponto remete, novamente, a uma colocação de Melman (1992), a de que na língua estrangeira a castração poderia se deslocar de elemento de estruturação para mero acontecimento histórico, já que os jogos dos significantes organizados em cadeias nesta

língua, segundo aquele autor, não seriam capazes de permitir a irrupção subjetiva.

Conforme já assinalado, esta visão encontra-se em desacordo com a perspectiva deste trabalho no que se refere ao estatuto e aos predicados de uma língua estrangeira, além de apontar, também, uma divergência no que diz respeito ao episódio ocorrido com o próprio Melman (1992), relatado acima, a respeito das expressões *Chimneys Weeping - Chimney Sweeping*. Afirmo, antes, que segundo minha perspectiva, a impossibilidade da expressão do desejo na língua outra, remete, primordialmente, à posição do sujeito diante das línguas, quer a materna quer a estrangeira, e não simplesmente às construções do campo simbólico na língua estrangeira.

Levando em conta o que na teoria psicanalítica se articula sobre a castração, uma língua estrangeira pode ser considerada como aquela que não sofreu a incidência do significante Nome-do-Pai, e que tampouco instituiu a mãe como ausência, não a proibindo como objeto suposto satisfazer plenamente o sujeito. A partir desta visada, parece não haver, assim, na língua estrangeira, nem a marca da falta nem a do desejo que estão impregnadas na língua primeira, e aos quais a linguagem busca aplacar sem poder, no entanto, fazê-lo.

Esta língua estrangeira se constitui, pois, imaginariamente, para alguns sujeitos, como um outro tipo de saber – um saber alcançável –, como uma possibilidade de plena articulação do desejo, e esta incidência, conforme marca Melman (1992), indica que para aquele locutor a mãe que está incluída na língua estrangeira não se apresenta como interdita e, por este motivo, ele pode triunfar ao possuí-la.

Sem carregar o peso crucial do interdito da mãe, nem mesmo o da castração, implicados na função proibidora do significante Nome-do-Pai, a língua estrangeira, tomada nesta circunstância como completa e plena, se delineia para alguns sujeitos como uma possibilidade de

Movimentar[em]-se, assim, em uma língua onde podem ter o sentido de que tudo ali pode ser dito, de estar ao mesmo tempo infinitamente mais soltos dos constrangimentos do que estes infelizes nacionais que estão ali grudados em toda sua prudência, em seus interditos (MELMAN 1992, p. 47).

É Melman (1992) quem acrescenta, ainda, que tal característica pode fazer com

que alguns sujeitos falem uma língua estrangeira com mais fluidez e desembaraço do que sua própria língua, como se nada lhes tivesse sido proibido, já que naquela língua a mãe não está interdita.

Outro predicado marcante da língua estrangeira, conforme indica Revuz (2002), se refere à modalidade do primeiro contato do sujeito com seus elementos. Partindo, novamente, da língua materna e da constatação de que o ser de linguagem é capturado em um funcionamento lingüístico-discursivo estruturado por tal língua, caracterizamos o contato primordial do sujeito com uma língua estrangeira como um novo movimento e o situamos como uma operação de aprendizagem.

Revuz (2002) aponta o caráter de novidade que acompanha a instauração da relação do sujeito com a língua estrangeira quando comparada à apreensão da língua materna, indicando que o encontro com a língua estrangeira se apresenta para o sujeito como uma experiência completamente inédita. A autora indica, assim, que apesar de se aproximarem como materialidades simbólicas e formas de funcionamento lingüístico, estas duas línguas, materna e estrangeira, são absolutamente diversas no que diz respeito aos mecanismos de sua apreensão: “A novidade, entretanto, não está no encontro com o fenômeno lingüístico como tal, mas nas modalidades desse encontro” (p. 215), já que a língua estrangeira, por se configurar como um objeto de aprendizagem, se mostra, a um só tempo, próxima e distante da língua materna.

Diferente do processo de captura, a língua estrangeira demanda um outro tipo de envolvimento do sujeito em seu processo de apreensão, um comprometimento que a língua materna pareceu não exigir. Ter acesso a uma língua estrangeira solicita ao sujeito uma articulação necessária de diversas dimensões, as quais, segundo Revuz (2002), nem sequer convivem harmoniosamente. A autora enumera tais dimensões conflituosas que precisam se harmonizar, e elas vão desde a afirmação da função do ‘eu’ até um trabalho sobre o corpo, passando pela relação do sujeito com o saber, com a língua materna, com ele mesmo e com os outros.

Na seção seguinte, pretendo examinar melhor as particularidades do encontro do sujeito com a língua estrangeira em contextos formais de aprendizagem. O desejo de destacar este ponto específico do contato com uma nova língua se deve, obviamente, à

minha condição primeira de professora de língua estrangeira. Enfatizo esta posição por ser dela que partem tanto a motivação para este trabalho quanto as questões e as propostas de reflexão sobre o tema.

Pontuo, ainda, a importância de analisarmos esta modalidade de encontro, tendo em vista o que ela tenta operar: deslocamentos ou subversões nos traços e afetos marcados e arraigados no sujeito pelos significantes de sua língua materna.

4. Língua estrangeira: objeto de uma aprendizagem

Conforme assinalado anteriormente, distinto da experiência com a língua materna, à qual atribuímos a função de capturar o *infans* em seu funcionamento a partir da imersão deste, que ainda não possui nenhum recurso linguageiro para sua expressão, em seu campo, o encontro com uma língua estrangeira se configura como uma experiência efetivamente nova e original para o sujeito, por se caracterizar como uma outra modalidade de apreensão de elementos do campo simbólico: uma aprendizagem.

De fato, além de se constituir como matéria de uma prática complexa, a língua estrangeira se configura, ainda, como um objeto de saber e de uma aprendizagem guiada pela racionalidade, como um conhecimento intelectual que, acionando mecanismos conscientes, demanda uma ação do sujeito em direção a sua apreensão, seja em situações de imersão, seja em contextos tradicionais de ensino e aprendizagem. Por outro lado, no que diz respeito à língua materna, o sujeito tem o sentimento de não tê-la aprendido jamais, devido à naturalidade que parece estar contida no processo de captura.

Aprender uma língua estrangeira, assim, faz com que o sujeito se confronte com sua própria língua e com os diversos elementos a ela associados. Implica, também, que o sujeito seja capaz de inventar novas maneiras de lidar com seu corpo, além de solicitar um rearranjo de elementos abarcados em seus processos de percepção e conhecimento.

Este tipo de embate requer esforços do sujeito, pois, o deslocamento dos elementos da língua materna em relação aos pontos onde foram originalmente marcados

propõe desafios às dimensões física, psíquica e afetiva¹⁴ – dimensões que jamais convivem pacificamente ou colaboram umas com as outras (REVUZ 2002) – no sentido de uma assimilação mais ou menos eficiente da nova língua. Sobre isso, Revuz (2002) indica que o

sujeito deve pôr a serviço da expressão de seu **eu** um vaivém que requer muita flexibilidade psíquica entre um trabalho de corpo sobre os ritmos, os sons, as curvas entoacionais, e um trabalho de análise e de memorização das estruturas lingüísticas (p. 217, grifo da autora).

Revuz (2002) afirma, ainda, que as situações de aprendizagem de uma língua estrangeira fazem com que o sujeito se movimente, imaginariamente, em direção a seu estado de prematuração primordial, algo que, além de uma transgressão, impõe elementos da ordem de uma regressão, que o colocam na situação de não-saber absoluto e o remetem a seu estágio de *infans*, assinalando sua impotência em se fazer compreender. E em tal movimento de retroação, aspectos das três dimensões acima referidas – física, psíquica e afetiva – se fazem presentes.

No que se refere à oralidade, ao corpo do sujeito são solicitadas habilidades articulatórias (pronúncia) e perceptivas (compreensão auditiva) de fonemas, entonações e ritmos distintos dos abarcados pela língua materna.

A aptidão física plena para esta tarefa parece, entretanto, uma liberdade há muito já esquecida pelo aparelho fonador, tendo em vista ser atribuída aos bebês, durante a primeira infância, a capacidade de articular e pronunciar todos os sons de todas as línguas. Esta habilidade, porém, se perde após o contato com os elementos da língua materna, os quais prevalecem: “o bebê pode pronunciar todos os fonemas de todas as línguas. A aquisição da língua materna vai, portanto, se realizar pela eliminação dos fonemas que não pertencem a essa língua” (RASSIAL, 2005, mimeo).

Lado a lado aos apelos ao corpo está, ainda, a dimensão afetiva, para a qual se colocam questões referentes ao deslocamento do real que a língua materna marca. Nomear e predicar em língua estrangeira, assim, confrontam o aprendiz com um recorte do real diferente do estabelecido pela língua que o causou, recorte que não traz consigo a mesma

¹⁴ Cabe observar aqui que a divisão proposta pela autora só é possível na dimensão do Imaginário, tendo em vista que a perspectiva psicanalítica de um ‘corpolingüagem’ não permite que seja feita qualquer partição

carga afetiva inerente aos termos que foram cunhados pela língua materna.

Neste sentido, um sujeito nomeia os elementos com o auxílio da língua estrangeira sem que, simultaneamente, predicados sejam a eles conferidos, como acontece na operação com a língua materna. Por este motivo, cada novo termo na língua estrangeira precisa receber um novo sentido e se atar a um novo afeto.

No que diz respeito à esfera psíquica, é uma movimentação do sujeito em relação à língua que o constituiu que se faz imprescindível, tendo em vista que toda e qualquer tentativa de aprendizagem de uma língua estrangeira tende a provocar uma subversão: questionamentos, perturbações, modificações nas inscrições originais, gravadas pela língua materna. Tanto a linha argumentativa deste trabalho quanto minha concepção deste processo não permitem, pois, que todas as marcas e afetos já inscritos no sujeito pela língua materna sejam ignorados ou desconsiderados quando de seu encontro com uma língua estrangeira, pois tais elementos se impõem a esse encontro como aspectos de máxima relevância.

Assim sendo, defendo neste trabalho que é graças à história particular de cada sujeito com sua língua materna, língua que o constituiu e o causou, e graças, também, aos efeitos por ela suscitados, que o encontro com a língua estrangeira ganhará suas configurações.

É de uma nova perspectiva de posição subjetiva que se trata quando do encontro do sujeito com uma língua estrangeira. E estar em uma posição estranha àquela demarcada pela língua constitutiva pode suscitar sentimentos antagônicos e se revelar para o sujeito como perda, como oportunidade única para que a língua materna se renove ou se relativize, ou como uma irresistível descoberta de um novo e promissor espaço de liberdade subjetiva (REVUZ 2002).

Revuz (2002) também aponta que a prática da língua estrangeira solicita algo mais do sujeito, uma vez que questiona seu modo de se relacionar com os outros e com o mundo que o cerca, pois ele se encontra numa nova posição subjetiva, que lhe foi conferida por esta outra língua, e que jamais é a mesma daquela em que ele se encontrava originalmente, forjada pela língua materna.

entre corpo e “mente”.

Além disso, a língua estrangeira desloca o modo de relação imaginária que o sujeito mantém consigo mesmo, com seu ‘corpolingagem’, com suas marcas originais:

a aprendizagem de línguas estrangeiras esbarra na dificuldade que há para cada um de nós, não somente de aceitar a diferença mas de explorá-la, de fazê-la sua, admitindo a possibilidade de despertar os jogos complexos de sua própria diferença interna, da não coincidência de si consigo, de si com os outros, de aquilo que se diz com aquilo que se desejaria dizer (REVUZ 2002, p. 230).

Sem refletir sobre isso, sem pensar a respeito de si e de sua relação com a língua estrangeira, como é possível a um professor auxiliar os aprendizes a desvendar tais aspectos, explorar e admitir as diferenças, tomá-las em auxílio de sua expressão? Sem considerar a língua estrangeira sob este ponto de vista, como lidar, ao mesmo tempo, com o prazer extremo de alguns aprendizes, flexíveis e jubilosos com este encontro, e com o pavor de outros em romper com as correntes que os mantêm ligados a sua língua materna?

Para estas questões não há uma resposta pronta, mas há uma indicação: considerar o aprendiz como sujeito irremediavelmente afetado por linguagem, pela língua materna, e pelo que uma língua estrangeira pode demandar. Afinal, como afirma Moraes (1999), cada sujeito, no que se refere às línguas, se posiciona de forma completamente original. E isso, há que se respeitar.

Ainda a este respeito, analisaremos, a seguir, algumas especulações sobre as possíveis posições nas quais o sujeito pode ser colocado pela língua materna a partir da entrada em jogo da língua estrangeira, e as conseqüências que este encontro pode implicar.

5. O que se movimenta no sujeito no encontro com uma língua estrangeira

Conforme aponta Revuz (2002), “o estranhamento do dito na outra língua pode tanto ser vivido como uma perda (...), como uma operação salutar de renovação e de relativização da língua materna, ou ainda como a descoberta embriagadora de um espaço de liberdade” (p. 224). Isto quer dizer que o encontro do sujeito com uma língua estrangeira pode tomar, para alguns, proporções devastadoras de perda, como para outros, se figurar como uma nova e deliciosa possibilidade de expressão do desejo. Finalmente se abria ao

meu entendimento uma possibilidade de abordagem e compreensão daquela questão que durante tanto tempo me afligiu!

Para cada ser constituído por linguagem, então, o contato/confronto com a língua estrangeira ocorre de forma diferente, por decorrer de um processo diferente, tendo em vista duas considerações já levantadas neste trabalho: em primeiro lugar, a condição primordial de a língua estrangeira se assentar sobre as trilhas simbólicas já estabelecidas pela língua materna, e, em segundo, a particularidade da inscrição singular desta língua constitutiva em cada sujeito.

Tais considerações permitem, ainda, a inferência que, tanto quanto aquela materna, uma língua estrangeira é, também, por um sujeito, apreendida de forma única e particular, conforme sua própria história com a língua materna e com a posição em que esta o coloca:

o exercício requerido pela aprendizagem de uma língua estrangeira se revela tão delicado (...) [por] solicitar (...) as bases mesmas de nossa estruturação psíquica, e com elas aquilo que é, a um mesmo tempo, o instrumento e a matéria dessa estruturação: a linguagem, a língua chamada materna. Toda tentativa de aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua. (...) [O] aprendiz (...) já traz consigo uma longa história com **sua** língua. Essa história interferirá sempre em sua maneira de abordar a língua estrangeira (REVUZ 2002, p. 217, grifo da autora).

As reverberações dos elementos materiais e afetivos da língua materna em uma outra, estrangeira, dependem, então, do posicionamento subjetivo em relação à língua-causa. Revuz (2002) especula sobre dois desses possíveis posicionamentos, e aponta que reflexo eles teriam no que é da ordem da apreensão de uma língua estrangeira. A autora deixa claro, porém, que não se trata de indicar, a partir da relação estabelecida entre o sujeito e uma língua estrangeira, a forma como sua língua materna o constituiu, pois não há uma ‘receita pronta’ a ser seguida, ou qualquer possibilidade de estabelecer paralelismos exatos ou correspondências estáveis entre o campo dos sistemas lingüísticos e a psique do sujeito, devido às complexidades peculiares de cada um. O que ela busca com sua especulação é, antes, analisar a hipótese de que algo do funcionamento psíquico se faz

presente neste jogo.

Assim sendo, Revuz (2002) apresenta dois modelos de constituição subjetiva possíveis no que diz respeito à ancoragem do sujeito em sua língua-causa: aqueles mais ancorados na língua materna, em seus significantes e afetos, e outros menos ancorados naquela, menos presos a seu campo e ao que ela representa. Acompanhemos a articulação da autora sobre como se caracterizaria cada um destes modelos e como seria sua relação com a língua estrangeira e com seu aprendizado.

A autora (2002) propõe que ao sujeito para quem a língua falada por sua mãe representasse um suporte ideal para seus discursos – sem que ele tenha o menor conhecimento elaborado disso – o encontro com as línguas estrangeiras tenderia a vir acompanhado de turbulências e decepções, devido a uma resistência inconsciente desse sujeito em se afastar dos elementos pertencentes a sua língua materna.

Ao se deparar com uma nova maneira de funcionamento lingüístico, que exige, conforme indicação de Revuz (2002), muita flexibilização psíquica, um trabalho corporal e um investimento racional e consciente em sua apreensão, além de um quarto trabalho, este sobre os recortes afetivos instaurados pela língua materna, surgiria um estranhamento tal que este sujeito se sentiria despersonalizado, ameaçado em sua identidade imaginariamente forjada pela língua materna.

Ele encontraria, pois, dificuldades para se autorizar a falar da posição de eu (em primeira pessoa) na língua estrangeira, pelo fato de os elementos desta nova língua não carregarem os valores e os predicados necessários para a construção de suas significações, por não constituírem o suporte suposto ideal para a expressão de sua subjetividade.

É fato que o contato com uma nova língua, qualquer que seja, vem sempre subverter a relação já há muito instaurada entre o sujeito e sua própria língua. E tal relação é extremamente complexa, por contemplar a estruturação das ligações que o sujeito estabelece consigo mesmo, com os outros e com o saber (Revuz 2002). Esta ameaça de ruptura com a língua materna, de deslocamento das marcas que são tão determinantes para o sujeito, representaria para ele uma perda perigosa, evitada a todo custo por meio de um afastamento das situações de contato (e confronto) com a nova língua ou, até mesmo, de um boicote (inconsciente) a seu aprendizado:

Esse **confronto entre primeira e segunda língua** nunca é anódino para o sujeito e para a diversidade de estratégias de aprendizagem (ou de não aprendizagem) de uma segunda língua, que se pode observar quando se ensina uma língua e se explica, sem dúvida, em grande parte pelas modalidades desse confronto (REVUZ 2002, p. 215, grifo da autora).

Para um sujeito nesta condição de resistente à aprendizagem de uma língua estrangeira devido à despersonalização que ela traria consigo, a entrada no jogo expressivo de uma língua não materna carregaria algo de um impossível e representaria um risco insuportável de ruptura, pois nela supostamente não seria permitida a expressão do desejo.

No outro extremo desta situação estariam posicionados os sujeitos aos quais foi atribuída, conforme Revuz (2002), uma menor ancoragem à língua materna devido aos elementos destrutivos e embaraçosos que ela carregaria ou ao aspecto ameaçador ou insuficiente que ela representaria para eles.

Para alguns sujeitos, assim, os elementos presentes em sua língua materna tais como os sons e a musicalidade, ou os recortes afetivos enlaçados em suas materialidades, etc., se configurariam como indício de desconforto e embaraço, ou simplesmente não portariam os itens que parecem necessários para a expressão de sua subjetividade. A língua constitutiva figuraria, assim, imaginariamente, para tais supostos sujeitos, como ponto de alteridade radical que os impossibilitaria de falar plenamente de seu desejo, como campo em que não seriam os senhores de seu dizer, como lugar de estranhamento e mal-estar. E para tais sujeitos, a língua estrangeira se apresentaria, ilusoriamente, como a língua ideal que os permitiria a plena expressão de seu desejo.

O sujeito assim posicionado, portanto, buscaria aplacar a incompletude originada em todo ser de fala pelo corte simbólico introduzido pelo significante Nome-do-pai com a língua estrangeira, conforme atesta Moraes (1999). A autora indica que o que impulsiona o sujeito na busca por aprender e se expressar em uma língua não materna é o impossível que se impõe a ele em se exprimir em sua própria língua. Para estes sujeitos a língua materna é que carregaria o estranhamento que é classicamente atribuído às línguas estrangeiras.

Sob esta perspectiva, as línguas podem se instaurar, a um mesmo tempo, como causa e objeto de desejo: a materna, na qual seria impossível dizer tudo, se apresentaria

como causa, e a estrangeira, que imaginariamente garantiria, com sua eficiência, que “tudo se diria, de todos a todos, e sobre toda coisa, em qualquer ocasião” (MILNER, 2006, p. 36), como objeto, por representar a plenitude que se espera de qualquer língua ideal.

Assim sendo, a possibilidade de falar línguas diversas da materna seria, para alguns, promessa de uma completude imaginária, primariamente negada ao sujeito por sua língua-causa. Para esses, parece que os elementos léxicos, morfológicos e sintáticos de uma nova língua trariam consigo, ilusoriamente, as possibilidades de encontro do lugar de sua expressão e as suas verdadeiras significações.

Cada uma das novas línguas que ele se propusesse a aprender surgiria, então, como ideal, como nova promessa de expressão de seu desejo ou, ainda, de impor-se como sujeito: “sujeito-que-se-autoriza-a-falar-em-primeira-pessoa” (REVUZ, 2002, p. 217).

Sobre isso, Melman (1992) afirma que os sujeitos que se sentem embaraçados no campo de sua língua-causa podem se expressar em uma língua estrangeira de maneira mais solta e fluida, exprimirem-se com mais facilidade nela do que em sua própria língua materna, como se tivessem sido capazes de ultrapassar toda e qualquer barreira imposta pela significância e conquistado o direito de dizer tudo sobre seu desejo.

O desconforto e o embaraço na língua materna seriam, assim, elementos que, apesar de inconscientes, apresentar-se-iam como preponderantes para determinados sujeitos aprenderem uma língua estrangeira com maior facilidade e se sentirem mais confortáveis ao se valerem de seus enunciados, pois a expressão em uma língua outra refletiria, para alguns, “a aspiração de sair do exílio que é próprio ao sujeito. A aspiração de encontrar a terra onde ele poderia dar a escutar esta língua na qual finalmente se exprimiria, se articularia claramente o desejo” (MELMAN 1992, p. 57). Sonho de completude do sujeito, esperança de poder fazer coincidir seu desejo com seu dizer... Puro movimento da ilusão!

As duas possibilidades de constituição subjetiva apresentadas por Revuz (2002) – quais sejam, sujeitos que se sentem imaginariamente senhores de seu dizer utilizando os elementos de sua língua materna, suposta ideal para representar e expressar tudo a seu respeito, e sujeitos que se rejubilariam ao se encontrarem com uma língua estrangeira por

esta lhes parecer promessa de completude e de plena expressão de seus desejos – demarcam, assim, quão importantes são os efeitos dos traços originais da língua-causa, de sua materialidade e de seus afetos, na estruturação subjetiva. É a inscrição da/na língua materna que determina o tipo de relação que o sujeito estabelecerá com qualquer língua outra, estrangeira.

Assim sendo, outras possibilidades de constituição subjetiva, além daquelas apresentadas por Revuz (2002), podem ser delineadas, graças às experiências completamente particulares que cada ser de fala estabelece, no campo da linguagem, com sua língua-causa.

Sob esta perspectiva, seja qual for o possível posicionamento do sujeito frente às línguas estrangeiras e às situações de aprendizagem, as inscrições simbólicas primitivas demarcadas pela chamada língua materna não podem jamais ser desprezadas, por permanecerem, sempre, em estado latente quando do encontro com qualquer outra língua, reverberando neste novo modo de funcionamento lingüístico seus efeitos mais marcantes.

Portanto, a língua materna não deixa, jamais, de ser uma experiência única para cada sujeito de linguagem, por ser estruturante e constitutiva desta função, a responsável por seu advento. Pereira de Castro (1998) afirma, ainda, a impossibilidade de esta língua ser silenciada ou esquecida, mesmo que o sujeito não a reconheça mais na superfície da fala, mesmo que julgue sua materialidade perdida, pois os afetos por ela demarcados em seu funcionamento psíquico sempre se farão presentes em qualquer relação estabelecida com qualquer material do campo simbólico que se imponha a ele.

A esse respeito, finalizo esta seção com uma passagem da vida do escritor Thomas De Quincey (1785-1859), narrada por Octave Manoni (1992), para marcar quão fortes são para um sujeito as reverberações das primeiras inscrições às quais ele foi submetido, mesmo que de sua materialidade não se tenha sequer uma lembrança:

Numa certa época de sua vida, De Quincey adquiriu um hábito que renunciou a explicar. Todos os fins de semana, dirigia-se regularmente a uma certa igreja, freqüentada apenas por trabalhadores imigrantes espanhóis (naturalmente, isso era na Inglaterra). Nessa igreja, rezava-se, cantava-se e pregava-se em espanhol – língua ainda mais desconhecida de De Quincey do que de mim, pois ele não entendia uma só palavra. Aí ia todas as semanas, sem faltar uma só vez. É que ele sentia com isso um

grande prazer, dizia mesmo uma grande felicidade, ao ponto de não poder passar sem fazê-lo. Penso que essas visitas o faziam voltar aos primeiros meses de sua existência, quando a sua língua materna ainda lhe era inteiramente estranha. (...) Baudelaire, sem se explicar, sabia disso, quando fala da **doce língua natal**. E também do mal-entendido universal (p.66, grifo do autor).

Na próxima seção, discuto brevemente sobre o desejo do sujeito pelas línguas estrangeiras, também em referência às marcas instauradas pela língua materna.

6. O desejo das línguas estrangeiras

O que leva um sujeito a se aventurar na tarefa de aprender um nova língua? Qual é sua motivação para eleger uma língua estrangeira como matéria de estudo e objeto de dedicação em detrimento de outros tantos objetos de aprendizagem? O que o movimenta em direção a este objeto que, a um só tempo, configura-se como um saber ou um conhecimento intelectual e como uma prática de expressão complexa, mais ou menos criativa?

Revuz (2002) pontua que, para determinados sujeitos, as línguas se constituem como objetos de fortes investimentos, quase passionais, por ocuparem um lugar à parte, de destaque, dentre os demais objetos de aprendizagem. A mesma autora articula, ainda, o desejo aos investimentos subjetivos para aprender elementos diversos, inclusive as línguas outras que não a materna, ao questionar “como o desejo (que desejo?) pode investir-se na aprendizagem de uma prática tal qual o esqui ou o piano, de um saber como a história ou a química” (idem, p. 216), ou, também, segundo a perspectiva desta pesquisa, de um objeto complexo, tal como uma língua estrangeira.

A esse respeito, Jutta Prasse (1997), em um texto no qual busca abordar exatamente o desejo das línguas estrangeiras, oferece três possibilidades de tratamento desta questão. De acordo com a perspectiva adotada neste trabalho, todas elas fazem alusão à língua materna e à posição na qual cada sujeito é colocado por ela.

Isso convoca, irremediavelmente, uma retomada da hipótese desta pesquisa, bem como um retorno a alguns dos pontos examinados nos capítulos II e III, tendo em vista que operamos com a suposição de um sujeito constituído por linguagem, emerso graças à

materialidade da língua materna, determinado pelas inscrições e afetos singulares dessa língua, a qual se apresenta como condição para qualquer aquisição posterior do sujeito no campo simbólico.

Esta hipótese, conforme já assinalado, prevê, então, uma vinculação necessária entre as línguas estrangeiras e a materna, com a estrangeira só podendo ser apreendida pelo sujeito a partir de suas experiências com a língua constitutiva e se depositando privilegiadamente sobre as mesmas trilhas simbólicas abertas por ela: É o “estar-já-aí da primeira língua”, conforme aponta Revuz (2002), “dado ineludível” (p. 215), a ser sempre levado em conta diante da entrada em jogo de uma nova língua.

Tal hipótese presume, ainda, que o encontro do sujeito com as línguas estrangeiras ocorre de maneira totalmente particular, devido à própria particularidade da inscrição em seu corpo, o corpo pulsional, atravessado por linguagem, da língua materna que lhes serve de suporte, e que tal inscrição original é determinante para todas as experiências únicas de cada sujeito no campo simbólico.

Assim sendo, retomo, agora, algumas considerações examinadas nos capítulos II e III, e que versam sobre a posição peculiar em que cada sujeito pode ser colocado por sua língua materna, devido aos traços ímpares que ela porta. Discuto a hipótese da maior ou menor aceitação da distância em relação à ancoragem do sujeito em sua língua materna: como alguns experimentariam o contato com um novo campo simbólico, ou com algumas de suas formas de realização (a fala ou a escrita, por exemplo), como uma experiência de ruptura e perda, já que tinham, imaginariamente, em sua língua materna, a ilusão de segurança e de conforto, da maestria no dizer, outros sentiriam este mesmo encontro como uma deliciosa amostra de descoberta ou de apropriação, dada a sensação (que poderia ser mesmo irreconhecível ou irrepresentável) de que sua língua materna não pôde oferecer-lhes todos os elementos que pareciam necessários para a expressão de sua subjetividade. E é aos sujeitos que, mesmo sem sabê-lo, estabeleceriam tal tipo de relação deveras conflituosa com sua língua materna que me reporto a partir das indicações de Prasse (1997), a seguir.

Em sua primeira suposição, Prasse (1997) assinala que o desejo das línguas estrangeiras pode constituir-se como um desejo de ter opções e por usufruir livremente delas, tendo em vista que no que se refere ao acesso à língua materna este direito de ter

escolhas e fazê-las à sua maneira foi negado ao sujeito. Em seguida, ela aponta, ainda, que um sujeito pode desejar falar uma língua estrangeira devido a uma inveja dos bens do mundo e do gozo do Outro/outro, que ao se expressar com o auxílio de uma materialidade diferente da sua parece gozar melhor. Articulado a este ponto, a autora indica, ainda, que ansiar por aprender uma língua estrangeira pode remeter à necessidade de encontrar um espaço de expressão diferente, pois, para alguns, a língua materna não foi, jamais, capaz de oferecer as condições favoráveis de expressão e afirmação subjetivas. Cada um destes pontos será revisitado a partir de agora.

No texto *O Desejo das Línguas Estrangeiras* (1997), Prasse aponta que, no que diz respeito ao espaço lingüístico habitado pelo ser de linguagem, alguns sujeitos se encontram constantemente perturbados e aflitos, em uma insistente “inquietação por uma desordem, inquietação de não estar no lugar necessário, de não poder encontrar seu próprio lugar na língua materna” (p. 71). O embaraço e o desconforto experimentados por eles, sujeitos pouco/menos ancorados na língua materna, conforme especulação de Revuz (2002), em meio aos elementos simbólicos pertencentes à língua constitutiva, se devem à impressão de que tal língua não ofereceu, jamais, a este sujeito, a materialidade adequada para a expressão de seu desejo, para permitir que ele se admitisse como um sujeito como os outros, para seu conforto e seu gozo no campo das palavras.

Sob esta perspectiva, é o impossível do dizer em sua própria língua o motivo que leva o sujeito a buscar alguma possibilidade de manifestação na língua estrangeira, colocada por ele quer na posição de Ideal-de-língua quer na de Língua Ideal, tomada como a língua suposta capaz de dar vazão a toda expressividade subjetiva.

A esse respeito, Moraes (1999) pontua que a língua estrangeira “pode vir a representar o Ideal-de-língua, como causa do desejo, posto que se trata de desejo (como ilusão) de desarticular desejo e lei” (p. 84), em uma referência à lei implicada pela entrada do significante Nome-do-Pai, responsável, simultaneamente, pela instauração do desejo e pela interdição do único objeto suposto satisfazê-lo inteiramente. A esse respeito, Melman (1992) aponta que o desejo do sujeito é sempre um desejo de algo diferente do que a língua pode proporcionar, tendo em vista que o objeto que instaurou tal condição desejante é um objeto irremediavelmente interditado.

A desarticulação entre desejo e lei, considerada imaginariamente possível na língua estrangeira, institui que nesta língua outra, ilusoriamente, a realização e a expressão do desejo são completamente alcançáveis. A língua estrangeira é demarcada, nesta visada, como a portadora de todos os sentidos, como capaz de permitir que tudo, nela, seja dito integralmente, já que ela não se caracteriza como portadora das incidências de proibição/interdito inerentes à língua materna graças ao significante paterno. Fazendo as vezes de Ideal-de-língua, portanto, a língua estrangeira pode ser utilizada com mais facilidade, ser falada com mais desenvoltura, como se ela portasse a possibilidade de dizer tudo a respeito do desejo do sujeito.

No que diz respeito à língua estrangeira como tomada como Língua Ideal, ela é suposta perfeita e completa, unívoca à realidade, livre de qualquer defeito ou marca de equivocidade, capaz de expressar tudo o que se desejar, sem restrições ou mal-entendidos. A ilusão do sujeito, neste caso, o faz observar a língua estrangeira como “aquela que faria laço perfeito, tanto entre os nomes e as coisas quanto entre os seres falantes” (MILNER 2006, p. 36), a língua que proporcionaria a total articulação de seu desejo:

Um tal lugar, para falar a verdade, só pode ser construído como um ponto ideal. É isso justamente o que vamos nomear língua ideal e que orienta as teorias que têm por fim a clareza e a distinção: já entrevemos a função de Supereu¹⁵ que um tal ponto pode assumir em relação a todos os discursos cuja matéria é a língua (MILNER 2006, p. 36).

Tal ilusão de livre acesso aos enunciados e plena articulação do desejo, porém, tem tempo contado, como um prazo de validade. Prasse (1997) afirma que a imaginária permissão ou possibilidade para dizer tudo sobre tudo com o auxílio da materialidade e dos recortes afetivos da língua estrangeira terminam quando o exercício daquela língua consente ao sujeito alcançar determinado grau, permitindo um uso mais ou menos autônomo e criativo de seus elementos. Percebe-se, então, que ainda não se atingiu o gozo do Outro, que ainda há o que buscar:

¹⁵ Instância da segunda tópica freudiana, ao lado do Eu e do Isso, o Supereu é a dimensão do aparelho psíquico que exerce, “de maneira implacável, (...) as funções de juiz e censor em relação ao eu” (ROUDINESCO & PLON 1998, p. 744).

existem pessoas que se divertem durante a vida inteira aprendendo línguas. Evidentemente, nunca é bastante, já que o gozo novo que elas podem adquirir é sempre insuficiente e termina, com a aquisição da prática, por se parecer com o que já conhecem (p. 72).

Diretamente articulado a este aspecto que marca a impossibilidade, para alguns sujeitos, de habitar tranqüilamente o espaço lingüístico de sua chamada língua materna – a inquietação por não se sentir à vontade no campo de sua língua constitutiva – encontra-se, segundo Prasse (1997), a questão do desejo pelo que é do Outro: por seu gozo e por seus bens, mistério insondável ao sujeito, posses aparentemente perfeitas, elementos imaginariamente plenos e passíveis de todas as significações. A esse respeito, a autora manifesta que o desejo das línguas estrangeiras, por aprendê-las, se alimenta de duas fontes: a inquietação por não se sentir à vontade em sua língua materna e o desejo pelo que é do Outro, que não passam de duas visadas de uma mesma questão:

O desejo pela língua estrangeira é um desejo de gozo do Outro. O que é um desconhecimento do Outro, do grande Outro da linguagem, para dizê-lo em lacaniano. Devido ao fato de que o outro imaginário fala, mas porque ele se exprime numa língua diferente, ele não parece falar como nós e logo, talvez, goze melhor. O gozo insuficiente que vem do que se fala sem dúvida pode enriquecer-se consideravelmente com a prática das línguas estrangeiras, pode se situar melhor (p. 72).

Assim sendo, o desejo das línguas estrangeiras, por aprendê-las, não se institui como um desejo de saber, ou como uma mera resposta às imposições ou exigências sócio-culturais. Ele pode, antes, permitir que a tentativa de satisfação por meio da palavra buscada pelo sujeito seja melhor articulada, se apresente sob outra perspectiva, mais tolerável e mais rica do que a possibilidade oferecida pela língua materna, apesar de, tanto quanto a língua causa, jamais fazê-lo o suficiente. Ainda assim, a língua estrangeira pode abrir um novo espaço potencial para a expressão subjetiva, por se configurar como uma outra tentativa de articulação do desejo e marcar uma busca incansável pela identidade entre aquilo que é dito e o que realmente se deseja dizer, com todos os riscos implicados nessa procura. No entanto, a condição de tal desejo é, como aponta Prasse (1997), que ele seja incompreensível ao ser de fala.

O desejo de uma língua estrangeira pode representar, ainda, conforme assinalamos acima, um desejo de ter escolhas, tendo em vista que, no que concerne à língua materna, qualquer possibilidade de opção por ela foi negada ao sujeito: à língua materna não se acede naturalmente ou por vontade própria, este acesso se dá, antes, como uma escolha forçada e inconsciente do sujeito.

Este acesso à língua falada pela mãe, que busca articular de alguma forma o desejo do sujeito, reflete, ainda, o desejo do outro/Outro, ao qual todos estamos irremediavelmente submetidos “uma vez que o caminho do desejo passa necessariamente por ele (...) na medida em que o Outro é o fiador da linguagem e a submete a toda sua dialética” (LACAN [1957-1958] 1999, p. 145). Isso marca, também, de alguma forma, haver uma diferença, mesmo que pouco nítida, entre o lugar do sujeito e o lugar do outro que instaura nesta função a condição de desejante, e que leva o sujeito a jogar com esta diferença e a ser capaz de descobrir algo sobre a falta no Outro.

A esse respeito, Prasse (1997) apresenta uma pequena anedota, inspirada em sua própria experiência: ela conta que seu filho, então com nove anos de idade, cuja língua materna era o alemão, a abordara, certo dia, se dizendo muito interessado em aprender inglês, já que um de seus amiguinhos, o melhor amigo, precisamente, já estava tendo contato com esta língua em sua escola e que todos os personagens dos desenhos animados que eram seus ídolos infantis também eram, originalmente, personagens americanos, falantes da língua inglesa. Indagado, a partir desta declaração, sobre qual era sua opinião a respeito do porquê de ele ter aprendido, na primeira infância, a língua que se configurava para ele como materna, ele responde, ao mesmo tempo do alto de sua ingenuidade e sabedoria pueris: “Mas então eu não tinha escolha!” (p. 72).

A mesma autora (1997) aponta, então, que para alguns sujeitos, o desejo da língua estrangeira, a língua do outro, pode não passar de um desejo de ter escolhas, e de poder dispor delas do modo que melhor lhes aprouver:

O desejo de aprender uma língua estrangeira (...) pode ser um desejo de ter escolhas, de poder escolher a lei, as regras e muitas vezes o mestre de nosso gozo. É o desejo de ser livre para escolher uma ordem na qual “se exprimir”, de impor-se uma ordem por um ato voluntário, aprender, enfim, como se deve falar corretamente e gozar com isso (p. 72).

Falar uma língua estrangeira, deste modo, representaria, para alguns, não a ruptura e o exílio dolorosos, perigosos, temidos e evitados, mas, ao contrário, o imaginário regozijo salvador que lhes permitiria, a um só tempo, escolher as leis e as regras de sua expressão como lhes aprouver, afirmando-se, assim, como sujeitos, e buscar seu gozo onde o considerarem mais acessível e pleno, marcando, então, sua posição de donos de seu dizer na língua outra, aquela pela qual eles puderam escolher.

No capítulo seguinte (IV) busco tecer algumas articulações entre os conceitos de língua materna e de língua estrangeira (conforme a resignificação que tais noções receberam a partir de seu enfoque sob a perspectiva da Psicanálise) com o operador *lalangue*.

Capítulo IV

Lalangue, língua materna e língua estrangeira

1. Incluindo mais um elemento à reflexão

A ressignificação da língua materna e da língua estrangeira proposta neste trabalho e discutida nos capítulos II e III, certifica que o que teve início com a descoberta freudiana do inconsciente foi uma nova forma de abordagem da linguagem e da língua, cujo sentido veio à luz com maior clareza e distinção após a retomada lacaniana dos textos e teorias da Psicanálise.

O próprio Lacan se manifesta a respeito do papel da Psicanálise e de seu discurso no que se refere à maneira de abordar a linguagem na lição de 16 de janeiro de 1973 do seminário *Mais, ainda* ([1972-1973] 1985c), quando afirma que seguir “o fio do discurso analítico não tende para nada menos do que refraturar, encurvar, marcar com uma curvatura própria, e por uma curvatura (...), aquilo que produz como tal a falha, a descontinuidade” (p. 61), o que, segundo meu entendimento e a perspectiva deste trabalho, diz respeito à linguagem e às línguas. Na conferência *A Terceira* ([1975a], inédita), proferida por Lacan no VII Congresso da Escola Freudiana de Paris, realizado em Roma, em 1975, o psicanalista reafirma tal posição ao apontar não haver qualquer possibilidade de avanço sobre o que é do campo da linguagem sem torcê-lo e enrolá-lo, ou seja, sem a incidência do discurso analítico.

A torção dos conceitos clássicos de língua materna e de estrangeira, proposta a partir da hipótese de haver um inconsciente ativo e determinante e que se organiza tal qual uma linguagem, pontua, preponderantemente, a existência de elementos cuja inscrição lógica é suposta anterior ao acesso do ser de linguagem a qualquer materialidade do campo simbólico, a qualquer língua, precisamente. Esta proposição convoca, necessariamente, a inclusão da nomeação *lalangue* e de suas propriedades nesta discussão, pois, conforme declarou Lacan ([1972-1973] 1985c) a respeito do trecho acima citado, o que vem de *lalangue* é responsável por uma fratura, por marcar com a curvatura própria da Psicanálise o que é do campo da linguagem.

Termo utilizado pela primeira vez pelo psicanalista francês na lição de 04 de

novembro de 1971, em seu seminário *Le savoir du psychanalyste* ([1971-1972], inédito), e advindo de um lapso, *lalangue*, enquanto designação do que se apresenta como falta em qualquer língua, destaca o inconsciente em sua multiplicidade e no que este é estruturado como uma linguagem. É, portanto, pelo fato de o inconsciente ser estruturado como uma linguagem e constituído por *lalangue* que o ser de fala se encontra sujeito a cometer todos os tipos de equívocos, com o auxílio de qualquer materialidade. É *lalangue* que proporciona a cada língua uma distinção especial dentro do campo simbólico.

O inconsciente, ele mesmo feito de *lalangue*, conforme pontua Lacan ([1972-1973] 1985c), é, assim, o lugar privilegiado de um saber fazer que ultrapassa tudo o que o ser de fala suporta como enunciado, já que tal saber, em sua maior parte, escapa à dimensão consciente do falante. “É nisto que o inconsciente, no que aqui eu o suporto com sua cifragem, só pode estruturar-se como uma linguagem, uma linguagem sempre hipotética com relação ao que a sustenta, isto é, alíngua” (p. 190).

Lalangue é, assim, o operador que permite que uma outra visada dos elementos tradicionalmente vinculados ao campo lingüístico, uma visada própria às suposições psicanalíticas, seja estabelecida, uma vez que é a responsável pela instauração da matriz significante original que permite ao sujeito a ascensão ao campo simbólico e, conseqüentemente, sua existência pela inserção nos discursos que o precedem e o circundam.

A este respeito, na lição de 08 de março de 1972 do seminário *...Ou pire* ([1971-1972], inédito), Lacan declara que o mundo é regido por discursos, desde sempre circulantes no mundo, por suas operações, e que a inserção do sujeito em tais discursos é o que lhe garante a existência.

Como uma das características fundamentais do operador *lalangue*, aponto, em primeiro lugar, sua condição especial de ser o suporte essencial da linguagem constitutiva, isto é, a fonte da língua-causa do sujeito do inconsciente. Sobre isso, Lacan ([1972-1973] 1985c) assinala que é por haver inconsciente, “isto é, alíngua no que é por coabitação com ela que se define um ser chamado falante, que o significante pode ser chamado a fazer sinal [signo], a constituir signo” (p. 194 e 195), e Milner (1987) completa indicando tal sinal como sendo sempre, irremediavelmente, o signo que distingue e aponta para um sujeito

desejante.

O aforismo lacaniano que afirma o sujeito como o que um significante representa para outro significante, a partir de um ponto de subjetivação evanescente nos intervalos de sua cadeia pode, assim, situar-se em relação a *lalangue*, por ser possível extrair de sua matéria o que pertence àquele elemento: extrair de *lalangue* o que pertence ao significante¹⁶. O que pertence ao significante e está, ao mesmo tempo, contido em *lalangue* são as possibilidades de equívoco, inerentes àquele termo, são os elementos que permitem todas as operações vinculadas aos mal-entendidos e às ambigüidades, que são a marca registrada de *lalangue*: nada mais do que a dimensão de equivocidade presente em cada elemento significante. Em 24 de novembro de 1975, em uma entrevista concedida aos estudantes da Universidade de Yale, nos Estados Unidos ([1975b] Inédito), Lacan afirma que o termo significante remete a um elemento que encerra em si diversas significações possíveis, uma pluralidade de sentidos, e que se distingue, por isso, do termo palavra.

Tomando, então, a afirmação lacaniana que postula que o sujeito não passa de um efeito produzido pelo trabalho da linguagem a partir dos jogos significantes organizados em cadeias, e que estes significantes encerram em si a matéria que permite que *lalangue* opere, destaco que, mais que uma consequência do trabalho de linguagem, o sujeito é um efeito singular das operações de *lalangue* no ser de fala. Afinal, a própria linguagem que constitui o sujeito do inconsciente é feita de *lalangue*, conforme indicação de Lacan ([1972-1973] 1985c).

Lalangue se caracteriza, ainda, por ser um saber que antecede a fala, um saber instaurado antes mesmo da instituição do significante-mestre, tendo em vista que qualquer relação ao saber funda-se na língua, em uma relação de coabitação entre língua, sujeito e *lalangue*. É *lalangue* que guarda todos os efeitos dos afetos inconscientes, que não passam da presença de *lalangue* em tudo que é proferido pelo falante, denotando, a todo momento, “a maneira de inscrição, no sujeito, da sincronia primitiva dos elementos de linguagem, que vai escrever a língua [ou as línguas] para esse sujeito” (MORAES 1999, 83).

Compartilhando as palavras de Greco (2005), *lalangue* “se refere a essa pré-

¹⁶ Importante salientar, porém, que *lalangue* não é feita de significantes, mas comporta, antes, elementos próximos à letra, que podem tornar-se significantes.

língua, a essa pré-palavra, a essa matéria feita de afetos inteiramente enigmáticos, ainda próxima da Coisa (das [D]ing), de que nos dá como provas a escuta das homofonias, o pensamento psicótico e a produção dos poetas” (p.95).

Por este motivo, a língua materna se apresenta, também, como a mais direta e evidente figuração *lalangue*: é a *lalangue* materna, conforme pontua Lacan ([1972-1973] 1985c) ao assinalar que não é em vão que ela recebe tal classificação. Isso se deve, antes, a esta *lalangue* estar básica e privilegiadamente suportada na materialidade que a língua materna lhe oferece, apesar de exorbitar, em muito, os termos que ela lhe empresta.

Na conferência realizada em 01 de dezembro de 1975 no auditório da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos ([1975b], inédito), Lacan afirma haver uma articulação original e indissociável entre a língua materna e os termos *lalangue* e sujeito. O psicanalista francês aponta que um sujeito de linguagem recebe *lalangue* diretamente de sua mãe, ou de quem cumpre tal função, e que há uma inegável mediação da materialidade implicada na língua materna (a língua que é, neste momento, falada pela mãe) em tal operação.

Ele salienta, ainda, a diferença entre este tipo de transmissão e uma aprendizagem, destacando a propriedade que *lalangue* possui de não poder ser, jamais, aprendida ou ensinada, mas, antes, de ser, simplesmente, recebida pelo sujeito de sua mãe, que tem como função fazê-la chegar até ele por vias diversas, como uma herança do convívio deste sujeito com o outro e com o Outro. Fica, assim, demarcada a distinção entre estes dois tipos de intervenção (transmitir e aprender /ensinar), operações que são de ordens completamente diferentes.

Esta aproximação de *lalangue* à língua materna não postula, porém, uma identidade entre estes dois elementos: Milner (1987) assegura que a língua materna não é, jamais e sob hipótese alguma, a mesma *lalangue*. Assim sendo, a chamada língua materna se caracteriza como uma imagem recebida da função de excesso de *lalangue*, como uma elaboração possível somente a partir deste operador.

A língua materna denota, antes, apenas os traços comuns existentes entre ela e *lalangue*: seu grau de incomensurabilidade e sua impossibilidade de comparação com ou alinhamento dentre o lote comum das línguas naturais, que a partir da incidência de

lalangue tornam-se, todas, impróprias à totalização e à unicidade.

Segundo Milner (1987), estas observações se estendem a qualquer materialidade lingüística classicamente classificada como língua, quer a tomada pelo sujeito como sua língua materna quer as outras, estrangeiras, permitindo considerá-las, todas, sob o mesmo ponto de vista, na medida em que todas as línguas se constituem, a um só tempo, uma dentre outras e, também, a língua materna de algum falante. E isso se deve à condição de o mesmo elemento responsável por fazer de todas as línguas semelhantes ser, a um só tempo, o que as torna, também, incomensuráveis, completamente distintas: efeitos de *lalangue* sobre cada uma delas.

Assim sendo, introduz-se outra das características de *lalangue*: sua propriedade de se fazer presente em toda e qualquer língua, não pertencendo exclusivamente a nenhuma, impedindo-as, a todas, de fazerem Um. Toda língua encerra tal predicado, na medida em que inclui a função de sujeito em suas operações, em que contém a matéria-prima para causar imprecisões e provocar as equivocidades e mal-entendidos: *lalangue* é, assim, o registro responsável por consagrar toda língua, seja qual for, ao equívoco (MILNER 1987, p. 15) .

Lalangue, por uma única guinada, é termo universal, e por isso mesmo inconsistente, e elemento completamente original. Lacan ([1957a] 1998) a supõe como “uma língua que se fizesse ouvir em todas as outras línguas, mas que, ao mesmo tempo, por ser a linguagem que capta o desejo no ponto exato em que ele se humaniza, fazendo-se reconhecer, é absolutamente peculiar ao sujeito” (p. 295).

Esta afirmação da presença de *lalangue* em toda língua autoriza, mais uma vez, a hipótese deste trabalho. Partindo das considerações empreendidas até o momento – a partir das quais supomos que há uma vinculação necessária de qualquer língua estrangeira para com a materna, um ‘*elangamento*’ de uma em outra, e que a chamada língua materna é, por si só, portadora de marcas únicas e originais diretamente tecidas e afetadas por elementos de *lalangue* – torna-se lícito pressupor uma afetação de tais traços originais sobre qualquer outro elemento atrelado ao campo lingüístico com o qual o sujeito venha a estabelecer contato, tal qual uma nova língua. Trataremos deste ponto ainda neste capítulo.

A mesma dimensão de *lalangue* apreendida por Lacan ([1957a] 1998), que a

articula à irrupção do sujeito permitindo, assim, que aspectos do desejo inconsciente se dêem a conhecer, foi, também, percebida por Milner (1987). Este autor afirma que *lalangue* é “aquilo pelo qual, de um único e mesmo movimento, existe língua (ou seres qualificáveis de falantes, o que dá no mesmo) e existe inconsciente” (pp. 17 e 18) e a institui, ainda, como o ponto onde o desejo e a língua se articulam, corrompendo-se mutuamente.

Lalangue, assim, ao ser incluída, é o que restitui a dimensão de verdade a cada uma das línguas. Tal verdade, porém, só pode ser semi-dita, ou dita nas entrelinhas, tal qual o sujeito ao qual ela está irremediavelmente atrelada. E esta é mais uma das características recebidas pelas línguas de *lalangue* e de seu predicado de marcar todos os termos que a incluem com sua incompletude: a impossibilidade de veicular toda a verdade do sujeito.

Apesar disso, esta verdade do sujeito, que dá provas da articulação do desejo, não existiria e nem viriam à tona seus fragmentos se não houvesse a dimensão de *lalangue*, conforme atesta Jacques-Alain Miller (1996). O mesmo autor confirma, ainda, que tal verdade marcada pelos traços de *lalangue* não pode, jamais, ser definida nem mesmo apreendida pelo ser de linguagem.

Como marca única em cada ser de fala, elemento que permitiu a cada um escrever seu desejo, *lalangue* é, assim como dissemos a respeito da língua materna, traço preponderante na estruturação do inconsciente, na constituição subjetiva, na inscrição do sujeito em sua língua-causa e, conseqüentemente, presença marcante nas relações que ele estabelece com as línguas outras, tratadas como estrangeiras.

Lalangue, com seus efeitos, é o que causa perturbações no corpo do sujeito, ultrapassa as intenções do falante, instaura o estranhamento. Graças a sua operação, dizer

mais do que se sabe, não saber o que se diz, dizer outra coisa do que o que se diz, falar para nada dizer, não são mais, no campo freudiano, as falhas da língua que justificam a criação das línguas formais. São propriedades inelimináveis e positivas do ato de falar (MILLER 1996, p. 62).

Marcada pela incompletude, pela equivocidade, pelo impossível, *lalangue*, elemento irremediavelmente caracterizado pelo não-todo, assim como todas as línguas por ela afetadas, não se presta à comunicação, mas, antes, serve para coisas inteiramente diversas, por se caracterizar mais como uma maneira de tessitura de um esboço do laço

social (HOLTHAUSEN, 2009, mimeo) e por ser de impossível comparação com qualquer outra língua e qualquer outra *lalangue*, dado não haver, jamais, a possibilidade de dois ditos que se identifiquem plenamente.

Lalangue se constrói, antes, de possibilidades de equivocidades e mal-entendidos, de traços no inconsciente, ruídos, resíduos que servem de matéria para “homofonias, homossemias, palíndromos, anagramas, tropos e todas as figuras imagináveis da associação”¹⁷ (MILNER, 1987, pp. 64 e 65), “tudo o que suporta o duplo sentido e o dizer em meias-palavras, incessante tecido de nossas conversações” (p. 13), elementos *a priori* esvaziados em seus sentidos, fora de toda referência e de qualquer significação, constituindo-as somente em um lampejo instantâneo, no momento mesmo da instituição do corte simbólico.

Ela é, assim, termo que jamais pode ser ignorado ou desprezado quando se trata da linguagem e de seus modos de funcionamento, tal qual são consideradas, neste trabalho, as línguas, quer a chamada materna quer a tratada como língua estrangeira, pelo viés da teoria psicanalítica. Só *lalangue* permite, a partir de sua operação, que o sujeito do inconsciente se constitua e dê indício e que seu desejo se faça (re)conhecido.

Na seção seguinte, teço alguns comentários sobre a articulação proposta por Milner (2006) entre *lalangue* e o nó borromeano.

2. *Lalangue e o nó*

Tomo, a partir de agora, a proposição de Jean-Claude Milner em *Os Nomes Indistintos* (2006) que indica a própria *lalangue* como o nó, em uma clara referência ao nó borromeano, noção topológica que apresenta como exigência mínima e imprescindível a existência de três consistências ou elos homogêneos que, apesar de absolutamente distintos,

¹⁷ Indico a definição usual de cada termo citado por Milner (1987) para marcar a dimensão de equivocidade que eles contêm:

Homofonia – Semelhança de som ou pronúncia entre duas palavras.

Homossemia ou **Sinonímia** – Concordância dos diversos nomes dados a uma mesma coisa.

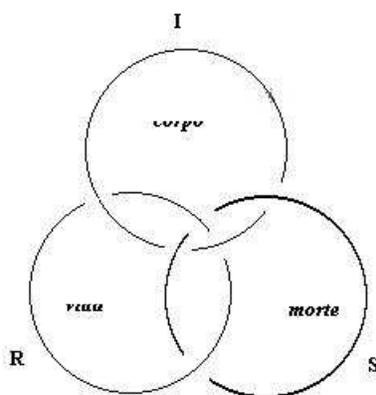
Palíndromo – Palavra ou verso cujo sentido é o mesmo, quer lido da direita para a esquerda ou vice-versa.

Anagrama – Palavra ou frase feita com as letras de outra.

Tropo – Emprego de uma palavra em sentido figurado.

se equivalem quanto à função e ao valor, e que se enlaçam.

O enodamento e a sustentação de uma construção borromeana entre estes elementos só pode ocorrer a partir do três, sendo impossível realizar qualquer operação entre apenas dois de seus elos. Lacan ([1975-1976] 2007) é categórico ao afirmar a cifra de três como o princípio fundamental de um enodamento que se sustente borromeamente. A noção de enodamento se caracteriza, ainda, pela propriedade de a ruptura de apenas uma destas consistências soltar todas as demais, fazendo-as, todas, independentes umas das outras.



Esta noção topológica pode, segundo Lacan ([1972-1973] 1985c), “servir para representar para nós essa metáfora tão divulgada para exprimir o que distingue o uso da linguagem – a cadeia, precisamente” (p. 173). A analogia entre a noção topológica do nó borromeano e da cadeia da linguagem, proposta pela primeira vez por Lacan na lição de 09 de fevereiro de 1972, no seminário ...*Ou pire* ([1971-1972], inédito), serve, também, para representar *lalangue*, que reflete a própria formação do nó, no que o encontro assim amarrado torna-se, irremediavelmente, causa de toda sorte de equívocos, ao proceder o enlace dos três registros que compõem o espaço habitado pelo sujeito falante – as três dimensões (*dit-mansions*), conforme referência de Lacan ([1971] 2003), que definem o objeto da Psicanálise, ou seja, o inconsciente: são elas o Real (R), o Simbólico (S) e o Imaginário (I). Sobre isso, Cláudia Leite (2005) indica

(Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa – Cf. bibliografia).

que esse nó é formado por três buracos que são R, S, I (...) e que Milner (1983 [2006]) nos conduz a pensar o **encontro borromeano** marcando que não há supremacia de nenhum dos registros, assim como não há começo no nó, o que faz com que as relações entre os registros só possam ser estabelecidas como algo que é labiríntico (p. 148, grifo da autora).

Milner (2006) indica, também, que as propriedades inerentes a cada um dos elos desta construção afetam as demais nesse tipo de encadeamento, implicando umas às outras por continuidade, mútua e reciprocamente, sendo possível observar, assim, itens dos três termos em cada uma das consistências: todos os elos contêm aspectos do Real, por serem irreduzíveis; todos contêm, também, aspectos do Simbólico, por fazerem um; e todos contêm, ainda, aspectos do Imaginário, por constituírem anel: “Os três círculos do nó borromeano são, como círculos, todos três equivalentes, constituídos de alguma coisa que se repete nos três. Isso não pode deixar de ser considerado” (LACAN, [1975-1976] 2007, p. 49).

A operação com o nó borromeano, ao enlaçar os registros R, S e I, além de estabelecer uma impossibilidade de definição de seu começo, provoca também a confusão sobre onde estão seu meio e seu fim, com todo fim podendo servir de meio. Solidária que é a *lalangue*, tal intervenção é o que permite, para o sujeito, que se faça laço: que haja a organização da realidade, a constituição dos efeitos de sentido e dos pensamentos e a relação entre os seres falantes, pois só o nó borromeamente enlaçado pode servir de suporte para qualquer tipo de relação estabelecida pelo e para o sujeito.

Nessas relações, porém, as marcas da falta e da incompletude sempre se fazem presentes, pois a incidência de *lalangue* no enlace e em cada um dos elementos do enodamento borromeano faz com que os sentidos escoem, impedindo, assim, ao falante, atingi-los com clareza ou facilidade. Assim sendo, todas as palavras parecem ser feitas para serem vergadas a todos os sentidos, herança da equivocidade característica de *lalangue*.

Ao afirmar *lalangue* como nó necessário entre os três registros responsáveis pela ordenação do espaço habitado pelo sujeito, ele mesmo dividido no nó e suposto do que divide tal nó, por ser determinado pelo inconsciente, Milner aceita haver algum aspecto de *lalangue* tocando cada uma destas dimensões: algo de *lalangue* tocando o Imaginário

(*lalangue* como o que promove laço/relação), algo dela tocando o Simbólico (*lalangue* como a encarnação mais fortuita do Um simbólico na língua) e algo dela tocando o Real (*lalangue* como algo de impossível que surge da operação com os signos, que são a matéria da consistência das línguas).

Lalangue é, assim, ao mesmo tempo, o que amarra o nó e, também, a dimensão real deste nó, isto é, o que possibilita que ele se mantenha enlaçado. É ela que permite que qualquer ser, elemento ou ação seja nomeado, pois somente *lalangue*, apanhada que é no enodamento borromeano, pode autorizar qualquer empreendimento no sentido da nomeação:

no sentido de que os três anéis não cessam de estar a ponto de se enodar e se desenodar; de que todo nome proferido é apenas um ponto situado no nó, de que todo ponto situado é descoberto, nesse instante mesmo, aquele pelo qual o nó se agüentava; de que todo ponto pelo qual o nó se agüenta é um ponto onde os três anéis se tocam e têm uma parte comum. Daí vem que todo nome está preso a um só tempo nos três anéis: quem quiser nomear uma parte de um só deles acabará, assim que o tiver nomeado, por nomear também uma parte dos dois outros (MILNER 2006, p. 114).

Acompanhando as indicações de Milner (2006), é possível observar, além das incidências de *lalangue* nestas três diz-mansões (*dit-mansions*), seu posicionamento no que se refere às três suposições básicas solidárias aos registros R, S e I, que remetem à instauração da faculdade simbólica e à constituição do sujeito de linguagem:

1. Há – suposição que se distingue como gesto de corte inaugural – corte caracterizado como um rasgão que, ao atravessar uma superfície qualquer, subverte-a de forma fatal –, sem o qual só haveria um fluxo contínuo e indistinto, e que permite, a partir de seu ato, haver qualquer existência – articula-se ao Real.

2. Há *lalangue*, saber que precede, permite e determina a instauração do campo da linguagem e da função de sujeito – suposição que possibilita todos os dizeres, inclusive os que tratam destas próprias suposições – articulada ao Simbólico.

3. Há semelhante – suposição determinante do laço, das relações, sejam elas quais forem: relação entre seres falantes ou relação entre nome e coisa nomeada – que se articula ao registro do Imaginário.

Estas suposições, porém, não podem ser ordenadas temporalmente, ou organizadas em uma linearidade. Longe disso, elas fecham-se umas sobre as outras, completando-se mutuamente em um movimento incessante de circularidade (MILNER 2006). Antes, elas se pressupõem reciprocamente, marcando, assim, uma não-relação fundamental, inscrita e estabelecida na linguagem, e que remete a uma impossibilidade de associação dual entre estes termos, havendo sempre uma dependência de qualquer um para com os outros dois. Confirma-se, assim, a essencialidade de um terceiro termo aqui implicado para que haja o atamento borromeano e, conseqüentemente, a constituição do espaço habitado pelo sujeito falante.

Remetido a *lalangue*, o Real – elemento não representado e irrepresentável, indistinto e disperso no aparelho psíquico, marca de todo fora-de-espaço, fora-de-tempo e fora-de-acontecimento, e que, segundo Lacan ([1972-1973] 1985c), é o registro que encerra o mistério do corpo falante e o do inconsciente – dá mostras das infindáveis ligações sem coerência às quais todo ser de fala encontra-se constantemente submetido. E as conexões originais e exclusivas do sujeito de linguagem vinculadas à dimensão do Real não entram no ciclo da simbolização, sendo, irremediavelmente, relegadas a permanecer fora de qualquer possibilidade de significação, apesar de demandá-la, e a escapar sempre ao falante.

Nesta instância, que assinala o corte inaugural e qualquer possibilidade de existência e que se distingue da realidade¹⁸, *lalangue* é a modalidade presente, assim como a linguagem está para o Imaginário e a língua para o Simbólico, e impõe a condição de jamais serem esgotáveis “nem os efeitos da comunicação, nem os espaçamentos do discernível” (MILNER 2006, p. 32).

Estes traços de impossível incidem insistentemente sobre todos os discursos e dizeres do sujeito, trazendo um suposto além, um algo a mais apreendido a despeito das palavras do falante, ou aquém, um algo a menos, definido por Milner (2006) como defeito

¹⁸ A realidade, diferente do Real, que se caracteriza por não ser passível de representação ou simbolização, se refere ao todo representado e representável para o sujeito de linguagem.

ou falha no campo simbólico. Lacan ([1972-1973] 1985c) aponta que tais efeitos de significado, a mais ou a menos, são propriedades inelimináveis ao campo da linguagem, por não serem, jamais, senão laterais aos referentes.

Estas marcas são insistentes e repetitivas, faltando ou ultrapassando sem cessar o que é dito, negando ao falante a possibilidade de dominar os ecos múltiplos de seus dizeres e indicando, a todo tempo, que sempre persiste algo que não pode ser dito. Tal é, pois, a natureza do real que “insiste nas redes de alíngua, como convém ao que, por si, não resulta nem da conta imaginária, nem do cálculo simbólico” (MILNER 2006, p. 32).

Milner (2006) aponta para a propriedade de enodamento borromeano dos registros, marcando que o nó é igualmente Real (impossível do desenodamento), Simbólico (distinção entre R, S e I) e Imaginário (anéis como realidades manejáveis), ao indicar que

é impossível – é o real do nó – desfazer um dos círculos, sem que, pelo mesmo golpe, os outros dois – eles são distinguíveis: é o simbólico do nó – fiquem soltos. Assim, imaja-se para a representação – é o imaginário do nó – o seguinte: nada existe como real que não deva como tal se escrever – a ponto de aí valer o impossível de ser escrito – e se representar – a ponto de aí valer o irrepresentável (p. 32).

Sendo assim, o nó implica, conforme ensino de Lacan na lição de 18 de dezembro de 1973, no seminário *Les non-dupes errent* ([1973-1974], inédito), que todo dito do sujeito falante, constituído que é por significantes que encerram em si os registros R, S e I, comporta as três faces deste laço borromeamente amarrado: a do Imaginário, no que se constrói uma imagem efetiva deste enodamento, a do Simbólico, no que há a possibilidade de definir este encontro como nó, e a do Real, que remete ao próprio acontecimento do dizer, que a partir daí pode receber um sentido.

Assim sendo, o Real caracteriza-se como uma realidade que, imanente a qualquer representação, não pode se fazer simbolizar, pois enlaça irremediavelmente o impossível permanente deste registro às duas outras instâncias que a ele se amarram no nó borromeano: por meio do Imaginário da linguagem, qualquer traço deste impossível do Real pode apenas tentar ser significado, com o auxílio do Simbólico da língua.

No tocante à dimensão do Simbólico, que encerra o lugar do significante e dos efeitos de sentido, e que permite ao sujeito falante suportar o gozo do corpo por meio da palavra, a segunda das suposições alistadas – a de haver *lalangue* – remete à língua. A este respeito, Milner (1987) declara que *lalangue* pode ser considerada, guardando as devidas ressalvas, ela mesma, uma língua como as demais.

Tal articulação do registro Simbólico à língua, quer a tratemos como uma língua reconhecida como materna quer a tomemos como uma outra, qualificada de estrangeira, pode, ainda, ser observada partindo-se da condição especial de toda e qualquer língua de se caracterizar como portadora de atributos de ordem significante e por possuir, como uma de suas distinções, o caráter de produzir equívocos e mal-entendidos nos jogos de fala. A função da fala é, a propósito, caracterizada por Lacan, na lição de 02 de dezembro de 1971 no seminário sobre *Le savoir du psychanalyste* ([1971-1972], inédito), como lugar da incompreensão, do qual a chave operatória é *lalangue* em ação.

Como miticamente anterior às propriedades referentes ao inconsciente e à função subjetiva e fundante destas, a língua, responsável por articular para o sujeito a matriz da realidade, é a materialidade que concede a *lalangue* o mínimo essencial para que um grupo qualquer de falantes subsista (MILNER 2006).

A língua é a materialidade que suporta o não-todo de *lalangue*, que é, por sua vez, uma língua, ela mesma, não-toda. Ao definir as línguas, Lacan ([1957b] 2003) as supõe, a partir da marca inscrita por *lalangue*, como a “integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela” (p. 492).

Assim sendo, a língua, cuja matéria é tecida de equívocos e declinações (MILNER 2006), é o que suporta o real de *lalangue*, por ser insistentemente marcada pela falta e sustentada pelas ambigüidades e mal-entendidos, pelo impossível de dizer ou de não dizer de determinada maneira, tão característicos do não-todo. “E é um fato da língua que ela permita falar para nada dizer, e dizer o que não se sabe e mais ou menos o que se sabe” (MILLER, 1996, p. 61).

É de *lalangue* que a língua, tomada como substância material do campo simbólico e como causa material de toda possibilidade de discernimento, recolhe todo o material para suas operações, que tendem a suscitar o estranhamento no sujeito falante que,

quando ultrapassado em suas intenções conscientes por elementos de sua própria língua, observa quão estranho é o que lhe parecia mais intimamente familiar.

No que respeita ao Imaginário, trata-se de uma instância que remonta à constituição da imagem corporal que o sujeito faz de si e de seus semelhantes, ao que faz unidade, ao lugar das ilusões e da alienação do 'eu'. Ao incluir a hipótese de *lalangue*, fica implicada neste registro a existência de relações quer entre nome e coisa nomeada, a chamada significação e referência, quer entre os seres falantes, a chamada comunicação.

Na lição de 11 de junho de 1964 do seminário sobre *Les non-dupes errent* ([1973-1974], inédito), Lacan aponta para esta propriedade, indicando não haver relação natural entre os seres de fala a não ser imaginariamente, e que tal relação só é possível por intermediação de *lalangue*, mas que esta, apesar de garantir tais pontos, só o faz precariamente.

Em decorrência disso, este registro solidariza-se à linguagem que, sem ser constituída exclusivamente por palavras, mas, antes, por abranger em seus domínios elementos que exorbitam qualquer referência lingüística, é modalidade assentada em sua própria existência, sendo, ainda, propriedade distintiva da espécie humana dentre as demais espécies reconhecidas. Em *O Amor da Língua* (1987), Milner confirma tal perspectiva ao fazer o seguinte questionamento:

a linguagem sustenta-se de fato em outra coisa além deste momento em que o ser falante apreende-se reflexivamente como tendo congêneres, que formam classe com ele e distinguem-se em um universo? Em resumo, existe outro fundamento além do espelho e da imagem do semelhante que aí se constrói? (p. 16).

Sobre isso, Brandão (2002) oferece uma definição que, contrapondo o conceito clássico de linguagem elaborado pela Lingüística e pela Filosofia da Linguagem às perspectivas da especulação psicanalítica, marca novas distinções a este termo: “A linguagem aqui, não é a linguagem como entendem os lingüistas, a que visa um código para obter boas mensagens, mas sim a linguagem que esburaca o real. A possibilidade de perfurar, de esburacar, é a possibilidade de fazer alíngua” (p. 38).

Tal propriedade da linguagem é, assim, o que a determina como passível de provocar toda sorte de perturbações, a todo momento e em todo lugar, ou seja, em todas as línguas e em qualquer segmento de língua (a fala ou a escrita, por exemplo).

Elemento presente nos três registros e responsável pelo atamento do nó, além de ser um de seus elos, o correspondente a S, *lalangue* pode ser designada, assim, como um encontro contingente entre as três diz-mansões (*dit-mansions*) que estruturam o inconsciente: o Real, o Simbólico e o Imaginário, de modo a serem as constantes incidências ou afecções de um registro sobre o outro as responsáveis pela singularidade da constituição da língua para cada sujeito falante, já que o nó é o que comporta os suportes particulares de cada um.

Lalangue, assim, denota a originalidade da produção de linguagem/língua em cada ser de fala. A esse respeito, Lacan aponta, na lição de 18 de dezembro de 1973 do seminário *Les non-dupes errent* ([1973-1974], inédito), a impossibilidade que há para o sujeito de linguagem em situar-se fora desta dimensão de entrelaçamento e que cada um tece, a sua maneira e ao longo de sua vida, seu próprio nó.

Nesta perspectiva, o efeito de sujeito só pode ser causado na interseção dos três registros – Real, Simbólico e Imaginário – e remeter incessantemente à operação de *lalangue* em ação. O nó formado pelos elos R, S e I é, de fato, o suporte do sujeito, o qual se sustenta na constante remissão empreendida entre os significantes, emergindo em seus intervalos.

É na função da fala e no ato de dizer empreendido pelo falante, no que este é suportado pelo inconsciente, que ocorre o atamento dos três registros neste nó, enlace que é a própria *lalangue* em ação, e por cujos cruzamentos o sujeito é estabelecido e determinado.

É somente graças à solidariedade entre estas três instâncias, no exato ponto onde seus elementos constituem uma não relação mútua, recíproca e contínua, que se dá a tessitura particular do nó para cada ser de fala e que há o efeito original de sujeito, configurado pelas implicações de *lalangue* no jogo dos significantes.

A seguir, discuto brevemente os elementos que constituem *lalangue* e algumas

de suas propriedades.

3. Lalangue: uma língua como outra?

O inconsciente, que articula R, S e I como um nó – Lacan ([1974-1975], inédito) postula o nó como suporte de todo dizer, e aponta que é só graças ao inconsciente que o nó e os ditos existem – e que é feito de *lalangue* apresenta, ainda, a característica de não ser, conforme afirma Melman (1992), “nem nacionalista, nem xenófobo” (p. 16), tendo em vista que esta *lalangue* que o constitui não é formada apenas por segmentos de uma língua específica, por se configurar como um saber que antecede qualquer referência à palavra, à linguagem e a qualquer língua.

Lalangue contém, antes, marcas inconscientes de sons e de balbucios, herdeiros do amontoado sem forma do Real (LEITE, C. 2005), ecos da fala e marcas dos traços do Outro, resíduos não simbolizados, ruídos significantes, rastros que capturam o corpo: “algo que resta indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento” (LACAN, [1972-1973] 1985c, p. 196). *Lalangue* é matéria que constrói ambigüidades, equívocos e toda sorte de mal-entendidos, subvertendo, assim, qualquer relação entre som e sentido: elemento indistinto que repercute no corpo do sujeito, convocando-o. *Lalangue* é o espaço onde há algo que sabe, mesmo que disso o sujeito não se aperceba.

Todos estes elementos, por não serem fonematizados, já que não há uma voz própria que permita ao desejo se fazer escutar, apresentam-se, assim, como pura escritura, não podendo prescindir, portanto, da dimensão da fala, função que pode dar voz ao inconsciente: “*Lalangue* é do domínio onomatopaico: não mais uma língua arbitrária, mas motivada. É uma forma de satisfação que não depende da significação” (HOLTHAUSEN 2009, mimeo), mas se suporta, antes, na sonoridade.

Portanto, *lalangue* compreende uma designação que a remete à língua com a qual se goza a partir dos sons, fora de qualquer significação. É *lalangue* figurando como o gozo do significante (MILLER 1996, p. 70), como ponto onde este gozo se deposita, como o ruído que captura “o corpo fazendo-o irromper em risos (...), precipitar uma queda letal, ser tomado pelo apaziguamento ou pela dor das palavras. Há som... há uma sonoridade que

perpassa o indistinto e o discernível e que é modelada em RSI” (LEITE, C. 2005, p. 151).

Assim sendo, por intermédio de *lalangue*, é permitida ao sujeito falante a tentativa de gozar dos significantes, elementos nos quais os rastros marcados na matéria de *lalangue* podem se desdobrar nos lapsos e chistes, nos enganos e foras de sentido. Miller (1996) enfatiza este ponto ao afirmar que o sujeito precisa dos significantes para desejar.

E, apesar de o gozo estar vedado ao falante enquanto tal, ele pode sempre ser dito nas entrelinhas dos discursos (LACAN [1960] 1998), com o auxílio dos elementos que, em um rompante, exorbitam os sentidos das palavras, e que são abarcados pelas operações de *lalangue*. Sobre isso, Mayette Viltard, no verbete *Gozo* do *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise* (1996, pp. 221–224), compilado por Pierre Kaufmann, indica que

Assim é afirmado, ao mesmo tempo, que o discurso detém os meios de gozar, na medida em que implica o sujeito, mas que o sujeito **só poderia estar implicado pelo que excede o discurso nessa passagem de um rasgo**. (...) [O] sujeito sendo doravante não idêntico a si mesmo, o sujeito não goza mais, tudo que pode fazer é tentar recuperar “um fragmento de possibilidade de gozo” (p. 221, grifo meu).

Na próxima seção retomo a hipótese deste trabalho, já incluindo a suposição de *lalangue* na relação entre a língua materna e as línguas estrangeiras.

4. Lalangue e as línguas materna e estrangeira

Para manter a hipótese originalmente formulada por Lacan ([1976-1977], inédito), e assumida neste trabalho a partir da discussão empreendida no capítulo III, de que as línguas estrangeiras funcionam como extensões, prolongamentos, ‘*elangamentos*’ do campo simbólico inaugurado pela língua materna, com todas as conseqüências aí implicadas, considero importante salientar nesta reflexão, além da suposição de *lalangue*, a hipótese de que ela é a matéria fundamental de onde resultam todas as línguas, de que ela é o elemento indistinto que logicamente precede qualquer acesso ao campo da língua/linguagem: *lalangue* tomada como fonte originária, como matriz significante mínima, anterior a qualquer acesso ao campo da linguagem, o que estabelece a língua

materna para o sujeito e, a partir desta, todas as demais, as estrangeiras.

Assim sendo, proponho considerarmos que a língua outra, estrangeira, por se apoiar no campo significante constituído pela língua-causa, que é suportada em *lalangue*, é, igualmente, afetada por tal *lalangue* e recebe em sua materialidade e em suas construções as reverberações daquela. A língua estrangeira, então, reflete diretamente os efeitos/afetos impregnados nos componentes de *lalangue*, transmitidos para esta graças à língua constitutiva, conforme implicado na noção de ‘*elangamento*’.

Além disso, a perspectiva adotada neste trabalho também contempla as incidências de *lalangue* na relação que o sujeito estabelece com as línguas estrangeiras: é a partir da relação que o sujeito mantém com sua própria língua que se constroem suas relações com as demais; é a língua-causa, totalmente motivada pelos efeitos de *lalangue*, que determina um maior ou menor estranhamento do sujeito quando este se depara com a tarefa de aprender uma língua estrangeira.

Busquei neste trabalho tecer reflexões sobre haver uma vinculação da língua estrangeira para com a língua materna. Apontei uma incidência necessária de uma sobre a outra, afirmando que elementos presentes na língua-causa não paravam jamais de se inscrever e de dar indícios na língua estrangeira e no encontro do sujeito com tal língua. Proponho, agora, estendermos estas mesmas considerações também ao que diz respeito a *lalangue*.

Ao afirmar que *lalangue* é a responsável pelo acesso do sujeito ao campo significante e o elemento essencial da organização da língua materna e da função de sujeito, é necessário indicar, também, que *lalangue* é presença em qualquer desdobramento do campo simbólico, tal qual as línguas denominadas estrangeiras. Assim sendo, todos os afetos que são efeitos dessa *lalangue* original do sujeito são substância hábil a impregnar as formas de funcionamento da linguagem que se distanciam da língua chamada materna, deixando nelas, também, os rastros de sua incompletude.

A maneira como o ser de linguagem se posiciona quando do encontro com uma língua estrangeira, não pode, tampouco, ser desarticulada de *lalangue*. É esta marca primitiva que determina aspectos das escolhas inconscientes do sujeito no que diz respeito às estratégias de aprendizagem ou de não aprendizagem que ele adota, ou dos investimentos

que ele faz operar na tentativa de assimilar (ou de não assimilar) uma língua estrangeira.

Se consideramos que todas as elaborações da linguagem feitas pelo ser de fala vêm do inconsciente, que esta dimensão é habitada por *lalangue*, e que a língua materna é o suporte ideal desta *lalangue*, fica impossível dissociar os termos *lalangue* e língua materna ao se tratar da apreensão e dos mecanismos de apreensão de uma língua estrangeira. Sob esta perspectiva, o inconsciente, a língua materna e *lalangue* se implicam mutuamente, graças às operações de ‘*elangamento*’ que ocorrem no campo simbólico quando da entrada de uma nova forma de funcionamento lingüístico.

Assim sendo, o encontro do sujeito com uma língua estrangeira implica também uma elaboração da linguagem que remete à língua materna e dela retira os afetos mais determinantes e essenciais marcados na dimensão inconsciente, afetando com eles a materialidade dessa nova língua e os investimentos do sujeito na tentativa de aprendê-la. Ao confrontar os efeitos e afetos da língua materna, a língua estrangeira não pode, jamais, se esquivar das imposições e das operações de *lalangue* que se encontram ativamente envolvidas nessa operação.

Leite (1995) indica que uma íntima articulação entre língua materna e *lalangue* só é possível graças à hipótese de haver uma outra associação, também profunda, entre inconsciente e língua, tomada a partir da consideração de que a língua materna, marcada pelos efeitos/afetos de *lalangue*, é a responsável por introduzir o sujeito no campo simbólico, lhe concedendo, então, os pré-requisitos e suas afetações para o encontro com outras línguas.

Considerando, como o fazem Denise Lachaud (1992) e Maria Rita Salzano Moraes (1999), que a língua que se convencionou chamar de materna também pode se instituir como uma ‘estrangeiridade’ para o sujeito de linguagem, no momento em que, ao ultrapassá-lo em suas intenções conscientes com elementos de sua própria língua, causa-lhe estranhamentos, temos como confirmar a hipótese levantada por Moraes (2009, mimeo) de que as línguas estão além de limites territoriais, que suas relações não são estratificadas, mas se dão como extensões, prolongamentos umas das outras, todas estrangeiras no que se refere à matriz significante instaurada por *lalangue*, sem a qual nada existiria para o ser humano e a partir do que se desdobram todas as referências deste campo simbólico para o

sujeito, tais como a linguagem, a língua e a fala.

Todas as línguas são, portanto, formas de funcionamento do mesmo campo simbólico, o campo da linguagem, que se caracteriza como uma tentativa de elaboração do que é originalmente a operação e a função de *lalangue* (LACAN, [1972-1973] 1985c), como uma construção da ciência para dar conta desta *lalangue* que é particular para cada ser de fala. A linguagem é, então, o resultado de um trabalho sobre o que é e o que vem de *lalangue*, por ser ela mesma feita de *lalangue* e indubitavelmente marcada pelos afetos, efeitos de *lalangue*.

Lalangue é, portanto, o que faz eco tanto na língua que um sujeito considera como materna quanto naquela que ele busca aprender e que indica como estrangeira, tendo, também, papel preponderante na relação de aprendizagem estabelecida por ele com esta nova língua:

Aprender uma língua estrangeira é ser confrontado com o estranhamento da língua materna, e, mais ainda, com a recusa de um entendimento que nunca se estabelece como completo. O que se traduz de uma língua para outra não está em nenhuma, e o que não se pode traduzir está em todas elas, e aquilo que dinamiza essa verdade é a *lalangue* em ação (DUARTE 2007, mimeo).

Assim, os efeitos de *lalangue* nas formas de funcionamento da linguagem (as línguas, por exemplo) e em seus desdobramentos (a leitura ou a escrita) podem ser observadas, no que diz respeito à aprendizagem de línguas estrangeiras, nos esquecimentos de termos ou expressões da língua alvo, que atestam o interdito imposto por ela a termos da língua primeira. Podem, também, ser percebidas em lapsos, que marcam a forte filiação subjetiva aos recortes simbólico e afetivo da língua materna, ou, ainda, na negação do movimento de ruptura solicitado por este processo, na recusa em adentrar no novo espaço de expressão inaugurado pela nova língua, por meio da evitação ou boicote inconscientes à apreensão da língua estrangeira. Tudo isso atesta as marcas de *lalangue* em ação.

Considerações Finais

Na seção introdutória desse trabalho, chamei de desencontro o movimento que se impôs a mim, provocando deslocamentos os mais irremediáveis tanto no que diz respeito à minha posição como professora de língua estrangeira e pesquisadora da área da Linguística Aplicada quanto no que se refere às minhas experiências fora do âmbito profissional. Afirmei, ainda, que a partir do encontro com a Psicanálise, as perguntas e propostas de tratamento da questão norteadora deste trabalho – o que se passa no sujeito de linguagem quando de seu encontro com um funcionamento linguístico diferente da chamada língua materna? – não permaneceriam, tampouco, no mesmo ponto de origem.

Não foi de um conjunto de apontamentos claros, entretanto, mas de diversas dúvidas que nasceu o trabalho que agora se finaliza. Eu fazia inúmeras perguntas: o que é língua estrangeira? O que ela pode representar? O que o conceito de língua materna pode ter a ver com isso? Em que exatamente este conceito implica? Há alguma relação possível entre língua materna e língua estrangeira? Quais elementos podem ser recolhidos da Psicanálise para uma reflexão acerca das línguas? O que língua materna e língua estrangeira passam a significar a partir da incidência das hipóteses deste campo que conjuga clínica e investigação teórica? Quais serão as implicações para a área do ensino de línguas estrangeiras e para os pontos que tanto me causam embaraço dentro dessa área, uma vez levadas em conta as articulações e perspectivas que serão delineadas?

E a essas dúvidas relacionadas às implicações teóricas que meu trabalho viesse a ter se enlaçaram, durante a elaboração desta pesquisa, algumas outras, que denotam aspectos de um envolvimento e de um movimento meus: onde eu, professora de língua estrangeira, que passei da suposta ilusão de completude – de ser um dia capaz de ensinar inglês com máxima eficácia para todos os meus alunos – ao tormento do embaraço – de jamais conseguir alcançar este objetivo –, me posiciono agora, depois de todo este percurso? Em que ponto eu, também sujeito subjugado às imposições do inconsciente, e agora irremediavelmente afetada pelas hipóteses da teoria psicanalítica, me encontro neste momento?

Como já era esperado, este trabalho não foi capaz de oferecer nenhuma conclusão – prática ou teórica – para o problema que assola as salas de aula de língua

estrangeira: resultados medíocres e alta taxa de insucessos; tampouco pôde propor novos procedimentos que otimizassem o processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Ele, entretanto, atingiu seu objetivo mais essencial: ele me permitiu questionar alguns posicionamentos da Lingüística Aplicada, me devolveu o entusiasmo perdido dentro do embaraço e me permitiu refletir, sem a obrigação de oferecer respostas prontas e acabadas, sobre a singularidade do investimento do sujeito na empreitada de aprender uma língua estrangeira. E não era isto que eu, desde o início, pretendia?

O que eu obtive, ao invés das respostas, foram somente pistas (nada concretas!), que demarcam que, em se tratando de sujeitos irremediavelmente afetados pela linguagem e pelo inconsciente, o encontro com uma língua estrangeira não se restringe simplesmente a um investimento racional em direção à língua alvo. Se há algo do funcionamento do inconsciente – estruturado como uma linguagem e suportado pela língua materna – implicado na apreensão da língua estrangeira, não há como negar que as marcas originais, deixadas pela língua materna, reverberam no sujeito quando da entrada em jogo desta outra língua.

Afirmar isso não exime, entretanto, os professores de línguas estrangeiras, meus pares e eu, de nos posicionarmos teoricamente, elegermos determinada metodologia que consideremos mais interessante, oferecermos aulas bem preparadas e atividades condizentes com objetivos claramente estabelecidos. Tudo isto acompanhado do entendimento de que a língua estrangeira não consiste em um simples objeto de aprendizagem racional e de investimentos conscientes, mas, antes, em uma possibilidade outra de expressão do desejo, de exteriorização pela palavra das marcas mais íntimas de um ser de linguagem. E que, diante de tão novas, ricas, subversivas e perturbadoras expectativas, as reações podem ser (e serão) as mais variadas.

Considero também não se tratar de o professor estabelecer procedimentos com a finalidade de ‘analisar’ cada um de seus alunos em dificuldades com a língua alvo – com a conotação que o termo ‘analisar’ toma na Psicanálise –, buscando em sua relação inconsciente com a língua materna os traços dos conflitos ou dos júbilos de seu encontro com a língua estrangeira.

A nós, professores de língua, cabe simplesmente (e isso não é pouco!)

ressignificar nossos conceitos de aprendiz, que deve ser considerado sujeito de linguagem, e de língua materna e língua estrangeira, que devem ser percebidos como elementos indissociáveis e como funcionamentos hábeis em afetar qualquer ser de linguagem. Além disso, nos cabe fazer dessa nova perspectiva a orientação do nosso trabalho de ensinar a materialidade da língua estrangeira que, mesmo sem percebermos, se reveste dos afetos e dos efeitos da língua materna de cada sujeito e de sua *lalangue* original.

Considero importante que nos preocupemos, também, em observar que a partir da hipótese de *lalangue* como elemento de onde se estendem todas as formas de funcionamento do campo simbólico que podem ser infligidas ou escolhidas pelo sujeito, a língua estrangeira, tanto quanto a língua materna, não pode figurar senão como uma experiência totalmente única e exclusiva do sujeito no e com o campo da linguagem. O que pretendo demarcar aqui é que além do que já foi abordado neste trabalho sobre o encontro do sujeito com a língua estrangeira ser particular a cada um, o exercício dele nos diversos segmentos dessa nova língua são também inscritos em seu corpo de maneira única, repercutindo essa singularidade.

Assim, teremos aprendizes mais ou menos à vontade na oralidade, outros confortáveis na escrita, e ainda uma parcela interessada na leitura em língua estrangeira. Alguns deles, porém, poderão tomar posse (sem sequer disso saber) de todos os segmentos dessa língua como quem se apropria de um tesouro, e se valer deles com fascinação para sua expressão subjetiva!

A todos os interessados deve ser permitido, portanto, buscar na língua estrangeira e nas habilidades de língua de seu interesse a chance de tentar uma melhor articulação de seu desejo, uma melhor tradução em palavras das inscrições mais marcantes de sua subjetividade, graças à ilusão, derivada de seu próprio desejo de completude, de que uma outra língua lhes oferecerá possibilidades mais plenas de gozo, chances de correspondência integral entre seu desejo e seu dizer. A falta, que é condição mesma do campo simbólico e causa da incompletude do sujeito, jamais permitirá, entretanto, que tal intento seja alcançado, mas nem por isso quaisquer tentativas neste sentido são menos válidas ou importantes, já que é essa mesma falta do simbólico que impulsiona o sujeito em sua busca e que permite que algo se movimente para ele. O sujeito, constituído na e pela linguagem,

marcado de forma irremediável por seus elementos, só tem nas diversas formas de funcionamento e realização daquela a possibilidade de delinear suas inscrições mais íntimas, apesar de não haver, jamais, palavra justa que equivalha ao seu desejo.

E a nós, professores de línguas estrangeiras, não cabe impedir ao sujeito tal tentativa, mas, antes, incentivá-lo, por mais tortuosos e complicados que pareçam os caminhos, a se situar na língua estrangeira à sua maneira.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas*. Campinas: Pontes Editores, 1998. 75 p.

BALBO, G.; BERGÈS, J. Do Corpo à Letra. Trad. Angela Vorcaro. In: VORCARO, A. (Org.). *Quem Fala na Língua?* Salvador: Ágalma Psicanálise Editora, 2004. p. 151-174.

BRANDÃO, I. Tramas do Inconsciente. In: *Convergência: O Inconsciente*. Correio da APPOA, Porto Alegre, n. 105, 2002. Disponível em < <http://www.apboa.com.br/download/correio104.pdf> >. Acesso em 11 de nov. 2009.

BROWN, D. *Principles of Language Learning and Teaching*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1987. 285p.

CAMPOS, H. O Afreudisíaco Lacan na Galáxia de Laíngua (Freud, Laca e a Escritura). In: Cesarotto, O. *Idéias de Lacan*. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 175-195.

COSTA, A. M. Algumas reflexões sobre a inscrição da letra. In: LEITE, N. (Org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: FAEP (Unicamp)/Mercado das Letras, 2003. p. 115-124.

DESCARTES, R. (1637). *Discurso do Método*. Trad. Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 102 p.

Dicionário Priberam Online da Língua Portuguesa. Disponível em: < <http://www.priberam.pt/dlpo/> _>

DUARTE, C. V. *A Construção da Identidade na Discussão de Alguns Erros em Língua Estrangeira*. Campinas: Mímeo, 2007.

FONTAINE, A. Pour une lecture de Louis Wolfson. In: *Litteral: La déclaration de sexe*. Paris, v. Octobre, n. 23/24, p. 73-101, 1987.

FREUD, S.; BREUER, J. (1895). *Estudos sobre a histeria*, ESB, v. 2. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. 319 p.

FREUD, S. (1891). *A Interpretação das Afasias*. Trad. Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 92 p.

_____ (1895). *Projeto de uma Psicologia Científica*. Trad. Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995. 229 p.

_____ (1896). *Carta 52*, ESB, v. 1. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. p. 324-331.

_____ (1900). *A Interpretação dos Sonhos*, ESB, v. 4 e 5. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. 673 p.

_____ (1915). *Pulsões e Destinos da Pulsão*. In: HANS, L. A. (Org). *Escritos sobre a do Inconsciente*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2004. p. 133-173.

_____ (1916-1917). *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, ESB, v. 15 e 16. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. 573 p.

_____ (1925). *Prefácio à Juventude Desorientada*, de Aichhorn, ESB, v. 19. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. p. 338-343.

_____ (1927). *O Futuro de uma Ilusão*, ESB, v. 21. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. p. 12-71.

GRECO, M. G. A Letra em seu Devido Lugar. In: *Aletria: Revista de Estudos Literários*. Belo Horizonte, v. 12, 2005. Disponível em:
< http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/ale_12/ale12_mgg.pdf >. Acesso em 11 de nov. 2009.

HOLTHAUSEN, M. *Lalíngua ou Alíngua: pequena introdução*. Mimeo, 2009.

LACAN, J. (1953). *Função e Campo da Fala e da Linguagem*. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 238-324.

_____ (1953-1954). *O Seminário, livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud*. Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. 336 p.

_____ (1954-1955). *O Seminário, livro 2: O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*. Trad. Maria Cristina Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a. 413 p.

_____ (1955-1956). *O Seminário, livro 3: As psicoses*. Trad. Maria Cristina Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b. 366 p.

_____ (1956-1957). *O Seminário, livro 4: A relação de Objeto*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. 456 p.

_____ (1957a). *A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud*. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 496-533.

_____ (1957b). *O Aturdido*. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 448-497.

_____ (1957-1958). *O Seminário, livro 5: As Formações do Inconsciente*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, 532 p.

_____ (1958). De uma questão preliminar. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 537-590.

_____ (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 807-842.

_____ (1961-1962). *L'identification*. Inédito.

_____ (1971). Lituraterra. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 14-25.

_____ (1971-1972). *Le Savoir du Psychanalyste/...Ou Pire*. Inédito.

_____ (1972-1973). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985c. 201 p.

_____ (1973-1974). *Les Non-Dupes Errent*. Inédito.

_____ (1974-1975). *R.S.I*. Inédito.

_____ (1975a). *A Terceira*. Inédito.

_____ (1975b). *Conferências nos Estados Unidos*. Inédito.

_____ (1975-1976). *O Seminário, livro 23: O Sinthoma*. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2007. 249 p.

_____ (1976-1977). *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*. Inédito.

LACHAUD, D. A Língua Materna e a Divisão do Sujeito. In: *Psicanálise de Crianças*, v. 1, Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 13-23.

LEITE, C. Sobre a Tessitura dos Nomes: Poeira e Labirinto. In: LEITE, N. (Org.). *Corpolinguagem: A Estética do Desejo*. Campinas: Mercado das Letras, 2005. p. 143-154.

LEITE, N. O que é "Língua Materna?". *Anais do IV Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada (CBLA)*. Campinas: UNICAMP, 1995. p. 65-68.

_____ *Lalíngua Má-terna*. Mímeo, 1996.

_____ Corpolinguagem. In: VORCARO, A. (Org.). *Quem Fala na Língua?* Salvador: Ágalma Psicanálise Editora, 2004. p. 180-188.

LE MOS, C. T. G. Das Vicissitudes da Fala da Criança e de sua Investigação. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, v. Jan./Jun., n. 42, p. 41-69, 2002. Semestral.

MADEIRA LOURENÇO, F. F. *Crenças sobre o explícito construídas pelos aprendizes de um novo idioma*. 2006. 252 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MANONI, O. Um Mallarmé para os Analistas. In: *Um Espanto tão Intenso: a Vergonha, o Riso, a Morte*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. p. 53-74.

MELMAN, C. *Imigrantes: Incidências Subjetivas das Mudanças de Língua e País*. Trad. Rosane Pereira. São Paulo: Editora Escuta, 1992. 107 p.

MILLER, J-A. *Matemas I*. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 200 p.

MILNER, J-C. *O Amor da Língua*. Trad. Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. 82 p.

_____ *Os Nomes Indistintos*. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. 118 p.

MORAES, M. R. S. *Materna/Estrangeira: o que Freud fez da Língua*. 1999. 137 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1999.

_____ *O fracasso do equívoco é o amor*. Mímeo, 2009.

_____ *Toda língua materna é estrangeira*. No prelo.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. Língua materna: palavra e silêncio na aquisição da linguagem. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. U. (Org.). *Silêncios e Luzes: Sobre a Experiência Psíquica do Vazio e da Forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 247-257.

_____ *Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna*. Mímeo, 2006.

PORGE, E. Sujeito. In: KAUFMANN, P. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Maria Luisa X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 501- 510.

_____ *Transmitir a clínica psicanalítica*. Trad. Viviane Veras e Paulo Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. 263p.

PRASSE, J. O Desejo das Línguas Estrangeiras. Trad. Dulce Duque Estrada. In: *A Clínica Lacaniana*, Revista Internacional, n. 1. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997. p. 63-73.

- RASSIAL, J-J. *O que se deve esquecer para aprender*. Mimeo, 2005.
- REVUZ, C. A Língua Estrangeira entre o Desejo de um Outro e o Risco do Exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 2002. p. 213-230.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 874p.
- SAUSSURE, F. (1916). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974. 279 p.
- SILVA, K. A. *Crenças e Aglomerados de Crenças de Alunos Ingressantes em Letras (Inglês)*. 2005. 243 p. Dissertação (Mestre) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- TERRA, H. *Curso Prático de Gramática*. São Paulo: Editora Scipione, 1992. 335 p.
- VILTARD, M. Gozo. In: KAUFMANN, P. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Maria Luisa X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 221–224.
- VORCARO, A. *O Organismo e a Linguagem Maternante: Hipótese de Trabalho sobre as Condições do Advento da Fala e seus Sintomas*. Mimeo, 2001.